

PRESTANDO CONTAS

TRIBUNAL DA CIDADANIA
ANO II



"De mãos dadas: magistratura e cidadania"



PRESTANDO CONTAS

TRIBUNAL DA CIDADANIA
ANO II

“De mãos dadas: magistratura e cidadania”

Humberto Martins | Presidente do STJ
Jorge Mussi | Vice-Presidente do STJ



Min. Presidente (1)
Humberto Martins



Min. Vice-Presidente (2)
Jorge Mussi



Ministro
Felix Fischer



Ministro
Francisco Falcão



Ministra
Nancy Andrighi



Ministra
Laurita Vaz



Ministro
João Otávio de Noronha



Ministra (3)
Maria Thereza de Assis Moura



Ministro
Herman Benjamin



Ministro
Og Fernandes



Ministro
Luis Felipe Salomão



Ministro
Mauro Campbell Marques



Ministro (4)
Benedito Gonçalves



Ministro
Raul Araújo



Ministro
Paulo de Tarso Sanseverino



Ministra
Isabel Gallotti



Ministro
Antonio Carlos Ferreira



Ministro
Ricardo Villas Bôas Cueva



Ministro
Sebastião Reis Júnior



Ministro
Marco Buzzi



Ministro
Marco Aurélio Bellizze



Ministra
Assuete Magalhães



Ministro
Sérgio Kukina



Ministro (5)
Moura Ribeiro



Ministra (6)
Regina Helena Costa



Ministro
Rogerio Schietti Cruz



Ministro
Gurgel de Faria



Ministro
Reynaldo Soares da Fonseca



Ministro
Ribeiro Dantas



Ministro
Antonio Saldanha Palheiro



Ministro
Joel Ilan Paciornik



Desembargador Convocado
Manoel de Oliveira Erhardt



Desembargador Convocado
Olindo Herculano de Menezes



Desembargador Convocado
Jesuino Aparecido Rissato

- 1) Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal
- 2) Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, e Corregedor-Geral da Justiça Federal
- 3) Corregedora Nacional de Justiça
- 4) Diretor da Revista
- 5) Ministro Ouvidor
- 6) Ministra Ouvidora Substituta

Gestão 2020-2022

Gabinete da Presidência:

Chefe de Gabinete da Presidência:

Josefa Tereza Roque de Araújo

Juizes auxiliares:

Alexandre Chini Neto, Cristiano de Castro Jarreta

Coelho, Fernando Cesar Baptista de Mattos,

Kelly Cristina Oliveira Costa, Sandra Aparecida

Silvestre de Frias Torres, Sergio Ricardo de Souza

Assessor Especial:

Ajax Porto Pinheiro

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS):

Paulo Roberto Lenzi

Comissões Permanentes de Ministros (ACP):

Fábio Henrique Cavalcanti Dantas

Secretaria-Geral da Presidência:

Secretário-Geral da Presidência:

Jadson Santana de Sousa

Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência:

Turla Tatiana Lauterjung Caselli

Secretaria de Comunicação Social (SCO):

Cristine Marques Genú

Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado (AJC):

Angela Valéria Mendonça Alvim Dusi

Assessoria para Assuntos Funcionais

de Magistrados (ASM):

Juliana de Paula Lima Pacheco

Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASP):

Helga Ferraz Juca

Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (ACR):

Aline Tavares Gurgel

Assessoria dos Comitês Consultivos (ACC):

Sulamita Avelino Cardoso Marques

Assessoria de Inteligência Artificial (AIA):

Humberto Fontoura Pradera

Assessoria de Relações Internacionais (ARI):

Alfredo Cesar Martinho Leoni

Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor):

Alexandre Kehrig Veronese Aguiar

Comissão de Acessibilidade e Inclusão (ACI):

Simone Pinheiro Machado de Souza

Núcleo de Admissibilidade e Recursos

Repetitivos (Narer):

Mariana Rodrigues Campos Altoé

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac):

Maria Lucia Paternostro Rodrigues

(in memoriam)

Secretaria do Tribunal:

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal:

Marcos Antonio Cavalcante

Chefe de Gabinete do Diretor-Geral:

Mariana Camargo Rocha

Secretaria de Administração (SAD):

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Secretaria de Documentação (SED):

Josiane Cury Nasser Loureiro

Secretaria de Gestão Estratégica (SGE):

Montgomery Wellington Muniz

Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP):

Solange da Costa Rossi

Secretaria Judiciária (SJD):

Antonio Augusto Gentil Santos de Souza

Secretaria de Jurisprudência (SJR):

Barbara Brito de Almeida

Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF):

Fabiana Bittes Veyl

Secretaria de Processamento de Feitos (SPF):

Rubens Cesar Gonçalves Rios

Secretaria de Segurança (SSE):

Rodolfo Martins Faleiros Diniz

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI):

Rodrigo Almeida de Carvalho

Assessoria de Ética e Disciplina (AED):

Alessandro Garcia Vieira

Assessoria de Gestão Sustentável (AGS):

Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini

Assessoria Jurídica (AJU):

Alessandra Lopes de Pinho Pontes Vianna

Ouvidoria (OUV):

Tatiana Aparecida Estanislau de Souza

(Ouvidora auxiliar)

Secretaria de Auditoria Interna (AUD):

Ivo Mützenberg

SUMÁRIO

Palavra do Presidente	07
Palavra do Vice-Presidente	09
Presidência: Tribunal de mãos dadas com a cidadania.....	11
Secretaria do Tribunal: Gestão de resultados	26
Gestão Processual e Fortalecimento de Precedentes.....	28
Secretaria Judiciária (SJD)	29
Secretaria de Processamento de Feitos (SPF)	34
Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado (AJC)	38
Secretaria de Jurisprudência (SJR)	42
Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer)	46
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac)	50
Cidadania, Transparência e Diálogo Institucional	54
Ouvidoria (OUV)	55
Secretaria de Comunicação Social (SCO)	58
Secretaria de Documentação (SED)	62
Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASP)	66
Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (ACR)	70
Assessoria de Relações Internacionais (ARI)	74
Comissão de Acessibilidade e Inclusão (ACI)	78
Eficiência, Inovação e Sustentabilidade	80
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)	81
Secretaria de Administração (SAD)	84
Secretaria de Auditoria Interna (AUD)	88
Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	90
Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)	94
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)	98
Secretaria de Segurança (SSE)	100
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS)	102
Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados (ASM)	106
Assessoria dos Comitês Consultivos (ACC)	108
Assessoria de Ética e Disciplina (AED)	110
Assessoria de Inteligência Artificial (AIA)	112
Assessoria de Gestão Sustentável (AGS)	114
Assessoria Jurídica (AJU)	118
Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor)	120
Comissões Permanentes de Ministros (ACP)	124
Agenda	128
Expediente	134



PALAVRA DO PRESIDENTE

A Palavra da Sabedoria ensina que há tempo para todas as coisas, para iniciar e para concluir as nossas missões. Passados dois anos desde que o vice-presidente, ministro Jorge Mussi, e eu assumimos a direção deste Superior Tribunal de Justiça, é chegado o tempo de prestar contas à cidadã e ao cidadão, os verdadeiros proprietários do poder, já que somos, apenas, inquilinos.

Mais do que o legado de agilizar, modernizar e democratizar a prestação jurisdicional, o período da nossa gestão participativa e agregadora foi marcado pela coragem cívica de ministros, servidores, colaboradores, estagiários, advogados e Ministério Público para que a sociedade jamais estivesse desamparada nos momentos mais sombrios da crise sanitária mundial da Covid-19. Reiteramos nossa sentida homenagem à memória de todos os amigos e familiares tragicamente vitimados pela pandemia, que não tão somente atingiu todo o Brasil, mas, também, todo o planeta.

Mais do que uma Justiça rápida, eficiente, transparente e moderna, envidamos todos os esforços para aprofundar o diálogo e o entendimento entre os órgãos do sistema de Justiça e entre as instituições democráticas das diferentes esferas e os poderes da República; buscando, sempre, a voz do cidadão. É somente com a harmonia e a independência entre os diversos atores do Estado Democrático de Direito, com a participação da sociedade, que tornaremos viável um Brasil mais justo, próspero, humano, igualitário e fraterno.

Ao encerrar estas palavras, expressamos nossa imensurável gratidão a todos que se uniram ao nosso propósito de servir com excelência ao jurisdicionado e ao povo brasileiro. Finalmente, desejamos pleno êxito à nova gestão, que certamente honrará e abrihantará o Tribunal da Cidadania.

De mãos dadas: magistratura, instituições democráticas e cidadania!

Juntos somos mais fortes!

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal





PALAVRA DO VICE-PRESIDENTE

Tem sido uma experiência gratificante colaborar com a gestão do ministro Humberto Martins, por ele mesmo reiteradamente qualificada como participativa. O suporte que tenho podido emprestar nas competências da Vice-Presidência e da própria Presidência, sobretudo nos recessos de janeiro e julho, mais me convenceram de que a colegialidade enaltecida pelo eminente ministro presidente é a pedra de toque capaz de permitir à Corte atravessar o grande volume de demandas que lhe chega. O carisma do ministro Humberto Martins, de todos conhecido, é uma das virtudes que possibilitaram a ele, a mim e a todos os colegas testemunharmos uma elogiável gama de medidas, grande parte das quais detalhada nesta publicação, que em diversos setores do tribunal e do próprio Judiciário tiveram impacto positivo.

Reitero a satisfação de exercer as funções legais, regimentais e institucionais cometidas à Vice-Presidência do STJ, principalmente no tocante ao juízo de admissibilidade de recursos dirigidos à Suprema Corte de nosso país, assim como em relação aos intensos períodos de plantão alusivo aos interregnos do recesso forense.

O completar de mais um ciclo me permite recordar que, desde 2007, desempenho a honorável função de ministro do Superior Tribunal de Justiça, a Corte da Cidadania. Desde então, persevero no cumprimento deste ofício, buscando sempre atuar com inovação e voltado para a evolução das instituições jurídicas e o atendimento eficiente ao jurisdicionado, que é o usuário final dos serviços realizados pelo Poder Judiciário.

Tomo a oportunidade deste breve registro, também, para ressaltar a memória e o legado de meus predecessores, que procurei honrar e ampliar até o limite das minhas forças, juntamente à restrita porém dedicada equipe de auxiliares e assessores, todos empenhados em comigo outorgar prestação jurisdicional célere e eficaz, como requerem os tempos que temos vivido.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal





Ao tomar posse como presidente do STJ, ministro Humberto Martins declarou que a morosidade na Justiça deve ser erradicada

TRIBUNAL DE MÃOS DADAS COM A CIDADANIA

Com gestão participativa e planejamento estratégico, STJ bate metas de inclusão cidadã, eficiência processual, inovação tecnológica e sustentabilidade no biênio 2020-2022

Aclamado como o Tribunal da Cidadania, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), sob a gestão dos ministros Humberto Martins (presidente) e Jorge Mussi (vice-presidente), atuou no biênio 2020-2022 com as portas – literalmente – abertas para toda cidadã e todo cidadão que desejasse ser ouvido a respeito de seus anseios e questionamentos.

Ao tomar posse, em 27 de agosto de 2020, o presidente do STJ apresentou o lema que marcou a sua administração: “De mãos dadas, magistratura e cidadania”. Durante o seu mandato, o ministro Humberto Martins tornou-se conhecido por frequentemente reiterar que a real autoridade das instituições públicas reside no propósito de servir com excelência a sociedade brasileira: “Somos apenas inquilinos do poder, os seus verdadeiros proprietários são os cidadãos e as cidadãs”.

Uma das principais iniciativas estratégicas para aproximar a população do tribunal foi o projeto **Fale com o Presidente – De mãos dadas: magistratura e cidadania**, que foi lançado em outubro de 2020 e contou com 16 edições até junho de 2022. No período, 180 pessoas de

todo o Brasil tiveram a oportunidade inédita, na história da corte superior, de sentar frente a frente com o presidente do STJ em audiências presenciais e individuais para tratar de qualquer assunto.

O fortalecimento da cidadania passou, também, pela busca da segurança jurídica por meio do aprofundamento da missão constitucional do STJ de uniformizar a legislação federal. Foi prioridade para a gestão do ministro Humberto Martins permitir ao tribunal se concentrar no julgamento de questões complexas e de grande impacto jurídico, econômico e social.



Todas as ações adotadas por esta corte devem ter a finalidade de beneficiar a sociedade.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS,
PRESIDENTE DO STJ E DO CJF**



■ Iniciativa estratégica desenvolvida pela gestão 2020-2022



Em 14 de julho de 2022, o ministro Humberto Martins discursou na promulgação da emenda do filtro de relevância, ao lado do presidente Jair Bolsonaro e do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco

Em julho de 2022, o filtro de relevância para a admissibilidade de recursos especiais entrou em vigor com a promulgação da Emenda Constitucional 125 pelo Congresso Nacional, após uma década de tramitação e de empenho do STJ junto aos parlamentares.

De acordo com a emenda, para o recurso especial ser admitido, o recorrente precisará demonstrar a relevância da questão jurídica federal em discussão. Conhecida como PEC da Relevância, a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2017, pelo Senado Federal em 2021 – com modificações no texto – e novamente pela Câmara em julho deste ano.

Gestão de mãos dadas

O compromisso com o diálogo motivou a decisão da Presidência do STJ de ampliar a presença dos demais ministros e dos servidores na direção do tribunal. No seu discurso de posse, a primeira medida administrativa anunciada por Humberto Martins foi a criação de seis comitês consultivos temporários, de caráter opinativo,

que contam com a participação de cinco ministros em cada um.

“Todas as decisões adotadas pela Presidência repercutem diretamente no dia a dia de todos os ministros que integram este tribunal, decisões essas cujos efeitos, muitas vezes, ultrapassam os dois anos do mandato presidencial, e se prolongam pelas gestões dos futuros presidentes. Então, nada mais natural que todos os ministros estejam cientes e participantes de todas as decisões que forem adotadas, que possam ter voz e voto nas decisões administrativas”, declarou o presidente do STJ por ocasião do pronunciamento inaugural de sua gestão.

Após a aprovação unânime pelo Pleno do STJ, a instituição dos comitês consultivos ocorreu logo na primeira semana do biênio 2020-2022, tendo como coordenadores os ministros Felix Fischer (Comitê de Gestão), Luis Felipe Salomão (Comitê de Tecnologia da Informação), Mauro Campbell Marques (Comitê de Assuntos Legislativos), Benedito Gonçalves (Comitê de Segurança

e Transporte), Assusete Magalhães (Comitê de Orçamento e Finanças) e Gurgel de Faria (Comitê de Saúde).

Tribunal de resultados

A Presidência do STJ, no biênio 2020-2022, priorizou o planejamento estratégico como meio para consolidar uma gestão pautada pela eficiência. No dia seguinte à posse, o ministro Humberto Martins deu início à mobilização da administração do tribunal para a discussão e a definição das coordenadas que orientaram as ações institucionais no decorrer do biênio.

Após uma série de estudos, o *Plano de Gestão 2020-2022* foi entregue ainda no ano inicial do biênio, em novembro de 2020. O documento estabeleceu 47 iniciativas estratégicas e se baseou em três grandes linhas de ação: governança, tecnologia e inteligência artificial, e comunicação com a sociedade.

Para além do período da gestão, foram definidas diretrizes estratégicas para a administração do STJ a longo prazo. Em agosto de 2021, o presidente do tribunal apresentou o *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, que traça a rota para a corte concretizar a sua visão de futuro a partir das informações levantadas por meio de questionários, reuniões setoriais e entrevistas envolvendo magistrados e servidores. O *Plano 2021-2026* define dez objetivos estratégicos para a gestão processual e administrativa.

Acesse o QR Code
e saiba mais



“Reafirmo o compromisso de seguir para além do meu tempo como presidente na busca de consolidar este Tribunal da Cidadania como uma corte de precedentes de reconhecimento nacional e mundial”, enfatizou Humberto Martins no evento de lançamento do plano estratégico com metas até o ano de 2026.

Gestão participativa: em maio de 2022, o Pleno do STJ realizou a primeira sessão inteiramente presencial desde o início da pandemia



Portfólio estratégico

Plano de Gestão 2020-2022

Plano Estratégico STJ 2021-2026



Dados consolidados em 15/7/2022

Reduzir litígios

Para enfrentar o elevado volume de processos que sobrecarrega a prestação jurisdicional no país, a Presidência do STJ centrou esforços em iniciativas de estímulo à desjudicialização de demandas e à resolução consensual de conflitos. Entre junho de 2020 e junho de 2022, cerca de 620 mil processos que poderiam chegar ao STJ tiveram a tramitação abreviada nas instâncias de origem por meio de acordo de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União (AGU).

A parceria consiste no uso da inteligência artificial para a identificação dos casos em que a pretensão do ente público – representado pela AGU – revela-se manifestamente contrária aos entendimentos da corte superior ou com potencial de

afetação sob o rito dos recursos repetitivos. A partir desse mapeamento, são promovidas ações ligadas à prevenção de litígios e à solução extrajudicial de controvérsias visando reduzir a carga de processos submetidos ao STJ. Com base no sucesso das medidas de desjudicialização implementadas em conjunto com a AGU, foram celebrados termos de cooperação semelhantes entre a corte superior e as procuradorias estaduais de São Paulo e do Distrito Federal.

A gestão 2020-2022 focou, também, na racionalização da atuação do tribunal em questões repetitivas comuns com o Supremo Tribunal Federal (STF). Desde a assinatura do acordo de cooperação técnica entre o STJ e o STF, em junho de 2021, a troca rápida de informações entre as cortes permitiu, por exemplo, a devolução de mais de 300 recursos à origem após o STF determinar a suspensão nacional dos processos relativos ao Tema 1.199 da repercussão geral, em que se discute a retroatividade da Lei 14.230/2021 – que resultou em diversas alterações na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992).

Ainda no tocante ao gerenciamento de precedentes como estratégia de desjudicialização, o STJ uniu-se ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao STF e aos demais tribunais superiores em um acordo de cooperação técnica fechado em maio de 2022 para a ampliação e a consolidação do Banco Nacional de Precedentes (BNP). O objetivo é maximizar a participação dessas cortes na plataforma, que reúne todos os precedentes em um único banco, facilitando o acesso da sociedade aos temas já firmados ou iniciados.

“A coerência, a estabilidade e a integridade que trazem os precedentes estabelecem a confiança



Em maio de 2022, o ministro Humberto Martins e a procuradora-geral do Estado de São Paulo, Inês Coimbra, assinaram acordo semelhante ao firmado entre o STJ e a AGU para reduzir a litigiosidade perante o tribunal

entre as pessoas, e também entre os operadores do direito”, assinalou o presidente do STJ ao defender a segurança jurídica no Brasil em um dos seminários jurídicos sobre precedentes dos quais participou ao longo do seu mandato.

Em outra frente, o caminho para reduzir o acervo do STJ passou pela otimização da triagem processual. Na segunda metade do biênio 2020-2022, houve a criação de novas ferramentas digitais, como o **controle automático do prazo de despachos de mero expediente** – sistema virtual para modernizar o processamento de feitos –, e a assinatura de acordos tecnológicos vigentes com dez tribunais de segundo grau na área de inteligência artificial.

Os termos de cooperação técnica preveem a transferência – sem custos – às cortes estaduais de funcionalidades do Sistema Athos, concebido e operado pelo STJ para a automação do exame de admissibilidade recursal. Em contrapartida, o STJ recebe mais informações sobre os processos em andamento nas instâncias ordi-

Integração digital *De mãos dadas, STJ e o 2º grau*



■ Iniciativa estratégica desenvolvida pela gestão 2020-2022

nárias, alimentando o banco de dados do sistema de inteligência artificial do tribunal.

Eficiência processual

Entre 27 de agosto de 2020 e 15 de julho de 2022, foram distribuídos e registrados 776.797 processos – o equivalente a quase 1,1 mil por dia – e julgados 787.933. Considerando a apreciação de agravos regimentais, agravos internos e embargos de declaração, em julgamentos tanto colegiados quanto monocráticos, houve mais de 1 milhão (1.044.682) de processos julgados no período. Além disso, em 2021, o STJ concluiu um número 11,59% maior de demandas em comparação ao ano anterior: foram baixados 397.902 processos, contra 356.575 em 2020.

Durante o período mais crítico da pandemia, o tribunal instituiu o trabalho remoto, tendo como uma de suas principais medidas a realização de sessões de julgamento por videoconferência nas turmas, nas seções e na Corte Especial.

O regime de trabalho à distância vigorou entre 16 de março de 2020 e 31 de março de 2022. Apesar do cenário pandêmico, o STJ registrou

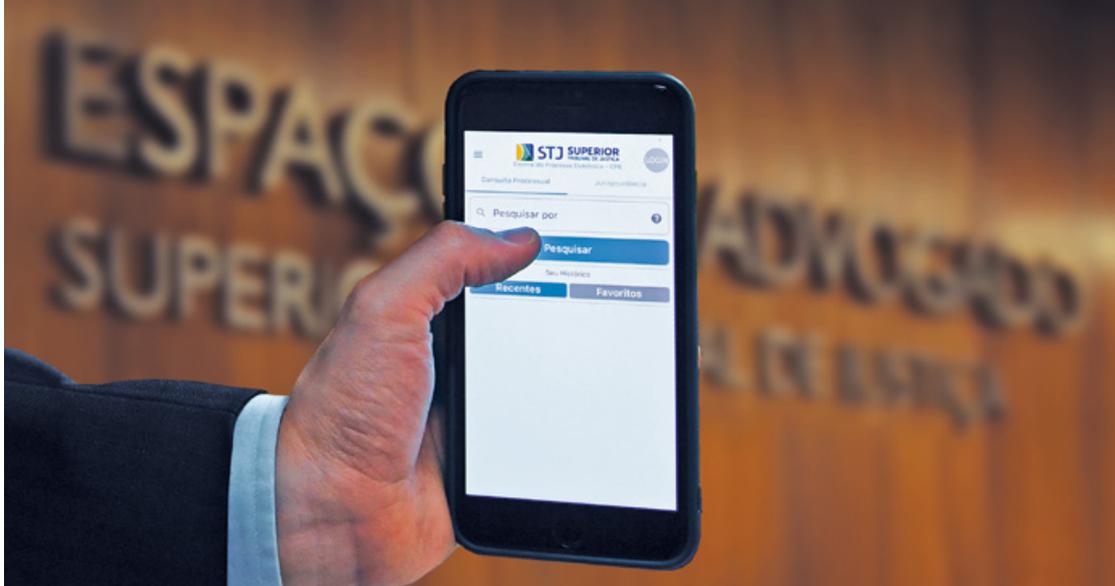
expressiva produtividade. Em agosto de 2021, a corte ultrapassou a marca de um milhão de decisões – entre monocráticas e colegiadas, em sessões virtuais ou por videoconferência – proferidas no curso do trabalho remoto.

“O expressivo número de decisões proferidas pelo STJ durante a pandemia mostra a velocidade com que nossos ministros, servidores e demais colaboradores conseguiram se adaptar à realidade da crise sanitária, mantendo o tribunal com um elevado grau de produtividade. Mostra, também, o empenho de todos para evitar que a interrupção da prestação jurisdicional agravasse ainda mais as dificuldades do povo brasileiro nesse período”, ressaltou o ministro Humberto Martins quando o tribunal alcançou um milhão de decisões na pandemia.

Em relação à Presidência do STJ, no intervalo de 27 de agosto de 2020 a 15 de julho de 2022, houve 317.764 decisões terminativas, incluídos os julgamentos de recursos internos. Em feitos de competência exclusiva, houve 5.185 decisões e despachos no período. “Ao lado das ferramentas virtuais, contamos com o empenho incansável

No trabalho remoto, o STJ proferiu um total superior a 1,2 milhão de decisões. Na imagem, ministro Humberto Martins preside julgamento por videoconferência





O STJ CPE Mobile pode ser baixado nas lojas de aplicativos para Android e iOS, gratuitamente, por qualquer pessoa

da nossa equipe de juízes auxiliares e assessores para entregar à sociedade uma prestação jurisdicional rápida e eficiente, mesmo enfrentando uma crise sanitária de proporções mundiais”, destaca o secretário-geral da Presidência, Jadson Santana.

Corte digital

A inovação tecnológica constitui um dos eixos estratégicos para a evolução do STJ nos próximos anos. Desde que se tornou a primeira no país a promover a digitalização de todo o seu acervo, a corte superior mantém o protagonismo na vanguarda do processo eletrônico.

Além de agilizar o fluxo processual e reduzir litígios, as novas tecnologias auxiliam a democratizar o acesso à Justiça. No decorrer do biênio 2020-2022, foram desenvolvidas novas ferramentas para o atendimento virtual a advogados, partes e quaisquer outros cidadãos. Desde setembro de 2020, é possível peticionar e acompanhar processos por celular ou *tablet*, a partir do aplicativo STJ CPE Mobile. Informações e dúvidas sobre as ações judiciais em andamento e os diversos serviços e sistemas

do tribunal podem ser tratadas por videoconferência, em tempo real, no **Balcão Virtual**, plataforma interativa lançada em março de 2021 que registrou mais de sete mil acessos até junho de 2022.

Acesse o QR Code
e saiba mais



Com relação à prestação de contas à sociedade, o **Portal da Transparência do STJ** foi reformulado para facilitar a consulta de informações referentes a áreas como estatística processual, gestão orçamentária, pessoal e remuneração, e licitações e contratos. O novo *site* disponibiliza, ainda, **painéis de Business Intelligence (BI)** com dados compilados e atualizados a respeito das ações de gestão socioambiental e do andamento dos projetos estratégicos.

Acesse o QR Code
e saiba mais



As iniciativas de modernização digital do STJ estão em sintonia com a atual política judiciária do Conselho Nacional de Justiça. Em agosto de 2021, Humberto Martins oficializou o ingresso da corte ao *Programa Justiça 4.0*, uma realiza-

■ Iniciativa estratégica desenvolvida pela gestão 2020-2022



Lançado em maio de 2022, novo Portal de Dados Abertos amplia transparência de ações realizadas no STJ

ção do CNJ em parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O esforço tecnológico busca o avanço digital cooperativo entre as cortes de Justiça por meio de ações como a implementação da plataforma nacional de inteligência artificial do Poder Judiciário, o Sinapses.

Em abril de 2022, o **STJ concluiu o processo de adesão ao Sinapses**, sistema desenvolvido pelo CNJ em parceria com o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) para uniformizar o processo de criação, armazenamento e disponibilização das diferentes soluções tecnológicas adotadas pelos tribunais no campo da inteligência artificial.

“O aprimoramento da capacidade do sistema judiciário para lidar com a crescente demanda e a complexidade das relações sociais implica uma necessária revisão de diversos conceitos tradicionalmente utilizados pela ciência jurídica e a busca de soluções inovadoras, como o uso da inteligência artificial”, afirmou o presidente do STJ no primeiro encontro nacional dos laboratórios de inovação do Judiciário, em junho de 2021.

Futuras gerações

Outra marca da gestão foi o diálogo institucional em níveis nacional e internacional, não apenas

para a evolução constante da atividade judicante, mas também com o propósito de construir um futuro melhor para o Brasil e o mundo.

Para engajar a corte superior em matéria de desenvolvimento sustentável, o eixo central foi o alinhamento à *Agenda 2030* da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio dos parâmetros estabelecidos por um comitê do STJ, constituído em abril de 2021, para a internalização da agenda de sustentabilidade das Nações Unidas – cujos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constam de um documento subscrito por 193 países comprometidos em conciliar crescimento econômico, inclusão social e preservação ecológica.

Acesse o QR Code e saiba mais



Além da administração racional de recursos e resíduos, a adequação à *Agenda 2030* da ONU prevê o aprofundamento dos programas institucionais de direitos humanos, em questões como equidade de gênero, igualdade racial, e prevenção e combate ao assédio moral e sexual. A efetivação da agenda de igualdade e diversidade no contexto interno do STJ ficou a cargo do Programa de Gestão Institucional de Direitos Humanos – *Humaniza STJ*, regulamentado em fevereiro de 2021. As ações educativas e administrativas foram organizadas por uma comissão instituída pela Presidência da corte e coordenada pela juíza auxiliar Sandra Silvestre.

Em suas manifestações contra a discriminação e a desigualdade, o ministro Humberto Martins costuma frisar a origem comum de toda a humanidade: “Somos todos iguais, não apenas perante

as leis e a Constituição, mas desde a criação do mundo. Viemos todos do pó e ao pó voltaremos”.

O programa *Humaniza STJ* abrangeu um universo de ações institucionais, desde sensibilizar o corpo funcional para o acolhimento das pessoas com deficiência até aprimorar políticas internas de ação afirmativa a partir do diagnóstico feito por um grupo de trabalho que, entre 2020 e 2021, discutiu soluções para ampliar a igualdade racial na corte.

“Os temas de direitos humanos são sensíveis e o processo de divulgação e mobilização dos principais atores institucionais é gradual”, explica o secretário-geral da Presidência, Jadson Santana.

STJ e elas

A atuação do *Humaniza STJ* contemplou, ainda, o compromisso com o equilíbrio de oportunidades entre homens e mulheres no tribunal, tendo como uma de suas diretrizes o movimento *ElesPorElas*, da ONU Mulheres – ao qual o STJ aderiu em outubro de 2020.



Para o secretário-geral, Jadson Santana, tão importante quanto a produtividade é a promoção de um tribunal mais humano

A valorização institucional das mulheres engloba o enfrentamento à violência de gênero. Em maio de 2022, entrou em vigor na corte a cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos contratos de serviços contínuos da instituição.

Medida pioneira no Poder Judiciário, a cota corresponde a 4% do total de postos de trabalho em cada contrato com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e é destinada às mulheres vítimas de violência doméstica de que trata a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006).

O *Humaniza STJ* buscou enfrentar, também, o assédio moral e sexual no contexto institucional, como no seminário realizado sobre o tema, em maio de 2022, com o ministro Humberto Martins



Para o ministro Humberto Martins, a inclusão profissional de mulheres atingidas pela violência doméstica é um passo significativo na luta pela igualdade de direitos. “Esta é uma ação que dará independência financeira e estimulará essas mulheres a lutarem para sair do ciclo da violência”, disse à época da instituição da cota.

No combate à violência contra a mulher, o STJ está aliado, também, a outras instituições democráticas. Em fevereiro de 2022, Martins assinou a entrada do Tribunal da Cidadania e do Conselho da Justiça Federal na Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.

Sinal Vermelho: ministro Humberto Martins e o ouvidor do STJ, ministro Moura Ribeiro, assinam adesão do STJ à campanha



Cotas para colaboradoras vítimas de violência: trabalhadoras selecionadas têm a intimidade e a segurança preservadas

Fruto de uma parceria entre o CNJ e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a campanha tem por finalidade divulgar um instrumento de denúncia: desenhando um “X” na palma da mão – de preferência, em vermelho –, a vítima de violência doméstica pode pedir ajuda, e quem receber a mensagem deve acionar a polícia.

“O significativo aumento da violência contra a mulher em tempos de pandemia evidenciou a necessidade de aperfeiçoamento dos canais oficiais de atendimento à mulher, de modo a não permitir que ela fique desamparada e desassistida em meio a uma crise sanitária de proporções mundiais”, observou o presidente do STJ durante a solenidade de adesão à campanha, na sede da corte.

Pacificação social

O empenho institucional em prol da transformação planetária inclui a consolidação da paz global. Em março de 2021, o presidente do STJ oficializou um acordo de cooperação técnica com a Embaixada da Paz – fundada e presidida pela atriz e escritora Maria Paula Fidalgo – para o trabalho conjunto no fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos.

Um dos resultados da parceria firmada em favor da paz mundial foi a organização, em maio de 2021, do seminário internacional *Diálogos pela Paz e Justiça*, que teve entre os expositores o ex-presidente do Timor-Leste José Manuel Ramos-Horta e o indiano Kailash Satyarthi – vencedores do Prêmio Nobel da Paz em 1996 e 2014, respectivamente.

Em seu pronunciamento no evento, o ministro Humberto Martins classificou a paz como um direito supremo: “O direito à paz é, portanto, concebido como direito imanente à vida, sendo



Pacificação social com diálogo entre poderes: ministros Humberto Martins e Luis Felipe Salomão (à dir.) com o senador Rodrigo Pacheco (à esq.) e o deputado federal Arthur Lira

condição indispensável ao progresso de todas as nações, em todas as esferas”.

Outro ganhador do Nobel presente nas realizações do biênio 2020-2022 foi o economista Muhammad Yunus, laureado com o prêmio em 2006. Ele participou da oitava edição anual do *Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário*, evento organizado pelo STJ em junho de 2021, com o apoio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), do CNJ, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Economia.

A agenda de pacificação social priorizou, ainda, as políticas de proteção dos direitos fundamentais de meninos e meninas. Em março de 2021, Humberto Martins formalizou a adesão da corte superior ao Pacto Nacional pela Primeira Infância, celebrado entre o CNJ e diversas entidades que compõem a rede de atenção às crianças de até seis anos de idade.

Segundo o ministro, a fase correspondente aos primeiros seis anos de vida é decisiva para o desenvolvimento do indivíduo. “É nesse período, marcado por características e necessidades

próprias, que se formam as raízes da identidade, da personalidade e da estrutura psíquica daqueles que são as crianças de hoje e os adultos do amanhã”, lembrou Martins em sua fala na cerimônia de ingresso do tribunal no Pacto Nacional pela Primeira Infância.

No âmbito do programa *Humaniza STJ*, uma comissão composta de servidoras do tribunal com formação profissional especializada nos cuidados à infância coordenou as ações de conscientização do corpo funcional do STJ e de outras instituições do Poder Judiciário, a exemplo das edições mensais das rodas de conversa para o acolhimento de pais, mães e responsáveis por menores de 18 anos.

Entre as iniciativas voltadas para a pacificação social, outro destaque foi o acordo com programa da ONU para a prevenção da criminalidade e o aperfeiçoamento da Justiça criminal, com foco na proteção dos direitos humanos e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Esses objetivos estão previstos no instrumento de cooperação pactuado, em dezembro de 2021, entre o tribunal e o Comitê Permanente



Isac Nóbrega/PR

O presidente Jair Bolsonaro sanciona a lei de criação do TRF6, observado pelo senador Rodrigo Pacheco (à esq.) e pelos ministros Luiz Fux, Humberto Martins e João Otávio de Noronha

da América Latina para a Prevenção do Crime (Coplad), ligado ao Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquent (Ilanud).

Criação e instalação do TRF6

A gestão 2020-2022 deixa um importante legado para a Justiça Federal brasileira, com a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), sediado em Belo Horizonte, para atender Minas Gerais.

Graças à mobilização institucional nas gestões dos ministros João Otávio de Noronha e Humberto Martins, a lei de criação do TRF6 obteve aprovação final do Congresso Nacional em setembro de 2021 e foi sancionada no mês seguinte.

Presente à cerimônia de sanção no Palácio do Planalto, o presidente do STJ afirmou que a criação do novo tribunal é um exemplo de como racionalizar o funcionamento da Justiça para atender melhor o jurisdicionado. “Serão aproveitados os atuais servidores lotados na

seção judiciária de Minas Gerais, bem como os espaços físicos já existentes”, comentou em seu discurso na abertura da solenidade.

A Portaria CJF 386/2022, assinada pelo ministro Humberto Martins, definiu 19 de agosto de 2022 como a data de instalação do TRF6. Formada por 18 desembargadores federais, a nova corte conta em sua composição com uma desembargadora removida do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e mais 13 magistrados de carreira da Justiça Federal da 1ª Região, sete deles promovidos pelo critério de antiguidade e seis por merecimento. As demais vagas são reservadas a dois advogados e dois membros do Ministério Público Federal (MPF).

Superação de desafios

Ao iniciar as suas atividades em meio à pandemia da Covid-19, a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi agiu rapidamente ao regulamentar, logo no primeiro dia de mandato, o funcionamento do STJ durante o período pandêmico, com ênfase na preservação da vida e da saúde de seus magistrados, servidores, colaboradores e estagiários. Até 15

de julho de 2022, foram editados 19 atos normativos relacionados à crise sanitária mundial.

O avanço da vacinação e a queda dos números da Covid-19 no Brasil proporcionaram as condições para o pleno retorno ao trabalho e aos julgamentos na modalidade presencial a partir de abril de 2022.

Mesmo assim, o tribunal continuou seguindo protocolos sanitários de prevenção da Covid-19 em seus ambientes, a exemplo da exigência do comprovante de vacinação contra o coronavírus para entrada e permanência na sede da corte.

Ao longo da pandemia, o STJ enfrentou uma crise adicional, com a pior invasão cibernética já empreendida contra uma instituição pública brasileira, no dia 3 de novembro de 2020. Em uma resposta ágil e precisa, os dados foram res-

taurados; e as rotinas de trabalho, restabelecidas depois de sete dias de esforço ininterrupto.

O enfrentamento bem-sucedido ao ciberataque inspirou o aprimoramento da política do tribunal em matéria de segurança da informação, com destaque para a criação da Coordenadoria de Segurança da Informação e Defesa Cibernética, setor dedicado à proteção dos sistemas virtuais do STJ. ■



O Poder Judiciário jamaís faltou à cidadania brasileira no maior desafio mundial do século

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS,
PRESIDENTE DO STJ E DO CJF**



Ministros Humberto Martins (à dir.) e Jorge Mussi (à esq.)
alinhados em uma gestão participativa e agregadora



Fale com o Presidente: o cidadão em primeiro lugar

Em até dez minutos, uma vida inteira de distanciamento entre instituições e sociedade pode se transformar em efetiva proximidade cidadã durante uma conversa face a face com a autoridade máxima do Superior Tribunal de Justiça. No projeto *Fale com o Presidente – De mãos dadas: magistratura e cidadania*, as mais diversas demandas apresentadas têm vez e voz, desde questões processuais e jurídicas até anseios sociais. Independentemente do assunto tratado, to-

dos os participantes saem satisfeitos com a escuta atenciosa e acolhedora da equipe da Presidência do STJ que atua no *Fale com o Presidente*. “Quantos não estão necessitando, muitas vezes, apenas de uma oportunidade para falar e ser ouvido? O Judiciário somente será viável se permanecer próximo à cidadã e ao cidadão”, afirmou o ministro Humberto Martins em uma das edições da iniciativa, que atendeu a quase 200 participantes de diferentes regiões do Brasil.



MYKAELLA SALLES, ADVOGADA

Apresentou demanda que resultou na convocação de novos servidores aprovados em concurso, para reforçar os quadros de pessoal do STJ.

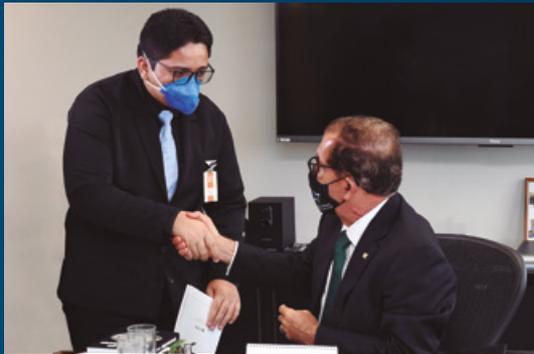
“É você realmente não só ouvir, mas ter a boa vontade de dar uma resposta concreta àquilo que se está levando”

PEDRO DA SILVA SOUZA, TRABALHADOR RURAL

Veio do interior de Goiás para tratar de demanda agrária.

“Nunca pensei que teria a oportunidade de falar diretamente com um presidente de tribunal sem precisar de um advogado”





RENAN WALISSON DE ANDRADE, ESTUDANTE DE DIREITO

Viajou de Carnaíba (PE) à Brasília para conhecer, de perto, o STJ.

“É muito importante abrir as portas do tribunal, aproximá-lo da sociedade”

REJANE SOLDANI SOBREIRO, GUARDA MUNICIPAL

Viajou de Curitiba à Brasília para levar questionamentos sobre a jurisprudência relativa à atuação dos guardas municipais no Paraná.

“Fui muito bem recebida. Esse canal é muito importante para estreitar os laços entre o Poder Judiciário e a sociedade”



HARUMI MATSUNAGA, ANALISTA DE LICITAÇÕES

Saiu de Paraíso do Tocantins (TO) com o objetivo de fazer sugestões voltadas para o aperfeiçoamento da legislação sobre licitações.

“Achei muito interessante ter esse espaço aberto para a sociedade, que tem bastante a colaborar”



GESTÃO DE RESULTADOS

Com planejamento rigoroso, Secretaria do Tribunal promoveu administração eficiente e moderna com desafios superados e objetivos estratégicos cumpridos



A manutenção das sessões de julgamento durante a pandemia contou com os esforços da Secretaria do Tribunal, sob a gestão do diretor-geral, Marcos Cavalcante (à esq.)

Foram dois anos marcados por números de produtividade proporcionais à envergadura institucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desde o esforço para evitar a chegada de mais de meio milhão de novos processos ao acervo da corte superior e a inclusão de mais de 200 mil acórdãos na base de jurisprudência do STJ, até a redução recorde do tempo de expedição de comunicações – antes, quase dois dias; agora, apenas seis horas.

A administração do tribunal chega ao final da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi batendo as principais metas estratégicas

– com quase 70% do cronograma concluído – a fim de realizar uma prestação jurisdicional marcada pela excelência na rapidez, na qualidade, na inovação e na sustentabilidade da organização administrativa e jurisdicional da maior corte superior do Brasil.

Durante o biênio 2020-2022, a atuação das diferentes áreas administrativas do STJ teve à frente a Secretaria do Tribunal, sob a gestão do diretor-geral da corte, Marcos Antonio Cavalcante. O primeiro passo veio com o dever de casa cumprido ao elaborar o planejamento estratégico da gestão.

Sem margem para imprevisto

Logo na primeira semana do biênio, começou o trabalho de formulação do *Plano de Gestão 2020-2022*. Em novembro de 2020, o documento foi entregue com três grandes eixos definidos: governança, tecnologia e inteligência artificial, e comunicação com a sociedade.

De olho em um legado mais amplo do que o período de gestão, a administração da corte se concentrou no desenvolvimento do *Plano Estratégico STJ 2021-2026*. Lançado em agosto de 2021, esse extenso mapa estratégico contempla dez objetivos centrais pautados pelas diretrizes da eficiência processual, da transformação digital, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

“O compromisso com a sociedade é a marca do STJ, conhecido por sua trajetória de vanguarda e de comprometimento com a promoção de ações que tragam maior segurança jurídica e agilizem o trâmite processual, bem como melhorem a qualidade dos demais serviços que prestamos ao cidadão”, enaltece o diretor-geral do tribunal.

Tribunal moderno

Uma das prioridades da gestão administrativa do STJ no biênio foi a modernização tecnológica. Coube, também, à Secretaria do Tribunal atuar para a mobilização do conjunto de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários da corte para se adaptarem rapidamente aos impactos provocados pela pandemia da Covid-19.

A estratégia para manter o tribunal em pleno funcionamento em meio aos piores momentos da crise sanitária mundial consistiu em investir na evolução tecnológica dos sistemas virtuais de informação e comunicação, com a finalidade de oferecer suporte aos julgamentos e às atividades gerenciais – que passaram a ser desempenhadas de maneira remota.

Além da pandemia, a administração do STJ enfrentou a crise adicional gerada pelo ataque *hacker* aos sistemas de informática do tribunal. Como resultado da superação da mais grave invasão cibernética contra uma instituição pública brasileira, houve o aperfeiçoamento da política de segurança digital da corte, com medidas que vão da qualificação dos quadros técnicos do STJ e a criação de um setor especializado em cibersegurança, até a participação em grupos de trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As iniciativas de modernização envolveram, também, as diversas melhorias nos ambientes físicos do Tribunal da Cidadania, com destaque para a instalação de novos recursos de áudio e vídeo em todos os órgãos julgadores, a inauguração de salas coletivas no modelo conhecido como *coworking* e a adoção de novo padrão energético com fontes renováveis e não poluentes, principalmente a energia solar. ■



Para o diretor-geral do STJ, Marcos Cavalcante, as rápidas transformações sociais, culturais e tecnológicas exigem um Judiciário cada vez mais eficiente, inovador e estratégico



GESTÃO PROCESSUAL E FORTALECIMENTO DE PRECEDENTES

Milhares de demandas de diversos cantos do país chegam diariamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Além de dar uma resposta ágil e eficiente a cada caso particular, cabe ao tribunal a missão constitucional de uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. Com os julgamentos de repercussão e a ampla divulgação dos seus precedentes qualificados, o STJ pavimenta o caminho jurídico a ser seguido por magistrados e tribunais de diferentes regiões do país.

REDUÇÃO DE MAIS DE MEIO MILHÃO DE PROCESSOS

Condução técnica da SJD promoveu o encerramento da tramitação de 620 mil processos entre 2020 e 2022

Reduzir litígios para fortalecer a missão constitucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como corte de precedentes judiciais na aplicação das leis federais: esse foi um dos eixos centrais da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi. Nos últimos dois anos, a Secretaria Judiciária (SJD) deu uma expressiva contribuição para diminuir o acervo do STJ ao conduzir a principal iniciativa de desjudicialização de demandas no tribunal.

Em junho de 2022, completou dois anos o acordo – com a atuação da SJD – que evitou a chegada de mais de meio milhão (620.441) de novos processos à corte superior. Esses feitos tiveram a sua tramitação abreviada nas instâncias de origem por desistência, acordo ou não interposição de recurso. O resultado é fruto de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União (AGU).

A execução do acordo se deu por meio de ações de identificação prévia de controvérsias contrárias aos precedentes do STJ; de identificação de recursos especiais e agravos em recurso especial manifestamente contrários aos precedentes da corte; e de identificação de processos que tratem de temas federais afetados pela sistemática dos recursos repetitivos.

Essas identificações somente puderam ser feitas com o uso de uma ferramenta, também desenvolvida pela SJD: o Painel de Dados Inteligentes. Ao conjugar inteligência artificial, um algoritmo e a análise de dados existentes no STJ, o painel é capaz de oferecer um diagnóstico customizado ao litigante sobre o seu acervo de processos, para que possa tomar decisões de forma mais estratégica – levando, por conseguinte, à redução da quantidade de recursos interpostos no tribunal.

Os resultados do acordo de cooperação técnica com a AGU foram além. Houve uma redução de 22% no número de agravos em recurso especial interpostos pela AGU; e em outros 2.543 processos em tramitação no STJ foi homologada a desistência – 356 só no primeiro semestre de 2022.

Outra consequência foi a queda em cerca de 13% no número de processos oriundos de Tribunais Regionais Federais – diminuição atrelada à mudança na estratégia recursal da AGU, principal demandante nas instâncias da Justiça Federal. Além disso, a taxa de decisões desfavoráveis para a AGU caiu em quase 20%, o que também reflete uma litigância mais eficiente na corte.



A atuação dos nossos servidores se somou à inteligência artificial e nos proporcionou mais eficiência na triagem e na classificação dos processos. Graças a essa fusão, passamos também a conjugar novos verbos. Além de atuar e distribuir, aprendemos a 'desjudicializar' e, desse modo, concorrer para que mais de 620 mil processos deixassem de ser encaminhados ao STJ.

**ANTONIO AUGUSTO GENTIL,
SECRETÁRIO DA SJD**



Mais parcerias

Com a gestão da Secretaria Judiciária, foi celebrado um termo de cooperação técnica com o Supremo Tribunal Federal (STF) para instituir estratégias conjuntas a fim de reduzir a atuação repetitiva de ambas as cortes e de valorizar os seus precedentes judiciais. Firmada em junho de 2021, a parceria consiste na adoção de política de compartilhamento de dados entre o STJ e o STF.

O intercâmbio de informações tornou possível a triagem dos processos com temas de repercussão geral. Com o auxílio da inteligência artificial, são identificadas, de forma rápida e eficiente, questões jurídicas a serem submetidas à sistemática de julgamento de precedentes qualificados – ati-

vidade que contribui para o alcance do objetivo estratégico do STJ de buscar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.

O sucesso das parcerias com a AGU e com o STF motivou a ampliação da estratégia para a assinatura de mais dois acordos para a promoção de medidas de desjudicialização com a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) e com a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), demandantes que possuem grande peso estatístico no volume processual do STJ.

Números expressivos

Um novo recorde histórico: no segundo ano da gestão do ministro presidente, Humberto Martins, o STJ recebeu 408.770 processos – aumento de 18,73% em comparação a 2020. A marca superou significativamente a média de processos recebidos dos últimos seis anos. O setor de protocolo de petições experimenta o mesmo fenômeno de crescimento exponencial. Ao longo do biênio 2020-2022, foram recebidas mais de 1,6 milhão de petições.

Para agilizar o processamento desse grande volume, a SJD desenvolveu uma série de ações para a automação de seus fluxos de trabalho, com destaque para a automação parcial implementada no protocolo de petições incidentais e de processos originários e recursais – realização viabilizada por robôs que executam uma triagem parametrizada das peças e dos documentos judiciais recebidos. A eliminação da primeira etapa de trabalho da cadeia produtiva (recebimento, registro e carregamento de dados no sistema) levou à redução de 60% da força de trabalho nas unidades envolvidas.

Em outra frente, o uso da inteligência artificial figurou entre as prioridades da SJD para tor-

TRIAGEM PROCESSUAL

Dados consolidados em 30/6/2022

73.500

Processos com vícios
nos pressupostos
recursais
(14,2% do total)

15.000

Habeas corpus
manifestamente
inadmissíveis

2.475

Processos com
matéria repetitiva

1.624.050

Petições recebidas
(média diária de 3.876)

nar o trabalho mais fácil, célere e assertivo. A tecnologia que permite o agrupamento de feitos por similaridade semântica (Sistema Athos) também está sendo empregada na classificação para a identificação do assunto do processo, bem como na elaboração de resumo indicativo dos habeas corpus. A inovação tecnológica rendeu ao STJ o Selo Diamante do *Prêmio CNJ de Qualidade 2021*, com a conquista do primeiro lugar entre os tribunais superiores.

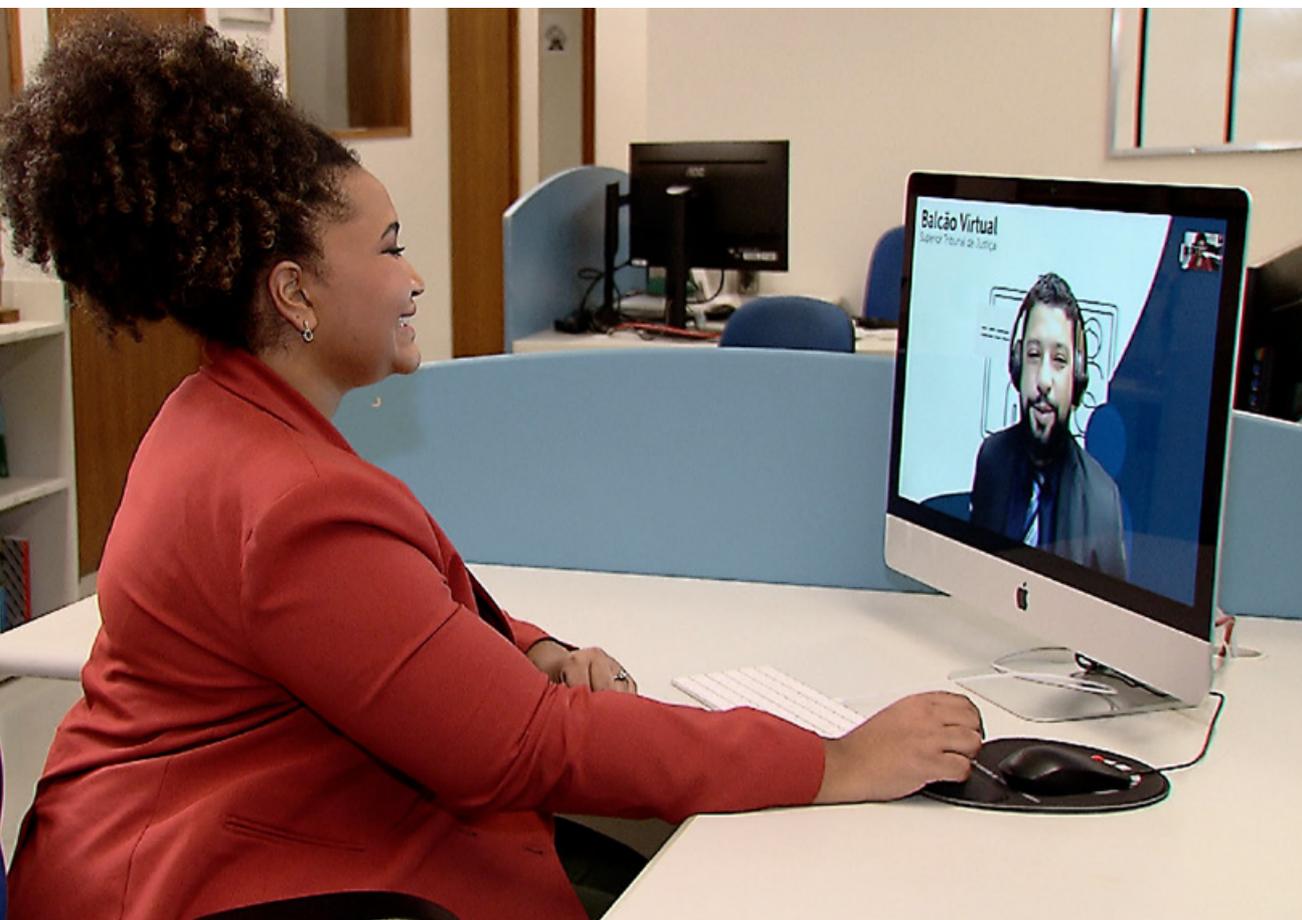
Atendimento em tempo real

No decorrer do biênio, a Secretaria Judiciária modernizou suas rotinas produtivas em sintonia com o processo mundial de transformação digital e em resposta aos impactos da pandemia da Covid-19. A área implantou em tempo recorde o Balcão Virtual, plataforma eletrônica de atendimento ao público por videoconferência.

Lançado em março de 2021, o Balcão Virtual já é considerado indispensável pelos usuários – realidade corroborada pelo elevado número de acessos. Em apenas um ano, foram feitos quase 6 mil atendimentos a advogados e cidadãos, traduzidos por um índice de 97% de satisfação geral.

Outro movimento de inserção da Secretaria Judiciária na era digital é a consolidação do teletrabalho no setor em meio à crescente realidade global da cultura *officeless*, que busca a convergência entre a produtividade, a autonomia do profissional e os meios assíncronos de comunicação. No contexto da SJD, o teletrabalho contribuiu para a valorização da equipe de trabalho, que respondeu prontamente com novas soluções e serviços capazes de atender de forma mais racional e efetiva às demandas dos públicos interno e externo. ■

Suporte virtual humanizado: 166 mil atendimentos prestados às partes. Houve, também, mais de sete mil acessos ao Balcão Virtual (mar./2021 a jun./2022)





STJ DE CARA NOVA

Corte Especial

O órgão julgador que reúne os 15 ministros mais antigos do Tribunal da Cidadania ganhou um auditório reformado, com melhores condições de acessibilidade e recursos mais modernos de áudio e vídeo para participações virtuais de ministros, advogados e membros do Ministério Público durante os julgamentos.

PROCESSAMENTO AUTOMATIZADO

Com tecnologia e equipe enxuta, SPF ampliou produtividade e agilidade dos trâmites processuais

A Secretaria de Processamento de Feitos (SPF) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) é um exemplo prático dos avanços em eficiência e celeridade obtidos com a inserção do Poder Judiciário na era digital. A redução do número de pessoas na unidade chegou a 43% nos últimos meses da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, em comparação com o efetivo de 2018, ao mesmo tempo em que se registraram recordes de produtividade. O resultado foi alcançado a partir da combinação entre automação de procedimentos e otimização das rotinas produtivas.

“O conjunto de dados estatísticos e medidas gerenciais e operacionais evidenciam um expressivo ganho de produtividade e economia de recursos por parte da SPF, concretizado no volume e, principalmente, na agilidade com que as atividades críticas são realizadas – não somente superiores em quantidade, mas em menor tempo e melhor qualidade”, destaca o secretário de Processamento de Feitos, Rubens Cesar Gonçalves Rios.

Entre 2020 e 2022, a SPF foi responsável pela baixa de um montante superior a 480 mil pro-

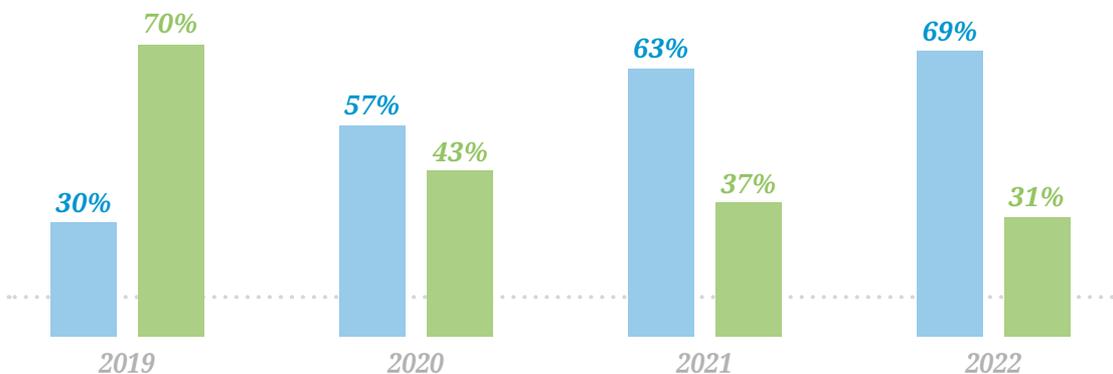


Automação crescente

Baixa processual*

■ **Baixa automática**

■ **Baixa manual**



**Dados consolidados em 31/5/2022*

cessos. Esse número representa um recorde na série histórica, com média de 664 processos baixados por dia.

Mais rapidez

Em paralelo à maior produtividade, a SPF diminuiu o período de espera de quem busca a jurisdição da corte superior. O setor registrou redução recorde no prazo de expedição de comunicações: agora, isso leva um tempo cerca de 80% menor. O indicador considera o tempo decorrido entre a entrada de despacho ou decisão proveniente dos gabinetes dos ministros nos escaninhos eletrônicos das coordenadorias e a sua efetiva comunicação às autoridades interessadas.

A execução dessa tarefa levava, em média, de um a dois dias; atualmente, todo o trabalho é concluído em apenas seis horas. Ao lado do empenho da equipe, a melhora teve como base a ampliação do uso e a evolução constante dos sistemas de automação de procedimentos cartorários.

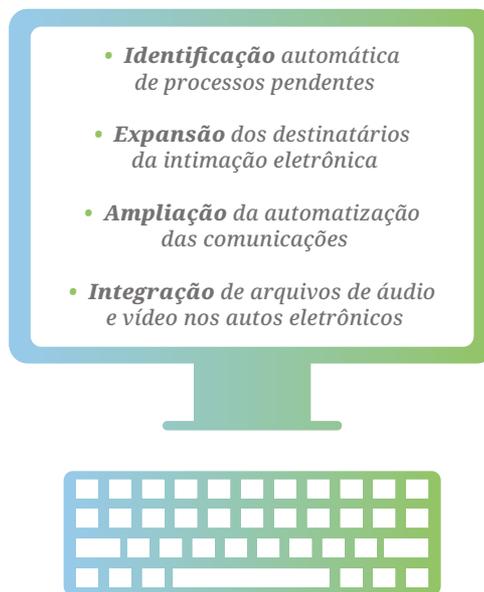
Houve a eliminação de diversos pontos de controle e conferência, desnecessários na lógica do processo eletrônico cada vez mais moderno. Quando começou a ser implementada em 2019, a automação englobava 30% dos procedimentos cartorários; esse percentual mais do que dobrou durante o biênio 2020-2022, chegando a 69% de documentos submetidos a uma análise automatizada.

Tecnologia desburocratizante

A SPF começou a desenvolver 14 ações de aprimoramento tecnológico para aplicação no âmbito dos seus procedimentos operacionais, levando ao reconhecimento do Conselho Nacional de Justiça por meio do Selo CNJ de Desburocratização. Entre as novidades, o destaque é a iniciativa estratégica do *Plano de Gestão 2020-*

Sistemas informatizados

Algumas melhorias em curso



2022 que consiste no uso de inteligência artificial para a busca textual em peças processuais.

A nova funcionalidade identifica palavras-chaves, expressões e frases contidas em decisões, acórdãos, ofícios e petições, permitindo o encaminhamento automático de processos judiciais que se encontram nos escaninhos virtuais da unidade de processamento de feitos da corte. O projeto **Busca Textual nas Peças do Processo** automatiza e acelera procedimentos internos que antes dependiam essencialmente do trabalho manual de servidores.

Soluções informatizadas auxiliarão, também, na identificação automática de recursos pendentes de apreciação pelos ministros relatores. O objetivo é resolver problemas de conformidade que hoje, para serem evitados, demandam análise humana – o que, não raro, é motivo de

queda de produtividade e de atraso na tramitação dos feitos.

Outra linha de atuação do setor é a integração com os sistemas eletrônicos das cortes de origem, substituindo grande parte dos pedidos de informação feitos a esses tribunais em relação aos autos de processos sigilosos. Como resultado, haverá o aproveitamento dos dados processuais de autuação para agilizar a tramitação dos milhares de processos que chegam diariamente ao STJ.

Os avanços tecnológicos em processo de implementação pela SPF abrangem, ainda, ferramentas que vão beneficiar diretamente o jurisdicionado, entre as quais a ciência antecipada de uma decisão ao advogado da parte antes mesmo da publicação no *Diário da Justiça Eletrônico (DJe)*.

Tradicionalmente, o atendimento a esses pedidos demanda grande esforço humano, a exemplo do envio de decisões por *e-mail* e da certificação manual nos autos.

Fluxo automático entre STJ e STF

A SPF investe na cooperação tecnológica com outras instituições judiciais. Em maio de 2022, o STJ aderiu a mais duas operações do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI): devolução e baixa. Com a novidade, essas operações entre a corte e o Supremo Tribunal Federal (STF) passam a ocorrer em tempo real, sem a necessidade de interação humana para o recebimento das informações.

Estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, o MNI é o padrão utilizado pelos tribunais na comunicação entre si e com órgãos como o Ministério Público e a Advocacia-Geral da União. Devido à padronização da terminologia na identificação de documentos, as informações necessárias ao trâmite eletrônico do processo podem ser interpretadas por todos os órgãos do sistema de Justiça envolvidos.

A versão utilizada pelo STJ e pelo STF é a 2.2.2, cuja principal vantagem em relação à versão anterior do MNI é a instantaneidade das operações. ■

Outra novidade tecnológica prevista para atender às partes é a automação da etapa de autuação da representação dos grandes demandantes, cuja relação de advogados será incluída em banco virtual de dados



PROCESSAMENTO MAIOR E MAIS RÁPIDO

Dados consolidados em 31/5/2022

484.937

Processos baixados

284.503

Volume
de expedição
de comunicações

6h e 31min

Tempo médio de
expedição de
comunicações

14

Ações de evolução
tecnológica em
desenvolvimento

JULGAMENTOS *ON-LINE* COM AMPLO ACESSO

Com tecnologia e organização metódica, AJC assegurou continuidade dos julgamentos nos piores momentos da pandemia



A modernização do parque de equipamentos e sistemas de áudio e vídeo dos plenários das turmas e das seções do tribunal observou as normas e padrões do Sistema Brasileiro de TV Digital

Para quem acompanha e participa das sessões de julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a mudança mais notável em meio à pandemia da Covid-19 foi a implementação de ferramentas que permitiram a realização das sessões por videoconferência, incluindo a plataforma *on-line* para sustentações orais e pedidos de preferência.



Acesse o QR Code
e saiba mais

Na gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, esse esforço conduzido pela Assessoria de Apoio a Julgamento Colegiado (AJC) foi

essencial para garantir que o Tribunal da Cidadania jamais faltasse com a prestação jurisdicional à sociedade brasileira, mesmo diante das piores condições geradas pela crise sanitária mundial.

Cabe à unidade assessorar os ministros presidentes das turmas e das seções; gerenciar as sessões e atender ao público no tocante ao julgamento colegiado; e organizar o calendário anual de sessões, o cronograma de pautas, a conferência de processos e a publicação de editais de transferência ou de cancelamento de sessões.

No final do biênio 2020-2022, a AJC iniciou o processo de atualização tecnológica e organizacional para adaptar a corte a uma novidade introduzida pela Lei 14.365/2022: a possibilidade de sustentação oral em agravos regimentais ou internos, bem como em diversas outras situações processuais.

“Essa inovação legislativa sem *vacatio legis* trouxe significativo impacto às sessões de julgamento, exigindo notável esforço de adaptação das equipes de apoio, notadamente nas turmas criminais, onde não ocorrem sessões virtuais. Também nesse cenário, houve a necessidade de adequação do formulário eletrônico”, explica a assessora-chefe da AJC, Valéria Dusi.

Sustentações orais

Além das alterações legislativas e da entrada em operação de sistemas virtuais, a AJC acompanhou as modificações nas regras para a sustentação oral, o que ocorreu em três momentos durante o biênio – culminando com as normas atuais previstas na Resolução STJ/GP 9/2022.

Em alinhamento com o objetivo de aproximar magistratura e cidadania – bandeira da gestão 2020-2022 –, a unidade buscou intensificar o



O atendimento aos advogados em dia de sessão proporciona esclarecimentos diversos sobre informações processuais

diálogo com a advocacia, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Uma iniciativa nesse campo foi o atendimento aos advogados por meio do aplicativo WhatsApp, serviço que já superou o patamar de 5 mil pedidos recebidos desde o seu lançamento, em setembro de 2021 – mês marcado pela retomada dos atendimentos presenciais da AJC. Desde então, os advogados passaram a contar com múltiplos canais de atendimento nas modalidades virtual e presencial.

Por telefone, houve 61.182 atendimentos no curso do biênio. Nas vésperas e nos dias de sessão, são recebidas, em média, 200 ligações telefônicas diárias. O congestionamento dos ramais levou ao estabelecimento de cooperação técnica com a Secretaria Judiciária (SJD).

Em outra frente, a AJC atuou para prestar as informações mais requisitadas de forma proativa, com a divulgação de textos explicativos no *site* do STJ sobre o funcionamento das sessões.

Sessões ao vivo

Julgamentos continuam com transmissão pelo canal do STJ no YouTube desde a retomada das atividades presenciais na corte



Junho/2022: composição completa da Primeira Seção



Junho/2022: composição completa da Segunda Seção



Mai/2022: composição completa da Terceira Seção

Os ministros do STJ e os seus gabinetes também demandam os serviços da área de apoio a julgamento colegiado, solicitando a geração e a atualização da ordem do dia, a disponibilização de votos, a correção de minutas de recursos e as transcrições de julgamentos, entre outras providências inerentes às sessões.

Obras e LGPD

No segundo semestre de 2020, a AJC acompanhou a conclusão dos projetos de modernização tecnológica dos plenários das seis turmas e das três seções do STJ, preparando o ambiente para atender ao jurisdicionado com mais qualidade no retorno das sessões presenciais – o que ocorreu a partir de abril de 2022. A unidade organizou, também, o Inventário Anual de Bens Permanentes dos plenários para 2020 e 2021.

Assim como as demais áreas da corte, a atuação da AJC no biênio teve como uma das prioridades a sua adequação aos comandos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Devido ao manuseio de inúmeros dados sensíveis sobre as partes processuais, a incorporação das diretrizes da LGPD demandou da AJC a participação em comissões, seminários e discussões sobre as novidades trazidas pela regulamentação da proteção de dados pessoais no Brasil.

Nos últimos dois anos, o setor acompanhou a implementação da Resolução 354/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobre o cumprimento digital de ato processual e de ordem judicial. Outro normativo do CNJ que esteve no radar da AJC foi a Resolução 234/2016, que instituiu o *Diário de Justiça Eletrônico Nacional*, a Plataforma de Comunicações Processuais (Domício Eletrônico) e a Plataforma de Editais do Poder Judiciário. ■

SESSÕES DE JULGAMENTO COLEGIADO

Dados consolidados em 1º/7/2022

767

Pautas

466

Atas de sessão

930

Sessões realizadas

(virtuais, presenciais ou
por videoconferência)

211.606

Certidões de
julgamento

207.588

Acórdãos publicados

50.995

Processos incluídos
em pauta de sessão
(presencial ou por videoconferência)

JURISPRUDÊNCIA AO ALCANCE DE TODOS

Mais de 200 mil acórdãos foram incluídos pela SJR na base de dados jurisprudenciais do tribunal nos últimos dois anos

De agosto de 2020 a junho de 2022, a Secretaria de Jurisprudência (SJR) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) incluiu na base de dados de jurisprudência um total de 209.438 acórdãos, após triagem inicial que faz a comparação de cada novo acórdão com aqueles já existentes nesse banco de dados. De todos os acórdãos incorporados à base de jurisprudência da corte superior, 56.254 foram incluídos automaticamente pelo Sistema Jurisprudência, uma ferramenta de inteligência artificial.

Para supervisionar a qualidade das informações jurisprudenciais do Tribunal da Cida-

dania, a SJR mantém rotinas de revisão por amostragem. Durante a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, foram revisados 11.573 acórdãos, com a realização de 87 estudos e monitoramentos.

A partir desse acompanhamento, a Secretaria de Jurisprudência utiliza o sistema de inteligência artificial Athos para identificar processos em tramitação aptos para julgamento sob a sistemática dos recursos especiais repetitivos. Nos últimos dois anos, a unidade enviou ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) 167 grupos de proces-

Para reforçar o trabalho de organização e divulgação dos entendimentos do STJ, os servidores lotados na Secretaria de Jurisprudência passaram a contar com o suporte tecnológico de cabines equipadas para reuniões virtuais



sos, com indicação de 1.013 recursos passíveis de afetação como repetitivos – o que serviu de base para a identificação de 95 controvérsias.

Comitê Nacional de Jurisprudência

Em parceria com o STF, o Tribunal da Cidadania atuou como coordenador técnico do comitê criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em dezembro de 2020, para produção de estudos e pareceres técnicos destinados à sistematização e à padronização do serviço de jurisprudência no Poder Judiciário brasileiro.

A participação do STJ no grupo se deu por meio da SJR. Os estudos foram formulados em quatro frentes: diagnóstico da situação atual dos serviços de jurisprudência; pesquisa de satisfação dos usuários; compartilhamento de tecnologias da informação e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O encerramento dos trabalhos ocorreu em dezembro de 2021, com a publicação de cinco relatórios disponíveis para consulta pública no portal do CNJ. Um dos documentos publicados foi a Pesquisa de Satisfação na Oferta de Serviços de Jurisprudência, que se baseou em 3.851 respostas a questionários enviados por 94 tribunais. O resultado geral da pesquisa trouxe avaliações positivas dos conteúdos de jurisprudência oferecidos pelos *sites* institucionais das cortes de Justiça, tendo como um dos destaques o desempenho do STJ.

“O modelo utilizado pelo STJ está sendo recomendado pelos participantes como referência nos serviços de jurisprudência. Esse reconhecimento incentiva nossa equipe a buscar cada vez mais melhorias para os usuários dos nossos ser-



Produtos

Divulgação de Jurisprudência

Dados consolidados em 30/6/2022

525 novas Pesquisas Prontas



Acesse o QR Code e saiba mais

69 edições de Informativo de Jurisprudência, com **949** notícias de julgamentos



Acesse o QR Code e saiba mais

39 edições de Jurisprudência em Teses, com divulgação de **415** teses



Acesse o QR Code e saiba mais

13 Súmulas Anotadas



Acesse o QR Code e saiba mais

211 novos temas de Repetitivos e IACs Anotados



Acesse o QR Code e saiba mais

viços”, destaca a secretária de Jurisprudência, Barbara Brito de Almeida.

Pesquisa ainda mais fácil

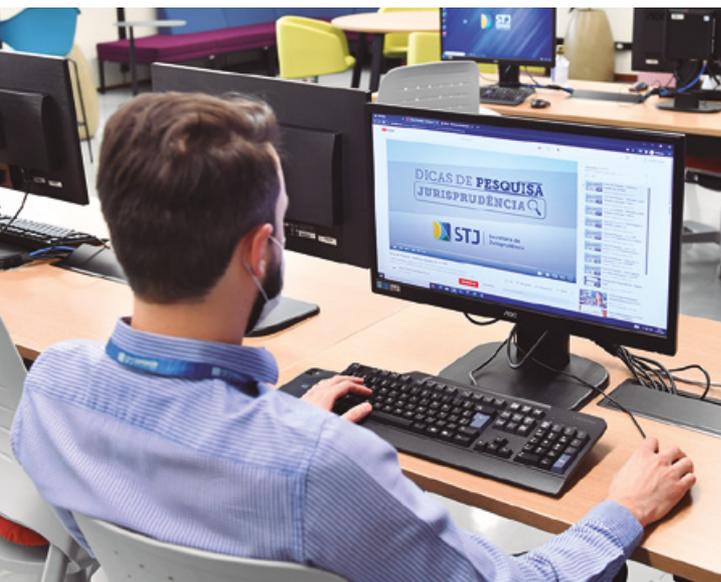
Para melhorar a experiência dos usuários que utilizam os serviços jurisprudenciais da corte, a SJR desenvolve o projeto *Jurisfácil*. Na primeira etapa, a página de jurisprudência no

portal do STJ ganhou nova versão, em setembro de 2020. A partir de sugestões e críticas recolhidas pela Pesquisa de Satisfação e pela Ouvidoria do tribunal, foram implementadas alterações que resultaram, principalmente, em um novo visual da página e na simplificação da pesquisa. Para orientar os usuários internos e externos em buscas de jurisprudência, são publicados, de forma contínua, vídeos com dicas de pesquisa e outros materiais explicativos no canal do STJ no YouTube.

Accesse o QR Code
e saiba mais



Em outra etapa do projeto de ampliação do acesso às informações de jurisprudência do tribunal, houve a reformulação do *Informativo de Jurisprudência*, um dos mais conhecidos produtos de divulgação dos entendimentos do STJ. Em março de 2021, a publicação *on-line* passou a contar com edições semanais preparadas a



No biênio, mais de dez vídeos sobre pesquisa de jurisprudência do tribunal foram publicados na página do STJ no YouTube

partir do acompanhamento de todas as sessões de julgamento ocorridas na semana anterior.

Outra novidade é que, agora, o *Informativo* recebe a colaboração dos próprios gabinetes dos ministros na indicação de processos, por meio de um canal de comunicação virtual que confere mais agilidade à disseminação das teses jurídicas.

Projetos da SJR

Executado em parceria com o Nugepnac, o projeto *Indicativo de Divergência* apresenta aos ministros do STJ matérias em torno das quais haja decisões com entendimentos conflitantes na corte. Desde junho de 2021, foram identificados 47 temas para estudo de possível divergência, além da submissão de 12 indicativos de divergência aos gabinetes.

No decorrer do biênio, a SJR concluiu a elaboração de painéis de *Business Intelligence (BI)* para aprimorar a organização visual de informações sobre a produtividade do setor. O objetivo é trazer mais segurança à tomada de decisões, bem como ampliar a transparência na prestação de contas.

Para o futuro, está em curso o processo de desenvolvimento de duas ações do *Plano Estratégico STJ 2021-2026*. O projeto *e-Juris* tem por finalidade a migração dos sistemas da Secretaria de Jurisprudência para a versão *web*.

Por sua vez, a iniciativa Jurisprudência Administrativa vai instituir uma base de dados estruturados das decisões administrativas do STJ, permitindo a pesquisa a usuários internos credenciados. A primeira etapa, referente à formulação de metodologia de tratamento da informação dos julgados administrativos, foi concluída em fevereiro de 2021. ■

ACESSOS AOS SERVIÇOS DE JURISPRUDÊNCIA

Dados consolidados em 30/6/2022

73.720.751

Pesquisa de
Jurisprudência

5.022.360

Informativo de
Jurisprudência

4.292.064

Jurisprudência em Teses

3.822.983

Súmulas Anotadas

2.118.863

Pesquisa Pronta

1.453.169

Repetitivos e IACs
Anotados

FILTRAGEM PROCESSUAL A JATO

Com primeira decisão em 30 dias, Narer acelera redução do acervo do STJ

Apenas um mês. Esse é o tempo médio para a primeira decisão proferida no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com base na análise do Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narer). Unidade de assessoramento da Presidência da corte, o Narer contribuiu para a baixa definitiva rumo à origem de mais de 200 mil processos por inadmissão recursal ao longo dos dois anos de gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi.

Atualmente, cerca de um terço dos processos baixados do STJ corresponde aos feitos apreciados pelo núcleo. Em um cenário de crescente demanda judicial – especialmente diante do maior volume de habeas corpus e outros processos originários durante a pandemia da Covid-19 –, a atuação do Narer se mostrou essencial para reduzir o acervo processual do STJ, garantindo a efetividade e a celeridade de sua prestação jurisdicional.

“O núcleo colabora preponderantemente para a solidificação da jurisprudência em critérios objetivos de análise, elevando a segurança jurídica institucional, dada a previsibilidade da análise realizada, assim como proporciona a diminuição da quantidade de processos recebidos no STJ”, ressalta a assessora-chefe do Narer, Mariana Rodrigues Campos Altoé.

O foco em agilidade pode ser constatado por meio de diferentes números, que traduzem o esforço diário do setor para a evolução da produtividade do tribunal. Em torno de 80% dos processos inadmitidos pelo Narer foram baixados no período de cem dias, com a quase totalidade desse acervo sendo devolvida às instâncias ordinárias dentro de 190 dias.

Com isso, os feitos que não atendem aos requisitos mínimos de admissibilidade permanecem pouco tempo no tribunal, o que ajuda os ministros a priorizarem o julgamento de casos que transcendem os interesses subjetivos das partes. Assim, a corte superior passa a dispor de condições mais propícias para cumprir a sua missão constitucional de uniformizar a interpretação da legislação federal.

Filtragem moderna

Todo esse trabalho em equipe, de elaborar minutas de decisões e despachos nos processos originários e recursais ainda não distribuídos aos ministros, é desempenhado por 129 servidores, seis estagiários e quatro colaboradores. Como dar conta de uma demanda mensal de dezenas de milhares de processos com apenas 139 pessoas? A resposta encontrada pelo Narer, no decorrer do

biênio 2020-2022, uniu a padronização de procedimentos, os acordos de colaboração com as partes envolvidas e o uso de inteligência artificial e outras ferramentas tecnológicas.

Nada é feito às pressas, sem a estrita observância da jurisprudência do tribunal. O número que comprova o zelo na filtragem dos processos é a baixa taxa de reforma das decisões elaboradas pelo núcleo. Nos últimos dois anos, os gabinetes dos ministros negaram provimento a 94% dos agravos internos e regimentais interpostos contra decisões de inadmissão oriundas do Narer; mantendo-se, portanto, a decisão do ministro presidente.

Para chegar a esse desempenho, a unidade promoveu capacitações em análise de admissibilidade processual e estabeleceu a roteirização da análise jurídica em questionários eletrônicos, com a produção automática de decisões quanto ao juízo de admissibilidade. O resultado final foi a consolidação de padrões elevados de excelência quanto à celeridade e à uniformidade na prestação jurisdicional do Tribunal da Cidadania.

Filtragem colaborativa

Além da ênfase em tecnologia, a atuação do Narer foi decisiva para o sucesso do acordo de cooperação entre o STJ e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que – com base em estudos desen-

A Presidência do tribunal conta com o assessoramento do Narer na filtragem processual, com destaque para as seguintes classes: AREsp, EAREsp, EREsp, HC, REsp e RMS





Os filtros processuais são decisivos para atingir as metas de prestação jurisdicional do Plano Estratégico STJ 2021-2026.

MARIANA RODRIGUES CAMPOS ALTOÉ
ASSESSORA-CHEFE DO NARER



volvidos pela Secretaria Judiciária (SJD) – prevê, ainda na origem, a desistência ou a não interposição de agravos em recurso especial (AREsps) no âmbito de determinadas matérias. Essa análise leva em conta a probabilidade de conhecimento dos recursos. Hoje, a chance de essas demandas não prosseguirem com a sua tramitação na corte é de 97%.

Com esse conjunto de medidas, o Narer assegura que apenas sejam distribuídos aos ministros os processos que preenchem os pressupostos objetivos (tempetividade, preparo, regularidade de representação, cabimento e exaurimento) e ultrapassam a análise de admissibilidade cotejada do AREsp. A avaliação prévia realizada pelo setor não impede que os gabinetes refaçam essas etapas em caso de discordância.

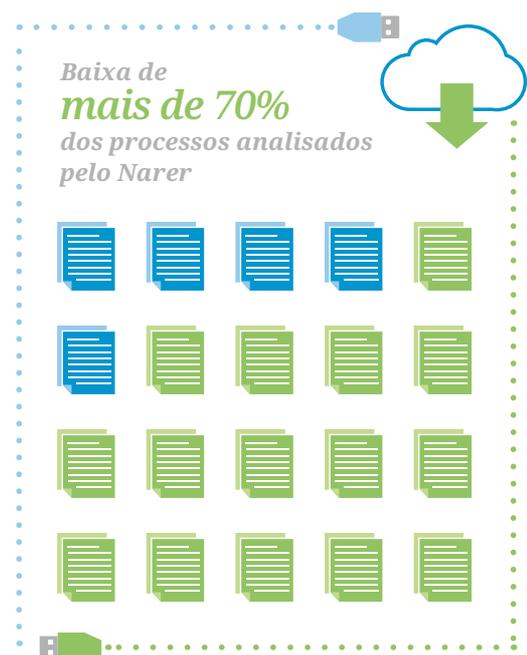
Para oferecer um serviço ainda mais preciso, está em curso o desenvolvimento da roteirização do exame das decisões de inadmissão reformadas pelo ministro relator. A finalidade desse novo procedimento é identificar possíveis erros de análise no padrão vigente na unidade, de modo a buscar o aprimoramento contínuo do trabalho desempenhado.

Filtragem de repetitivos

Em outra frente, o Narer priorizou o aperfeiçoamento da análise dos recursos especiais (REsps) sob o rito dos repetitivos, com a formação de uma equipe exclusiva para essa tarefa. Por meio de parceria intersetorial, a Secretaria Judiciária identifica os feitos das classes AREsp e REsp que contenham controvérsia afetada ou julgada pela corte em sede de repetitivos.

Esses processos são desviados do fluxo e encaminhados ao Narer para verificar a existência de controvérsia coincidente ao tema sugerido pela SJD, bem como se há análise sobre a questão em andamento no tribunal de origem. Na hipótese de se constatar a presença de um tema afetado, os processos são devolvidos à origem para aguardar o julgamento pelo STJ; no caso de tema julgado, os feitos sem juízo de conformidade ou retratação são devolvidos para o devido juízo de adequação. ■

Redução do acervo



FILTRAGEM EFICIENTE

Dados consolidados em 30/6/2022

432.500

Processos recebidos

371.238

Decisões proferidas
após análise do Narer

210.994

Processos baixados

Mais de

1.500

processos devolvidos
sob o rito dos recursos
repetitivos, com
abrangência de
48 temas

UM NORTE PARA A JUSTIÇA

Nugepnac ampliou gerenciamento de precedentes e prevenção de litígios em parceria com outras instituições

Entre os principais objetivos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos próximos anos, o *Plano Estratégico 2021-2026* elenca a sua consolidação como corte de formação de precedentes qualificados, fundamental para o fortalecimento da segurança jurídica no Brasil.

Além de aperfeiçoar a filtragem de processos representativos de controvérsias, o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) teve como prioridade, no biênio 2020-2022, atuar na linha de frente da mobilização capitaneada pelos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi para reduzir o número de litígios sob a jurisdição da corte

superior. O núcleo participou da organização e da execução de grandes **acordos com instituições judiciais para a implementação de medidas de desjudicialização**, contribuindo para a redução do volume de processos.

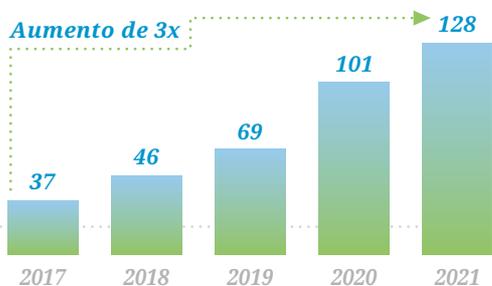
Acordo com a AGU

No primeiro semestre de 2022, completou dois anos de vigência o acordo de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União (AGU), principal iniciativa voltada para a redução do acervo processual do Superior Tribunal de Justiça. Entre junho de 2020 e junho de 2022, cerca de 620 mil processos que poderiam



Corte de precedentes

Entendimentos qualificados (2017-2021)



Controvérsias criadas
Total em 5 anos: 381



Temas repetitivos afetados e julgados
Total em 5 anos: 355

chegar à corte tiveram sua tramitação abreviada nas instâncias de origem.

Em paralelo à triagem processual, a parceria possui como importante enfoque o estímulo à formação de precedentes vinculantes. A partir da indicação, pelos advogados e procuradores da AGU, de discussões emergentes, conflitantes ou recorrentes nas instâncias ordinárias, a equipe do Nugepnac desenvolve estudos temáticos para propor aos ministros relatores a afetação das controvérsias para julgamento como precedentes qualificados.

De julho de 2020 a junho de 2022, 54 sugestões da AGU levaram o Nugepnac a identificar 37 controvérsias, que resultaram na afetação, pelos órgãos julgadores competentes, de 17 temas para a sistemática dos recursos especiais repetitivos – cinco deles já julgados.

Diante do sucesso do acordo com a AGU, foram firmados durante o biênio dois termos de cooperação técnica semelhantes, com a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) e a Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF).

Acordo com o STF

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) celebrou acordo com o STJ para racionalizar a atuação nas questões jurídicas repetitivas comuns. O instrumento de cooperação prevê o compartilhamento de metadados e a análise das informações processuais para identificação prévia das questões repetitivas que estão sendo debatidas simultaneamente nos planos constitucional e infraconstitucional.

“O amplo trabalho de compartilhamento de dados oferece condições técnicas para que o STF

promova a adoção de estratégias para acelerar a aplicação do instituto da repercussão geral em relação a temas de grande recorribilidade no STJ, advindo daí potenciais benefícios para as duas instituições”, afirma a assessora-chefe do Nugepnac, Maria Lucia Paternostro.



Maio/2022: além da gestão de precedentes com o STF, Humberto Martins (centro) firmou acordo com o CNJ e cortes superiores para ampliar o Banco Nacional de Precedentes

Como um dos resultados, o núcleo instituiu 28 grupos de estudo e monitoramento, 12 deles com potencial de inaugurar controvérsias no âmbito do STJ, por envolverem matéria já declarada infraconstitucional pelo STF. A partir desse acordo, houve a inauguração da Controvérsia 343, que discute a legitimidade passiva do credor fiduciário para figurar em execução fiscal de cobrança do IPTU incidente sobre imóvel objeto de alienação fiduciária.

Ações coletivas

Em janeiro de 2021, o antigo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep) ganhou mais uma missão: reforçar o monitoramento dos julgamentos das ações coletivas e promover maior efetividade da prestação jurisdicional na tutela dos interesses transindividuais.

Em linha com a prática adotada pela maioria das cortes de Justiça, o STJ optou por integrar o seu núcleo de ações coletivas, em fase de implantação, à estrutura do Nugep, que passou a utilizar a atual nomenclatura e a sigla Nugepnac. A novidade atende à determinação do Conselho Nacional de Justiça para a criação de núcleos de ações coletivas nos tribunais brasileiros (Resolução CNJ 339/2020).

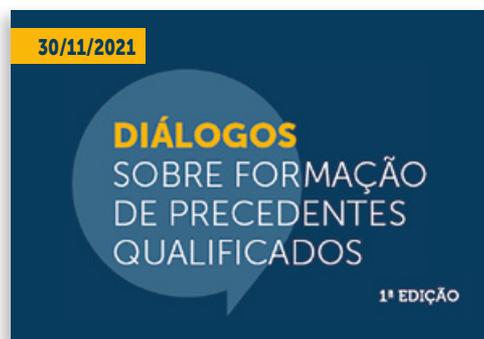
Em outra frente, o Nugepnac integra, por meio de três representantes, a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (Cogepac), presidida pelo ministro Paulo de Tarso Sanseverino.

O grupo conta, também, com a participação da ministra Assusete Magalhães, dos ministros Rogério Schietti e Moura Ribeiro (suplente), e do juiz instrutor Renato Castro Teixeira Martins. Assessorado pelo núcleo, o ministro presidente da Cogepac proferiu 1.931 decisões e despachos no período compreendido entre setembro de 2020 e junho de 2022.

Ampla divulgação

No curso do biênio, a atuação do Nugepnac para ampliar a divulgação dos precedentes qualificados do Tribunal da Cidadania rendeu frutos: mais do que dobrou o número de acessos à página de pesquisa do *site* do STJ destinada a esse fim, passando de 164.238 em 2020 para 359.355 visitas em 2021 (218% a mais). No portal da corte, foi criada a página Precedentes (Repetitivos) – antes chamada de Repetitivos e IACs –, uma área independente e desvinculada da página de pesquisa da Secretaria de Jurisprudência (SJR).

O canal da corte no YouTube passou a incluir duas *playlists* exclusivas: uma sobre súmulas e repetitivos, e outra a respeito de precedentes



No biênio, houve vários encontros virtuais sobre gestão de precedentes com a atuação do Nugepnac

qualificados e ações coletivas, com mais de 70 vídeos já lançados. Além disso, os precedentes qualificados são abordados no *podcast* *Rádio Decidendi*, com periodicidade quinzenal, sempre às sextas-feiras, nas plataformas Spotify e SoundCloud. ■

Acesse o QR Code e saiba mais



FORMAÇÃO DE PRECEDENTES

Dados consolidados em 1º/7/2022

230

Controvérsias criadas

103

Temas repetitivos
afetados

90

Temas repetitivos
julgados

9

IACs admitidos

2

Suspensões em IRDR



CIDADANIA, TRANSPARÊNCIA E DIÁLOGO INSTITUCIONAL

Prestar contas à sociedade permite não apenas o controle dos atos públicos; proporciona, sobretudo, o fortalecimento da cidadania por meio da participação social na administração pública. A transparência e o diálogo com o cidadão e as instituições democráticas foram prioridade na gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi. A população teve vez e voz. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu – literalmente – as suas portas para quem quisesse ser ouvido. Magistratura e cidadania caminharam de mãos dadas!

“Temos esse compromisso de atender à cidadã e ao cidadão, que estão sempre em primeiro lugar”, declarou o ministro Humberto Martins em uma das 16 edições do projeto *Fale com o Presidente*

VOZ E VEZ AO CIDADÃO

Audiências com a Presidência e novo Portal da Transparência foram as principais estratégias da Ouvidoria por um tribunal ainda mais cidadão

Para fazer jus ao título de Tribunal da Cidadania, a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi centrou esforços em ampliar a transparência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) perante a sociedade. Mais do que garantir acesso à informação, o propósito de facilitar o acompanhamento do dia a dia da corte pelo cidadão é efetivar o diálogo e a participação social em um dos pilares do Estado Democrático de Direito: a distribuição de justiça.

No biênio 2020-2022, uma das principais iniciativas da Ouvidoria (OUV) para promover avanços na prestação de contas foi a completa repaginação do *Portal da Transparência do STJ*. O novo leiaute, prático e leve, trouxe as informações organizadas de modo que a navegação flua com mais agilidade e eficiência, dando ao usuário acesso fácil e intuitivo às informações.

Acesse o QR Code
e saiba mais



No novo espaço, o visitante tem acesso aos relatórios de gestão do tribunal e a documentos sobre estatística processual, gestão estratégica e orçamentária – além de vários outros assuntos. A página disponibiliza, ainda, as últimas atualizações e os contatos das principais unidades, como gabinetes dos ministros e secretarias. A

reformulação do *Portal da Transparência* ocorreu a partir da Instrução Normativa 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU), que estabeleceu normas para tomada e prestação de contas dos administradores públicos.

“O acesso a informações dos órgãos públicos é um direito da sociedade e um dever do Estado. Com esse foco, o STJ promoveu mudanças importantes em seu *Portal da Transparência*, para que os cidadãos possam acompanhar com mais facilidade a gestão orçamentária e financeira, e conhecer a situação relativa a patrimônio, pessoal e contratos, entre outras questões de interesse público”, ressalta a ouvidora auxiliar, Tatiana Estanislau de Souza.

Ranking da Transparência 2021

Número um entre os tribunais superiores: essa foi a classificação alcançada pelo STJ no *Ranking da Transparência do Poder Judiciário 2021*, quando obteve o percentual de 91,18%. Com o resultado, a corte subiu nove posições, passando da 50ª colocação geral para o 41º lugar.

Resultado dos esforços da Ouvidoria do STJ, que coordena o levantamento e envia as informações ao CNJ, e das demais unidades envolvidas, o desempenho alcançado em 2021 asse-



Fevereiro/2022: ministro ouvidor do STJ, Moura Ribeiro, e ministro Humberto Martins (à dir.) participaram da assinatura do ingresso do tribunal na Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica

guru ao STJ 90 pontos no item transparência do *Prêmio CNJ de Qualidade*, o que significou a segunda maior pontuação, pois os cem pontos só são atribuídos aos tribunais que alcançarem 100% de aderência ao *ranking*.

Instituído em 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o *ranking* tem como objetivo valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento proativo da informação, de maneira clara e organizada, dentro do escopo da Lei de Acesso à Informação, no *Portal da Transparência*.

Por um tribunal mais humano

Durante o biênio, coube à Ouvidoria organizar as inscrições dos cidadãos interessados em ter uma conversa presencial e individual no gabinete da Presidência do STJ. Até o primeiro semestre de 2022, 180 pessoas de todo o Brasil puderam apresentar demandas sobre qualquer assunto

no âmbito do projeto ***Fale com o Presidente – De mãos dadas: magistratura e cidadania.***

Em outra iniciativa de sensibilidade social, a Ouvidoria coordenou a adesão do STJ à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica. Fruto de uma parceria entre o CNJ e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a campanha oferece treinamento para o acolhimento das vítimas de violência e a tomada de providências. Entre as ações previstas, está a capacitação *Campanha Sinal Vermelho no STJ – Conhecer para ajudar*, com o objetivo de conscientizar e capacitar o corpo funcional do tribunal no acolhimento das mulheres vítimas de violência doméstica.

No contexto de proteção à mulher, desde 2020, a Ouvidoria possui um canal específico para o público feminino: a Ouvidoria das Mulheres do STJ. Essa unidade recebe sugestões, elogios, reclamações e denúncias de magistradas,

servidoras, colaboradoras e estagiárias da corte em questões relativas à igualdade de gênero, à participação feminina e à violência contra a mulher.

Ouvidorias parceiras

Com a finalidade de levar ao conhecimento da população as atividades desenvolvidas pelas ouvidorias públicas do país, a Ouvidoria do STJ foi convidada pela Ouvidoria-Geral da União, da Controladoria-Geral da União (CGU), a compor o comitê de organização da Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos. Para a edição de 2022, as ouvidorias públicas de todos os níveis da federação e de todos os poderes apresentaram nas redes sociais os direitos garantidos aos usuários de serviços públicos.

A Ouvidoria do tribunal também teve papel importante no planejamento e na criação da Rede Nacional de Ouvidorias do Poder Judiciário, regulamentada pelo CNJ por meio da Resolução 432/2021. Coordenada pela Ouvidoria Nacional de Justiça, a rede é composta pelos ouvidores de todos os tribunais e representantes dos colégios de ouvidores dos diversos ramos da Justiça. ■

Mais parcerias

Acordos firmados pela Ouvidoria do STJ



Adesão ao Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais



Cooperação técnica

CNJ

TRF1

CNMP

CGU

Novembro/2021: em cerimônia com o presidente do STJ (à dir.), ministro Moura Ribeiro (à esq.) tomou posse como ouvidor da corte (2021-2022), no lugar do ministro Sérgio Kukina (2020-2021), ao centro



TRIBUNAL CONECTADO COM A SOCIEDADE

Aumento na audiência das notícias consolida STJ como corte transparente e mais próxima do cidadão

Sob a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Secretaria de Comunicação Social (SCO) atingiu índices históricos em todas as suas áreas de atuação – por exemplo, ao triplicar o volume de acessos às notícias publicadas no Portal do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A média de acessos mensal, que era de aproximadamente 370 mil, atingiu 1,1 milhão nos primeiros meses de 2022. O esforço comunicativo faz parte de um projeto para dar mais transparência às decisões do Tribunal da Cidadania e aproximá-lo do jurisdicionado.

Vários dados traduzem o aumento da popularidade do tribunal na sociedade: no período 2020-2022, foi registrado o crescimento de 60% no número de inscritos no canal do STJ no YouTube e de 80% no número de pessoas que acessam o Portal do STJ por algum serviço ou conteúdo.

No último ano da gestão, o alcance no Instagram dobrou, fruto da produção de peças comunicativas inteligentes e do uso de outros recursos, como os *stories*, para fornecer informação de qualidade sobre eventos e julgados do tribunal.

E mais: a Comunicação Interna produziu conteúdo para a intranet (5.040 notícias no biênio), a lista de transmissão no WhatsApp (1.861 notícias) e as edições impressas do Jornal Mural (719 notícias)



STJ é notícia

Dados consolidados em 15/7/2022

4.538 *Atendimentos a jornalistas*

3.365 *Notícias do Portal*

3.619 *Fotos do Flickr institucional*

893 *Notícias nos pontos de TV do Mídia Indoor*

462 *Edições do Clipping da Presidência do STJ*



Segundo o ministro Humberto Martins, o Judiciário reconheceu que a utilização da área foi desvirtuada.

O ministro sustentou uma decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) que mantém o **espólio** inventariante na posse do imóvel e paralisa o processo de reintegração por parte

Conjunto de bens deixado por uma pessoa falecida.

“O trabalho da SCO ao longo da gestão teve um foco muito claro em aumentar a exposição do STJ na mídia, informando de modo direto e preciso sobre as decisões e os eventos realizados. Os diversos números de aumento da audiência e de produção refletem o esforço da equipe, ao longo de dois anos, por uma comunicação mais transparente, abrangente e engajada”, avalia a secretária de Comunicação Social, Cristine Genú.

Em dois anos, a SCO produziu mais de 3 mil notícias para o *site* do tribunal, com trajetória de aumento na produtividade. Houve crescimento de 15% em 2021, comparado a 2020, e de 5% até maio de 2022, comparado ao mesmo período do ano anterior.

Na mídia externa, mais de 126 mil notícias foram veiculadas em diferentes meios de comunicação, mencionando o tribunal ou seus ministros – número que traduz o crescente interesse dos veículos pelas atividades do STJ.

Informação com mais clareza

Em outra frente, o trabalho da SCO, nesses últimos dois anos, buscou tornar a informação mais fácil de ser compreendida pelos diferentes públicos potencialmente interessados nas notícias do tribunal, sem prejuízo de sua exatidão.

Em março de 2022, duas ações estratégicas foram concluídas nesse sentido: a aprovação da Política de Comunicação Institucional, pelo Conselho de Administração do STJ, e o lançamento do **Glossário STJ**.

A política de comunicação é o documento-base para o desenvolvimento e a estruturação de toda a comunicação institucional da corte. Por sua vez, o glossário explica, de forma instantânea e simples, o significado de termos jurídicos utilizados no noticiário do *site*.

Paralelamente ao empenho para aperfeiçoar seu trabalho de divulgação, a SCO teve de se adaptar internamente às contingências da pandemia da Covid-19. Uma das ações nesse campo foi a estruturação do teletrabalho na unidade, conciliando a necessidade de redução do trabalho presencial com a preservação da produtividade.

Justiça na rádio e na televisão

Nos meios audiovisuais, a SCO produziu mais de 1,3 mil conteúdos noticiosos para a TV Justiça durante a gestão, além de 466 notícias para o programa *A Voz do Brasil*. Boa parte da inserção audiovisual da SCO se deu na internet, em meios como o YouTube e o SoundCloud.

No YouTube, houve 632 transmissões de sessões e eventos. Além do crescimento de 60% no número de inscritos – passando de 85 mil para 138 mil –, foram registradas cerca de 4 milhões de visualizações dos conteúdos publicados no canal. Foram criados os programas televisivos *Último Recurso* e *Entender Direito*, bem como as *playlists* Precedentes Qualificados e Ações Coletivas, e Súmulas e Repetitivos.

Acesse o QR Code e saiba mais





Engajamento no Instagram: foco na linguagem do infotermínio, como nos posts em homenagem ao Dia das Mães

Comunicação cada vez mais virtual

Atenta a um cenário em que a comunicação é cada vez mais instantânea e virtual, a SCO investiu pesadamente na gestão das mídias sociais oficiais do tribunal. Seja no Instagram, no Twitter, no Facebook ou no LinkedIn, o jurisdicionado pode acessar informações confiáveis e em tempo real.

Ao todo, são mais de 3,1 milhões de seguidores nessas redes. Chama a atenção o crescimento durante a gestão: 308 mil novos seguidores nos últimos dois anos. Somadas as quatro redes, a SCO produziu 8.435 posts sobre decisões judiciais, eventos e diversos outros assuntos.

Ainda no mundo virtual, a SCO produziu três *hotsites* nesse biênio: o Balcão Virtual, que

realiza atendimentos *on-line* a advogados e cidadãos; o novo *Portal da Transparência* e o *hotsite* da *Agenda 2030*, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que conta com a participação do tribunal.

A equipe da SCO lançou, no primeiro semestre de 2022, o novo *ConexãoSTJ* (site da intranet), após extensa pesquisa em outros órgãos públicos para avaliar a melhor forma de entregar informações ao público interno.

A secretaria foi a responsável pela reformulação de páginas na internet para outros setores da corte, como a Ouvidoria do STJ, e pela criação de vários outros produtos, como o guia do novo Sistema Eletrônico de Informações (SEI), os manuais de planejamento estratégico e novas edições da revista *Panorama*, que reúne as reportagens especiais publicadas no site do tribunal. ■

Acesse o QR Code e saiba mais



#STJ Total de posts em redes sociais Dados consolidados em 15/7/2022



2.323 Instagram



4.829 Twitter



757 Facebook



526 LinkedIn

STJ, CÂMERA E AÇÃO

Dados consolidados em 15/7/2022

YouTube

4.019.648 visualizações
2.158 vídeos

Spotify

118.915 reproduções

SoundCloud

128.127 reproduções

TV Justiça

1.363 conteúdos
noticiosos

Rádio Justiça

2.154 conteúdos
noticiosos

CONHECIMENTO EM QUALQUER LUGAR

Com ferramentas digitais, SED garantiu atendimento da Biblioteca do STJ, lançamento de obras, exposições artísticas e projetos socioeducativos na pandemia



No biênio, foram retomados projetos socioeducativos como as visitas guiadas de universitários ao tribunal. Em abril e maio de 2022, o presidente do STJ recebeu estudantes de direito em seu gabinete

Mesmo na fase mais crítica da pandemia da Covid-19, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi a única entre as 11 instituições públicas da Rede Virtual de Bibliotecas a manter a oferta de serviços ao público externo – de maneira remota e segura. A rede reúne bibliotecas dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo em nível federal.

Ao final da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Secretaria de Documentação (SED) entrega, como principal resultado do desempenho da Biblioteca do STJ no período, a realização de mais de 24 mil atendimentos, com um índice praticamente total de satisfação entre os usuários internos e externos.

Além de garantir a continuidade das atividades na crise sanitária, o atendimento virtual é ecologicamente responsável: cerca de 98% das cópias fornecidas ao público dispensam a impressão de páginas. Mas o incremento de novos e-books da Biblioteca Oscar Saraiva não interrompeu o investimento no tradicional conhecimento em papel. No biênio 2020-2022, a SED registrou um aumento acima de 30% na compra de livros impressos para os usuários da biblioteca.

“Mesmo com o fechamento do acervo físico durante um período do biênio, em razão das medidas de prevenção da Covid-19, a biblioteca deu continuidade à atualização das coleções e obteve o seu melhor desempenho na compra de livros impressos nacionais desde 2012”, ressalta a secretária de Documentação, Josiane Cury Nasser Loureiro.

Para quem prefere o conteúdo na tela, a SED ampliou, também, o acervo virtual da Biblioteca

Digital Jurídica (BDJur), plataforma que atingiu mais de 17 milhões de acessos e registrou crescimento de 325% no seu repositório de e-books nos últimos dois anos. Entre as novidades, houve o lançamento do informativo quinzenal *Novos E-books* e da coleção da Escola Nacional da Magistratura, entidade vinculada à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Documentos eletrônicos

Na gestão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a Secretaria de Documentação implementou a sua versão 4.0, cujos avanços incluem o SEI Federação, solução tecnológica que conecta as diferentes instituições – inclusive de outros poderes da República – que utilizam o sistema. Houve, também, a inclusão das sessões do Pleno do STJ na ferramenta SEI Julgar, responsável pela automação de todas as fases do julgamento de processos administrativos.

No curso do biênio, mais de 70 mil processos foram gerados no SEI, com a tramitação de um montante superior a 830 mil documentos. Para o futuro, estão previstas ainda mais novidades no SEI, como a visualização de relatórios em painéis digitais de *Business Intelligence (BI)* e a implantação do módulo de gestão estratégica de projetos.

Outra marca da atuação da SED no período foi a consolidação do peticionamento eletrônico administrativo. O sistema permite aos usuários externos o envio eletrônico de documentos como faturas, notas fiscais, cartas e ofícios, bem como viabiliza a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos sem a necessidade de deslocamento até a corte superior. Entre 2020 e 2022, foram recebidos eletronicamente mais de 32 mil documentos, o que corresponde a, aproximadamente, 1,35



Acesse o QR Code
e saiba mais

Na imagem, as duas novas edições publicadas em 2022. Ao todo, foram lançadas ou atualizadas nove edições da série *Bibliografias Seleccionadas*

milhão de páginas de papel que deixaram de ser protocoladas.

Difusão documental

A tecnologia também aproxima o cidadão da sua própria história. Na gestão 2020-2022, foram registradas quase 200 mil visitas ao arquivo histórico virtual da corte. Esse acervo pode ser encontrado no espaço virtual *Arquivo.Cidadão*, cujo objetivo é fomentar atividades de preservação, pesquisa e divulgação dos documentos históricos da instituição.

Acesse o QR Code
e saiba mais



Entre as atrações desse espaço permanente no site do STJ, está o boletim mensal *MomentoArquivo*, que registra julgamentos marcantes do tribunal desde a sua instalação, em 1989. Em parceria com a Secretaria de Comunicação Social (SCO), a SED lançou o livro *MomentoArquivo – Volume I*, com as 24 primeiras edições do boletim.

Memória e cultura

Cabe à SED zelar pela valorização da memória institucional do tribunal, com base nas diretrizes do *Plano Museológico do STJ* para o período 2022-2026. No campo cultural, o Tribunal da Cidadania manteve suas atividades de promoção do acesso à cultura durante a pandemia: de 2020 a 2022, mais de 14.200 cidadãos foram beneficiados por realizações da SED na área da cultura.

No auge da crise sanitária, as agendas dos projetos socioeducativos ocorreram de forma inédita, por meio de videoconferência. Ao todo, foram 57 interações virtuais entre março de 2021 e junho de 2022 que contemplaram 2.712

pessoas, de um total de 3.478 abrangidas pelas ações educativas no biênio. Até mesmo as mostras artísticas do Espaço Cultural do STJ tiveram que se reinventar, com as exposições remanejadas para o *site* de compartilhamento de imagens Flickr. Em abril de 2022, o espaço retomou as atividades presenciais com a exposição *Brasília: 60 anos de céu e luz*. Ao todo, entre atividades *on-line* e presenciais, as iniciativas culturais alcançaram 9.889 pessoas.



Junho/2022: foi lançada a exposição artística presencial *Expressão*, com foco nas emoções humanas

Além das exposições, em 2022, houve o retorno presencial das visitas guiadas. Estudantes de direito de todo o país tiveram a oportunidade de conhecer as instalações do tribunal por meio do projeto *Saber Universitário da Justiça*, enquanto idosos da região do Distrito Federal e Entorno realizaram visitas acompanhadas de ações de cidadania no projeto *Sociedade Para Todas as Idades*. ■

BIBLIOTECA EM NÚMEROS

Dados consolidados em 30/6/2022

24.682

Atendimentos

100%

Satisfação do usuário
externo

17.371.370

Acessos à BDJur

514.400

Páginas de periódicos
digitalizadas

164.686

Títulos do acervo físico

32.550

E-books disponibilizados

DIÁLOGO ENTRE PODERES

Filtro de relevância do recurso especial, criação do TRF6 e comissões de juristas são resultados do trabalho da ASP para aproximar a corte do Congresso Nacional

Na gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Assessoria de Assuntos Parlamentares (ASP) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desenvolveu um intenso trabalho, por meio do diálogo institucional com o Congresso Nacional, em favor da aprovação da emenda constitucional que introduziu o filtro de relevância do recurso especial e do projeto de lei que criou o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6).

Promulgada em julho de 2022, a Emenda Constitucional 125 estabelece um filtro para a admissão dos recursos especiais que serão julgados pelo STJ. O texto altera a redação do artigo 105 da Constituição Federal para criar um novo requisito de admissibilidade do recurso especial:

a exigência de demonstração da relevância da questão jurídica discutida. Conhecida como PEC da Relevância, a proposta foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 2017, pelo Senado Federal em 2021 – com modificações no texto – e novamente pela Câmara em julho deste ano.

O filtro de relevância busca corrigir uma distorção do sistema ao permitir que o Tribunal da Cidadania cumpra de forma mais efetiva a sua missão constitucional de promover segurança jurídica na aplicação das leis federais, concentrando esforços nos julgamentos realmente importantes para uniformizar a jurisprudência em questões complexas e de grande impacto jurídico, econômico e social.

Presidente do STJ (à dir.) no início da sessão em que o Senado aprovou a PEC da Relevância, em novembro de 2021. No biênio, Humberto Martins acompanhou a tramitação até a promulgação do filtro de relevância





Ministro Benedito Gonçalves (centro) presidiu comissão de juristas da Câmara para o combate ao racismo. Na foto, ele entrega o relatório final do grupo, acompanhado pelo presidente do STJ (à esq.)

Para a gestão do ministro Humberto Martins, um sistema adequado de precedentes eleva a estabilidade, a confiabilidade e a previsibilidade das decisões judiciais, em benefício do fortalecimento da cidadania brasileira.

TRF6

Outra importante conquista legislativa foi a aprovação da criação do TRF6, em setembro de 2021 – com a sanção da lei correspondente em outubro do mesmo ano –, após o empenho institucional das gestões dos ministros João Otávio de Noronha e Humberto Martins. O projeto de lei aprovado foi de autoria do STJ. A Portaria C/JF 386/2022, assinada pelo ministro Humberto Martins, definiu 19 de agosto de 2022 como a data de instalação do novo tribunal.

Com sede em Belo Horizonte e jurisdição sobre Minas Gerais, a corte federal foi planejada para desafogar o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), com competência, até então, sobre

14 unidades federativas. O TRF6 conta em sua composição com 18 desembargadores – entre eles, dois oriundos da advocacia e dois do Ministério Público Federal.

Igualdade racial

Segundo a assessora-chefe de Assuntos Parlamentares, Helga Ferraz Jucá, o trabalho da ASP no curso do biênio 2020-2022 foi marcado, também, pelo acompanhamento das comissões de juristas criadas por iniciativa das casas do Congresso para elaborar anteprojetos de reformas legislativas e que tenham ministros do STJ entre seus integrantes.

Além de temas jurídicos, houve a discussão de questões de expressiva repercussão social, como no caso da comissão de juristas instituída pela Câmara dos Deputados para avaliar e sugerir propostas de aperfeiçoamento das leis de combate ao racismo no Brasil, que funcionou de 2020 a 2021.

Presidido pelo ministro Benedito Gonçalves, o grupo entregou o seu relatório final em novembro de 2021, com propostas que buscam dotar o sistema jurídico de instrumentos mais adequados para combater problemas históricos como a desigualdade entre negros e brancos no acesso à educação e no mercado de trabalho, o encarceramento em massa da população negra e a violência das abordagens policiais contra essa parcela da sociedade.

Entre as principais recomendações do relatório estão a renovação da política de cotas raciais nas universidades, a criação de um fundo para a igualdade racial, a definição de parâmetros para as abordagens policiais e a implementação de programas de *compliance* em direitos humanos para superar a discriminação no setor privado.

Comissões de juristas no Senado

Seguem a todo vapor os trabalhos da comissão de juristas encarregada de propor alterações legislativas para a modernização dos processos administrativo e tributário. Criado em fe-

vereiro de 2021, o grupo tem por finalidade elaborar anteprojeto para atualizar o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966) e a legislação reguladora do processo administrativo na esfera federal (Lei 9.784/1999). O colegiado é presidido pela ministra Regina Helena Costa.

Sob a presidência do ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, a comissão de juristas que está auxiliando o Senado na redação de substitutivo para regulamentar a inteligência artificial no Brasil iniciou suas atividades em fevereiro de 2022 e já realizou uma série de audiências públicas, com quatro eixos temáticos principais: conceitos, compreensão e classificação de inteligência artificial; impactos da inteligência artificial; direitos e deveres; e *accountability*, governança e fiscalização.

Em fevereiro de 2022, o ministro Rogério Schietti Cruz foi designado para participar da comissão instituída pelo Senado com o propósito de formular o anteprojeto de atualização da Lei do Impeachment (Lei 1.079/1950). O grupo é presidido pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF). ■

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva (centro) preside audiência pública da comissão de juristas criada com o objetivo de apresentar sugestões para a regulamentação da inteligência artificial



STJ E CONGRESSO NACIONAL

Dados consolidados em 14/7/2022

1

Emenda constitucional promulgada (EC 125/2022)

Filtro de relevância do recurso especial

8

Projetos de lei de autoria do STJ

6 em tramitação
2 sancionados

7

Comissões de juristas com ministros do STJ

3 em andamento

6

Autoridades para o CNJ e o CNMP

Indicadas pelo STJ e aprovadas pelo Senado

TRIBUNAL DE AGENDA LOTADA

Equipe de cerimonial e relações públicas organizou e garantiu a presença do tribunal em grandes eventos durante a pandemia

De 2020 a 2022, a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi superou o desafio de, no contexto da pandemia da Covid-19, preservar a atuação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na promoção e na participação em eventos institucionais de relevo, para estreitar os laços do Tribunal da Cidadania com a sociedade e com as demais instituições democráticas.

A Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas (ACR) gerenciou uma agenda virtual e presencial movimentada durante o biênio, conduzindo mais de 80 eventos na sede da corte superior, em Brasília, e dando suporte à Presidência do STJ em mais de cem eventos externos e mais de 200 audiências.

Desde o atendimento direto a cidadãos de todo o Brasil nas edições mensais do projeto *Fale com o Presidente – De mãos dadas: magistratura e cidadania* – em que pessoas são ouvidas no gabinete da Presidência do STJ – até a participação do ministro presidente em agendas internacionais, tudo passa pelo acompanhamento rigoroso da equipe de cerimonial e relações públicas.

“A ACR integra a estrutura do gabinete da Presidência e tem por finalidades precípua as-

essorar o ministro presidente nas funções protocolares e de representação institucional do tribunal, bem como organizar seminários, congressos, assinaturas de acordos de cooperação técnica, cerimônias de posse de ministro, homenagens e celebrações, entre outros eventos”, afirma a assessora-chefe da unidade, Aline Tavares Gurgel.

Eventos sobre temas diversos

Nos últimos dois anos, os eventos organizados pela ACR atingiram diretamente 3.083 servidores, 1.656 prestadores de serviço e 262 estagiários. Essas agendas envolveram múltiplas temáticas, a exemplo da igualdade de gênero (como as ações anuais voltadas para o Mês da Mulher); do desenvolvimento sustentável (duas edições anuais do *Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário*); e, claro, dos tradicionais eventos jurídicos, tendo como um dos destaques o seminário *STJ e os 20 anos do Código Civil Brasileiro*.

Além disso, houve a promoção de agendas filantrópicas. Na véspera do Natal de 2021, a ACR conduziu o Papai Noel do STJ, ação institucional que distribuiu presentes para 80 crianças

GRANDES EVENTOS

Algumas das principais agendas no STJ

29/10/2020

VII Congresso Internacional sobre Liberdades Civas Fundamentais
– Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure)

28/9/2021

Homenagem do STJ ao Dia Nacional dos Surdos, em cerimônia alusiva ao Dia Nacional dos Surdos – data instituída pela Lei 11.796/2008 e comemorada anualmente em 26 de setembro



22/11/2021

1º Seminário STJ em Ação – A cooperação entre o STJ e a sociedade – Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (Ieja)

2/6/2022

Workshop Aspectos Civas do Sequestro Internacional de Crianças – Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)



do Assentamento Irmã Dulce, localizado em Sobradinho – região a cerca de 20 km do centro da capital federal. Ministros, servidores e outros colaboradores do tribunal transformaram em realidade o sonho das crianças que mandaram cartinhas com pedidos de Natal.

Em 2022, passado o período mais crítico da pandemia e com o retorno das atividades presenciais ao STJ, a ACR deu continuidade ao programa de visitação da corte, atendendo a mais de 70 visitantes nos primeiros meses do ano.

Todos os eventos institucionais presenciais no STJ seguem os protocolos sanitários de prevenção da Covid-19, entre os quais o uso de máscara e a obrigatoriedade da apresentação do comprovante de vacinação, físico ou digital, para ingresso e permanência no tribunal. ■

Agenda movimentada Dentro e fora do tribunal

Dados consolidados em 15/6/2022



253 – Eventos externos com participa o do ministro presidente



142 – Eventos internos com apoio oferecido pela ACR



83 – Eventos internos totalmente organizados pela ACR

Dezenas de crianças em situa o de vulnerabilidade social e econ mica foram abraçadas pelo espírito natalino na edi o de 2021 da a o Papai Noel do STJ, com entrega de presentes no Auditório Externo do tribunal





STJ DE CARA NOVA

Auditório Externo

O Auditório Externo sedia grandes eventos jurídicos do Brasil e do mundo. Na gestão 2020-2022, a reforma do espaço incorporou as práticas arquitetônicas mais atuais em matéria de acessibilidade e sonorização ambiental, com novidades como a instalação de púlpito acessível e de painel acústico de madeira

AGENDA DE PAZ MUNDIAL

Parcerias com a ONU e cortes da Europa e das Américas marcam a atuação da ARI no biênio 2020-2022



Ministro Humberto Martins participou do *Seminário Franco-Brasileiro de Direito Ambiental e Saúde Pública*, evento internacional organizado pela Embaixada da França e pelo MPDFT em junho de 2022

Mais do que o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e da cidadania no Brasil, a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi se engajou para ampliar a participação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no movimento global de promoção da paz e do desenvolvimento sustentável.

No biênio 2020-2022, a Assessoria de Relações Internacionais (ARI) teve como uma de suas prioridades o alinhamento da corte superior às iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) em favor da pacificação, da preservação ambiental e do desenvolvimento mundial, com destaque para a adesão do STJ à *Agenda 2030*.

Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU, um dos principais a orientar a atuação do tribunal é o ODS 16, que preconiza a construção de sociedades pacíficas, inclusivas e sustentáveis por meio do amplo acesso à Justiça.

Cooperação contra o crime

Um dos maiores desafios atuais para a consolidação da paz reside no crime organizado, cada vez mais cibernético e transnacional. No campo preventivo, a ARI viabilizou a assinatura do memorando de entendimento de cooperação técnica, acadêmica e científica entre o STJ e o

Comitê Permanente da América Latina para a Prevenção do Crime (Coplad), ligado ao Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinquente (Ilanud).

Firmado em dezembro de 2021, o acordo com o programa da ONU de prevenção do crime tem por objetivo o aperfeiçoamento da Justiça criminal sob uma perspectiva de valorização dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

A contribuição da ARI para o enfrentamento à criminalidade sem fronteiras esteve presente, também, na aproximação institucional entre o STJ, o Conselho da Justiça Federal (CJF) e o Programa de Assistência contra o Crime Transnacional Organizado da Europa para a América Latina (El PACto).

O El PACto é dividido em três eixos: apoiar o fortalecimento dos organismos policiais e de

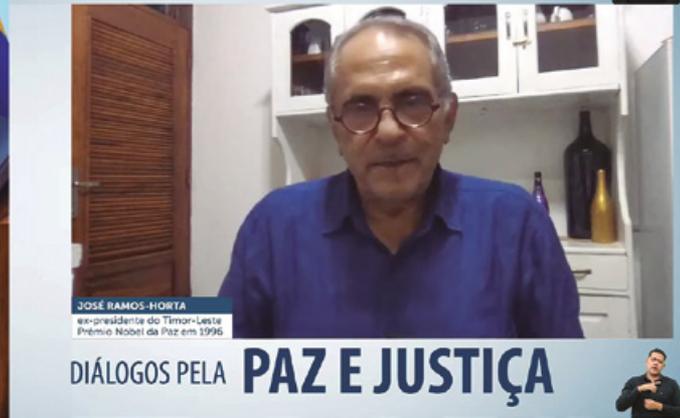
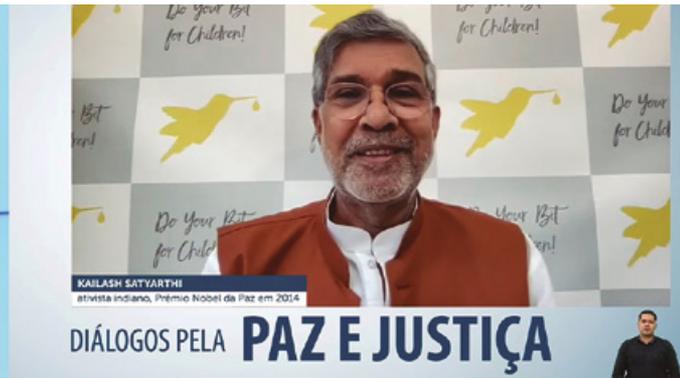
agências de *law enforcement*; intensificar a cooperação em matéria de ação penal; e promover a cooperação no contexto dos países da América Latina e da União Europeia, com ênfase no combate ao crime organizado transnacional.

Diálogos pela paz

Em outra frente, o protagonismo da corte na agenda internacional de pacificação envolveu a difusão da cultura da paz. Por meio da ARI, o STJ trouxe ao Brasil dois ganhadores do Nobel da Paz: o ex-presidente do Timor-Leste José Manuel Ramos-Horta e o indiano Kailash Satyarthi – vencedores do prêmio em 1996 e 2014, respectivamente.

Eles marcaram presença no seminário *Diálogos pela Paz e Justiça*, organizado pelo tribunal em parceria com a Embaixada da Paz. Realizado em maio de 2021, o evento telepresencial contou com exposições de autoridades e especialistas – brasileiros e estrangeiros – a fim de deba-

Em seminário internacional com dois ganhadores do Nobel da Paz, presidente do STJ afirmou que a paz é um direito supremo



ter saídas para concretizar a justiça e a paz no mundo inteiro.

Entre os palestrantes, estiveram os ministros Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ; Dias Toffoli, do STF; Herman Benjamin, do STJ; e Lelio Bentes Corrêa, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O seminário foi uma das ações previstas no acordo oficializado, em março de 2021, entre o STJ e a Embaixada da Paz, associação civil sem fins lucrativos dedicada à disseminação da cultura da paz por meio de projetos sociais nos centros urbanos. Estão previstas ações relacionadas às temáticas de gênero, igualdade racial, acessibilidade e inclusão, combate à discriminação e sustentabilidade.



Junho/2022: Humberto Martins recebeu delegação para organizar as sessões presenciais da Corte IDH

Corte IDH no STJ

No campo da cooperação internacional entre instituições judiciais, a ARI articulou a cessão de espaços da sede do STJ, em Brasília, para a realização das sessões presenciais da Corte In-

teramericana de Direitos Humanos (Corte IDH), entre os dias 22 e 26 de agosto de 2022. É a terceira vez na história que o Brasil sedia reuniões da Corte IDH – os encontros anteriores foram organizados em 2006 e 2013.

Rede de Integridade e Cúpula Judicial Ibero-Americana

Ainda com suporte da ARI, o STJ é uma das instituições à frente do trabalho de implementação e gerenciamento da Rede Ibero-Americana de Integridade Judicial, criada na última assembleia plenária da Cúpula Judicial Ibero-Americana (Cumbre), ocorrida na Cidade do Panamá, em outubro de 2021.

“A Cúpula Judicial Ibero-Americana é um foro de diálogo, cooperação e troca de experiências entre os Poderes Judiciários. Seu principal objetivo é a implementação de políticas, projetos e ações para o fortalecimento da segurança jurídica e do sistema democrático”, destaca o assessor-chefe da ARI, o embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni.

Além do lançamento da Rede Ibero-Americana de Integridade Judicial, a 20ª edição da Cumbre elegeu membros para a composição das sete comissões da cúpula, com mandato de dois anos. A ministra Maria Thereza de Assis Moura foi eleita para a comissão de ética judicial. Por sua vez, o ministro Herman Benjamin foi escolhido para a comissão judicial de meio ambiente.

O STJ participou ativamente de todas as fases da 20ª Cumbre. Em abril de 2022, a ministra Maria Thereza de Assis Moura representou a corte em reuniões realizadas no México para a preparação da 21ª Cumbre – com nova reunião de trabalho em setembro deste ano, na sede do tribunal. ■

TRIBUNAL INTERNACIONAL

Agendas de destaque

Lançamento do livro *Comentários à Convenção Americana de Direitos Humanos*

16/11/2020

Evento virtual organizado pelo STJ, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Corte Europeia de Direitos Humanos

18/2/2021

Poder Judiciário da Costa Rica (virtual)

Seminário *Medidas para prevenir la violencia armada contra las mujeres*

14º Congresso da ONU sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal

7 a 12/3/2021

Quioto/Japão (virtual)

1º e 2/6/2021

Conselho Nacional de Justiça/CNJ (virtual)

3º Encontro Ibero-Americano da Agenda 2030 no Poder Judiciário

Fórum Internacional sobre Cooperação Judicial *Maritime Silk Road*

26 e 27/10/2021

Supremo Tribunal Popular da China (virtual)

5 a 7/4/2022

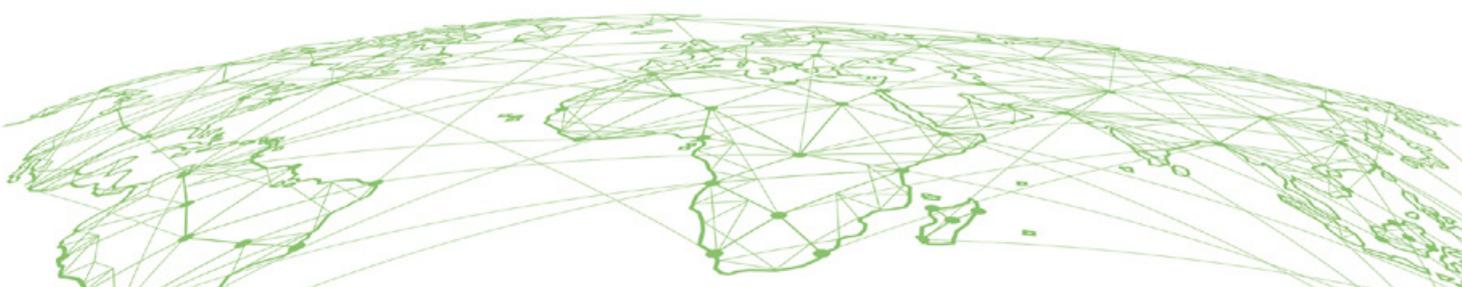
Barcelona (Espanha)

Reunião presencial da Comissão Ibero-Americana de Ética Judicial

Segundo Ciclo Avaliativo do Brasil na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

11 a 13/5/2022

Visita *in loco* dos avaliadores de Portugal e do México



TRIBUNAL PLURAL

ACI consolida atuação de destaque do Tribunal da Cidadania na luta por mais acessibilidade e inclusão



Todos os espaços físicos do STJ reformados durante o biênio atendem aos critérios de acessibilidade

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem se notabilizando pela adoção de políticas voltadas para as necessidades das pessoas com deficiência, seja em relação ao seu próprio pessoal,

seja em relação ao público externo. Durante a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão (ACI) contribuiu para tornar a corte ainda mais acessível, a partir do desenvolvimento de planos anuais de ação, com informações levantadas em encontros e pesquisas para ouvir servidoras e servidores com deficiência.

“O planejamento da ACI foi dividido em dimensões que retratam as áreas do saber nas quais a unidade de acessibilidade e inclusão deve investir esforços para minimizar e/ou eliminar, paulatinamente, as barreiras que dificultam a igualdade de oportunidade de participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no cotidiano do STJ”, explica a coordenadora do setor, Simone Pinheiro Machado.

Entre as realizações no biênio 2020-2022, está o estímulo à conscientização e ao engajamento do corpo funcional por meio do **Projeto Empatia**. Prevista no *Plano de Gestão 2020-2022*, a ação incluiu a disseminação de reflexões e de conhecimentos para ampliar a acessibilidade nos produtos e nos serviços do STJ, bem como para incorporar a empatia à cultura organizacional.

Julgamentos acessíveis

No atendimento ao público externo, uma das

principais entregas da ACI foi a implementação de recurso tecnológico no portal do STJ para traduzir todos os textos publicados para a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Na página da corte no YouTube, pessoas com mobilidade reduzida dispõem de vídeos com rotas acessíveis, que orientam a circulação nas dependências da sede, em Brasília.

Em relação aos julgamentos, foi incluída no site do tribunal a opção de identificação de advogado com deficiência, a fim de ter assegurada a sua prioridade na sustentação oral durante as sessões presenciais ou por videoconferência. Também foram realizados estudos para a instalação de cabines destinadas ao serviço de tradução/interpretação de Libras nas sessões de julgamento.

Em outra frente, a Comissão de Acessibilidade e Inclusão atuou para assegurar a adoção do sistema virtual de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) em 100% dos processos judi-

ciais em tramitação na corte e recurso acessível no Sistema Push para as pessoas com deficiência visual. Além disso, todas as salas de sessões dos órgãos julgadores e do Pleno, bem como o Auditório Externo do STJ, possuem espaços definidos para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Juntos pela inclusão

Em maio de 2022, a coordenadora da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, Simone Pinheiro Machado, assumiu o comando da equipe de trabalho da Rede da Acessibilidade – um acordo de cooperação técnica firmado entre instituições públicas com o objetivo de proporcionar o intercâmbio de informações, experiências e tecnologias de acessibilidade.

Atualmente, fazem parte da Rede as cortes superiores, o Tribunal de Contas da União, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). ■



***Capacitações e serviços
para atender ao público com
deficiência auditiva***

***Mais de 1,7 mil horas de tradução/
interpretação de Libras***

***4 turmas do curso de
audiodescrição***

8 turmas do curso de Libras



EFICIÊNCIA, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Garantir uma prestação jurisdicional ininterrupta, como determina a Constituição Federal (artigo 93, inciso XII), foi um dos maiores desafios da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi. Frente à pandemia da Covid-19, que mergulhou o mundo em uma das piores crises da história humana, a inovação tecnológica foi essencial para manter o acesso à Justiça, em uma gestão processual eficiente, célere, transparente, inclusiva e ecologicamente responsável.

TRIBUNAL MAIS MODERNO E CIBERSEGURO

STI se destacou pela adaptação à pandemia, com reforço à cibersegurança e novas tecnologias digitais

Ao longo da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, dois acontecimentos marcantes revolucionaram o processo de inserção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no mundo digital: a pandemia da Covid-19 e o ataque *hacker* efetuado contra a corte superior em novembro de 2020.

Na linha de frente da resposta a dois dos maiores desafios da história do STJ, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) se desdobrou a fim de oferecer em tempo recorde as soluções tecnológicas essenciais para uma prestação jurisdicional exercida cada vez mais no ambiente virtual.

A ênfase em cibersegurança foi uma necessidade resultante da migração de parte expressiva da força de trabalho do STJ para os sistemas remotos. Para orientar a adaptação à nova rotina, a STI promoveu ações de conscientização do corpo funcional no âmbito da campanha *STJ + Seguro*, que incluíram uma semana de palestras de especialistas e gestores do tribunal, realizada em abril de 2022.

De acordo com o secretário da STI, Rodrigo Almeida de Carvalho, a corte precisou adotar pro-

cedimentos indispensáveis num contexto mundial em que os golpes cibernéticos se tornaram rotina. “Para cada nova tecnologia, há sempre uma nova possibilidade de ataque. Por isso, a preocupação com a segurança da informação deve ser constante”, afirma o gestor.

Políticas de segurança da informação

A campanha *STJ + Seguro* resultou do empenho institucional da gestão 2020-2022 para reformular as estratégias de segurança cibernética após o ataque *hacker* ao tribunal. Nesse esforço, várias medidas foram implementadas, como a criação, na estrutura da STI, da Coordenadoria de Segurança da Informação e Defesa Cibernética.

Em matéria de segurança virtual, a STI investiu também em parcerias com outras instituições. O setor integrou os grupos de trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ligados à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (Resolução CNJ 396/2021) e prestou apoio técnico a diversas entidades públicas no enfrentamento a ciberataques, promovendo uma troca de experiências e de conhecimentos com o objetivo de prevenir futuras invasões.

No decorrer do biênio, o foco em segurança cibernética fez parte de iniciativa estratégica prevista no *Plano de Gestão 2020-2022*. A STI deu início à **atualização das Políticas de Segurança da Informação e de Incidentes de Segurança da Informação**, com ações que vão da capacitação técnica dos servidores da área até o desenvolvimento de novas ferramentas virtuais de monitoramento e de controle de acesso às redes de informática.

Julgamentos transmitidos ao vivo

Além do reforço à segurança cibernética do tribunal, coube à STI prestar suporte a minis-

tros, assessores, membros do Ministério Público e advogados para a realização das sessões de julgamento por videoconferência.

No canal do STJ no YouTube, as transmissões ao vivo dos julgamentos das turmas, das seções e da Corte Especial contaram com o apoio da Seção de Áudio e Vídeo, que passou a integrar o rol de unidades da STI. Houve também a modernização dos sistemas de áudio e vídeo das salas dos órgãos julgadores.

Ainda no campo da digitalização das atividades administrativas e judicantes, a STI atuou na adequação do tribunal aos normativos do CNJ para a modernização do processo judicial

Além da operacionalização das sessões ao vivo (foto), os julgamentos tecnológicos também contaram com soluções da STI como a atualização do *site* do STJ para as sustentações orais por videoconferência



Julgamentos tecnológicos*

Algumas das principais soluções da STI



Módulo de decisões
monocráticas web (E-juris)



Busca textual
nos acórdãos

Total: 210 demandas evolutivas atendidas nos sistemas judiciais e administrativos

eletrônico e da governança do Poder Judiciário. Entre os destaques nessa área, está a adesão do STJ à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro.

Instituído pela Resolução 335/2020 do CNJ, esse sistema multisserviço busca unificar o trâmite processual no país, permitindo a sua incorporação pelas diferentes cortes de Justiça de acordo com as especificidades de cada uma. A STI participou das reuniões com os técnicos do CNJ para garantir o atendimento aos requisitos tecnológicos relativos à integração do STJ à plataforma colaborativa da Justiça brasileira.

As ações de aprimoramento contínuo da gestão tecnológica da corte tiveram o êxito reconhecido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2021, graças ao empenho da STI, o STJ obteve um desempenho superior à média do Judiciário federal no tocante à boa governança em tecnologia da informação e comunicação (TI), com o percentual de 69,7% de cumprimento dos itens elencados pelo TCU em seu indicador de governança na área.

Dados mais protegidos e transparentes

Outra novidade foi o processo de alinhamento

do STJ às normas da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). De modo pioneiro entre as unidades administrativas da corte, a STI conduziu estudos necessários para a implementação da LGPD no tribunal. O setor ficou responsável por mapear os dados sensíveis, bem como operacionalizar as soluções concebidas por outras áreas do tribunal.

Em relação à transparência, a STI viabilizou a apresentação dos dados de forma mais clara e acessível, seja por meio do desenvolvimento de painéis virtuais com a tecnologia *Business Intelligence (Power BI)* para a divulgação das informações de diversas unidades do STJ, seja por meio do lançamento de novas páginas de prestação de contas no *site* da corte. ■

Usuário satisfeito*



96.899

Ligações atendidas



97,22 %

Índice de chamados
solucionados no mesmo dia



94,62 %

Índice de satisfação
do cliente interno



88,60 %

Índice de satisfação
do cliente externo

*Dados consolidados em 30/6/2022

TRIBUNAL DE CARA NOVA

Melhorias nas instalações físicas, adoção de energia solar e contratações modernas e transparentes foram entregas da SAD nos últimos dois anos

No período mais restritivo às atividades presenciais no Superior Tribunal de Justiça (STJ) durante a pandemia da Covid-19, a Secretaria de Administração (SAD) promoveu diversas ações que modernizaram as instalações da corte superior e ampliaram a acessibilidade e a sustentabilidade dos seus espaços.

Na gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, todas as salas dos órgãos julgadores e do Pleno do STJ passaram por um processo de uniformização visual e tecnológica, com a adoção de telão, novos recursos de áudio e vídeo e painel acústico de madeira. Houve, ainda, a disponibilização de cadeiras para pessoas obesas e espaços sinalizados para pessoas com mobilidade reduzida e seus acompanhantes.

A Corte Especial recebeu a instalação de um painel de LED de alta definição, que possui tecnologia de manipulação de imagens em tempo real, o que possibilita a inclusão da imagem do intérprete de Libras diretamente na tela, em tamanho que facilita a visualização a distância.

Mais reformas

O Auditório Externo também passou por uma reforma que incorporou recursos de acessibilidade e sonorização ambiental. Outra importan-

te ação foi o tratamento preventivo do concreto aparente das fachadas das principais edificações da sede do tribunal, de forma a protegê-las e a prolongar a sua durabilidade.

Mais uma novidade foi a criação de salas multiuso, no modelo conhecido como *coworking*, com ambientes totalmente equipados, onde todos os servidores e os estagiários podem trabalhar. Por serem versáteis, os novos espaços viabilizam uma série de atividades, como o uso de computadores, a realização de reuniões e a organização de minicursos.

Além disso, houve a reorganização do Prédio da Administração, com a reacomodação da maioria das unidades administrativas da corte e a concepção de espaços individuais para reuniões virtuais (projeto-piloto), resultando em otimização das rotinas e redução de custos.

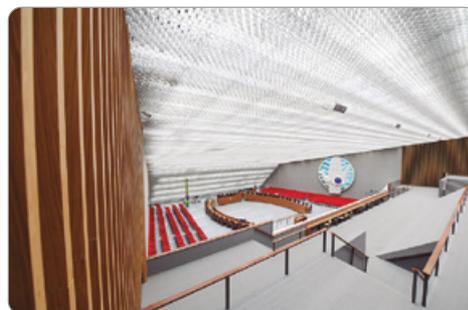
Em outra frente, a SAD executou o projeto estratégico – previsto no *Plano de Gestão 2020-2022* – de **adoção de novo padrão energético para o STJ**, com fontes renováveis e não poluentes, principalmente a energia solar. Uma usina com 8 mil painéis fotovoltaicos, instalada a cerca de 30 km do centro de Brasília, deve produzir energia solar para 75% do consumo anual do tribunal. A energia gerada será injetada na rede

BENFEITORIAS

Principais ações de arquitetura e engenharia



Modernização dos órgãos julgadores



Modernização do Pleno do STJ



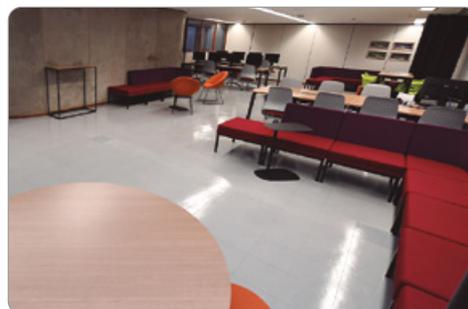
Reforma do Auditório Externo



Revitalização das fachadas



Adoção de novo padrão energético



Criação das salas multiúso



de distribuição do Distrito Federal, gerando créditos para abatimento na fatura mensal.

Administração mais digital

Outro projeto estratégico da SAD foi a Modernização do Sistema Administra, com o objetivo de migrar o sistema informatizado que gerencia as contratações, os contratos e a gestão de material da corte para uma plataforma *web*.

O pontapé inicial dessa migração se deu com o desenvolvimento dos módulos Pedido de Material Web e Movimentação de Material. A fim de garantir mais rapidez e segurança, e incorporar recursos de acessibilidade, a plataforma virtual foi criada para atender às requisições de bens e serviços, às devoluções de materiais, ao planejamento anual de material e à movimentação de bens, substituindo guias assinadas em papel por assinaturas eletrônicas.

Por sua vez, o sistema e-Pro, utilizado na elaboração customizada de projeto básico ou termo de referência, ganhou mais um módulo e uma nova funcionalidade. Na gestão 2020-2022, houve a disponibilização do módulo destinado à elaboração de editais e de contratos, bem como da funcionalidade que permite comparar versões de documentos e conferir, ponto a ponto, as alterações ocorridas, proporcionando mais segurança, celeridade e transparência nas análises. Graças ao êxito do sistema e-Pro, essa ferramenta já foi cedida a vários órgãos públicos, como o STF, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

“Com a automatização do processo de elaboração de editais e contratos, os prazos de execução das atividades diminuíram em torno de 57%, comparados ao período em que o trabalho era feito de

forma manual. A produtividade por servidor aumentou em torno de 800%”, destaca o secretário de Administração, Luiz Antonio Cordeiro.

Além disso, a SAD passou a adotar o formulário eletrônico responsivo nos processos administrativos de contratação. Trata-se de ferramenta *on-line* elaborada para racionalizar procedimentos, aprimorar a instrução das contratações e orientar as unidades demandantes na indicação ou dispensa de requisitos contábeis, para fins de qualificação econômico-financeira das contratações.

Entre as demais tecnologias utilizadas, estão os painéis de *Business Intelligence (BI)* – acessíveis pela intranet e pelo Portal de Transparência do STJ – e o serviço de envio de mensagens eletrônicas registradas, que serve como peça comprobatória para a contagem de prazos em processos judiciais e administrativos.

Contratações mais planejadas e monitoradas

A atuação estratégica do setor ao longo do biênio centrou esforços, ainda, no aperfeiçoamento da governança de contratações, para buscar níveis ainda maiores de produtividade e de eficiência no gasto público.

O plano de governança elaborado pela SAD busca assegurar a adequação de cada contratação aos critérios de sustentabilidade ambiental, acessibilidade e inclusão, além do foco em monitoramento e avaliação da gestão de contratações. A iniciativa aprimorou e unificou as práticas adotadas que já eram desenvolvidas com o Plano Anual de Contratações, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Plano de Obras e o Plano de Logística Sustentável. ■

ADMINISTRAÇÃO COM ENTREGAS

Dados consolidados em 14/7/2022

99%

Satisfação pelos
serviços prestados

15

Obras e reformas
concluídas

62.696

Atendimentos

Engenharia, arquitetura,
serviços gerais,
suprimentos e
patrimônio

554

Contratações

476

Instrumentos
contratuais e de
parceria vigentes

SOLUCIONAR ANTES DE ERRAR

Auditoria Interna investiu em ações preventivas e ampliou transparência com novo modelo de prestação de contas

A adequação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a um novo cenário legal de prestação de contas é um dos principais legados da Secretaria de Auditoria Interna (AUD) durante o biênio 2020-2022.

Logo no início da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Instrução Normativa 84/2020 do Tribunal de Contas da União (TCU) exigiu a readaptação de toda a equipe de auditoria para desempenhar as atividades relativas à nova modalidade de prestação de contas. O esforço de atualização dos servidores demandou a realização de 5.577 horas de capacitação em cursos voltados para temas técnicos e jurídicos.

“Com o objetivo de atender às novas normas de auditoria e às exigências do TCU e do Conselho Na-

cional de Justiça (CNJ), a secretaria tem dado continuidade ao desenvolvimento da equipe, por meio de participação em ações de capacitação – mesmo na modalidade virtual –, que são imprescindíveis para o aprimoramento do conhecimento técnico e, conseqüentemente, para a eficiência dos resultados encontrados”, assinala o secretário de Auditoria Interna, Ivo Mützenberg.

Além do alinhamento às diretrizes mais atuais do TCU em matéria de prestação de contas, a AUD iniciou o processo de instituição de uma nova metodologia de trabalho por meio da **adoção do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna** (*Internal Audit Capability Model for the Public Sector/IA-CM*), iniciativa presente no *Plano Estratégico STJ 2021-2026*.

Acessibilidade no STJ: uma das ações avaliadas pelos monitoramentos periódicos da Auditoria Interna



Novos normativos internos

Em outra frente, o setor atualizou o seu conjunto normativo interno, em conformidade com os padrões recomendados pelo TCU, pelo CNJ e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA). Foram publicados novos documentos, como o *Estatuto de Auditoria Interna*, o *Código de Conduta Ética dos Auditores Internos* e o *Manual do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna*.

Ao longo do biênio, a unidade priorizou também o desenvolvimento de uma relação proativa e de proximidade com as diversas áreas do tribunal. Entre as estratégias de convergência intersetorial, houve a organização de *workshop* para ouvir e conscientizar os servidores sobre as recomendações da Auditoria Interna.

Palestrantes e mediadores apresentaram normativos, documentos, manuais e processos de monitoramento das recomendações e dos seus indicadores de atendimento, além de ações promovidas pela AUD. Outro canal de diálogo interno foi a realização de enquete para obter o retorno dos gestores em uma série de aspectos administrativos da corte.

Foco na prevenção

Em dezembro de 2021, a AUD divulgou os objetivos e as metas da unidade para o período de 2022 a 2025 (Plano Diretor), bem como os trabalhos previstos para o próximo exercício (Plano Operacional). Ambos os documentos podem ser consultados no: [Portal da Transparência do STJ](#).

Acesse o QR Code
e saiba mais



No decorrer do biênio, a combinação entre novos normativos e planejamento estratégico conduziu

Auditoria Interna

Dados consolidados em 28/6/2022

 14 Auditorias concluídas
e 6 em andamento

 46 Monitoramentos concluídos
e 6 em andamento

 3 Processos de prestação
de contas

 10 Consultorias concluídas
e 2 em andamento

 6 Relatórios de Gestão
Fiscal analisados

 336 Análise de nomeações,
aposentadorias e pensões,
atos entre 2020 e 2021

a uma mudança de foco para o setor, com ênfase na atuação preventiva, a fim de minimizar a ocorrência de falhas e otimizar a gestão dos recursos públicos. Por meio de auditorias preventivas e de riscos, antes mesmo de uma contratação ou aquisição, a AUD já pode direcionar o trabalho do tribunal para alcançar patamares ainda mais elevados de eficiência e transparência.

Auditoria automatizada

Entre as novidades para o futuro, a Auditoria Interna iniciou a elaboração de ferramentas para a automação de suas atividades, com vistas ao acompanhamento dos processos de contratação de forma mais rápida e objetiva.

A modernização das rotinas de trabalho da AUD prevê a implementação de soluções digitais a exemplo de auditoria contínua com base em tecnologias abertas, sistema de extração e filtragem de dados relevantes a respeito das contratações da corte e relatórios mais avançados para sinalizar contratações com potencial de risco ou inconformidades. ■

JUSTIÇA COM METAS

Planejamento estratégico orientou as atividades do tribunal desde o primeiro dia da gestão

O compromisso do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com uma administração pautada em metas estratégicas – caminho para o Judiciário do futuro – marcou a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi logo no primeiro dia, com o início dos trabalhos para a formulação do *Plano de Gestão 2020-2022*.

A partir dos estudos conduzidos pela Secretaria de Gestão Estratégica (SGE), foram propostas 47 iniciativas em três grandes frentes: governança, tecnologia e inteligência artificial, e comunicação com a sociedade. Com base em gestão participativa, inovadora e sustentável, as ações do *Plano 2020-2022* têm como objetivo final aproximar o STJ das reais necessidades da cidadania brasileira.

Das iniciativas do planejamento estratégico para o biênio, a realização que mais diretamente contribuiu para estreitar laços com o cidadão foi o projeto *Fale com o Presidente – De Mãos Dadas: Magistratura e Cidadania*. Entre outubro de 2020 e junho de 2022, foram promovidas 16 edições, com 180 cidadãos ouvidos pessoalmente no gabinete da Presidência do STJ.

Outra preocupação consistiu em ampliar a familiaridade do público em geral com o universo jurídico. A simplificação da linguagem dos textos jornalísticos publicados no *site* do STJ foi o legado do projeto estratégico *Proximidade com o Cidadão*.

Para o planejamento estratégico além do biênio, foi desenvolvido o *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, cujo lançamento teve transmissão *on-line* em agosto de 2021. No destaque, o ministro Humberto Martins



Prestação jurisdicional

Na atividade-fim do tribunal, uma importante inovação do plano de gestão foi o controle automático do prazo de despachos de mero expediente – sistema informatizado que executa por completo o gerenciamento desses prazos. Graças à plataforma, os servidores que realizavam essa atividade puderam se dedicar a outras tarefas, ampliando a produtividade e fortalecendo a segurança no processamento dos feitos.

Houve, também, a atualização da infraestrutura tecnológica do *Programa Justiça Web*. A evolução da ferramenta aumentou a satisfação dos usuários com os serviços, uma vez que a corte superior foi capaz de oferecer alta disponibilidade tanto de aplicações *web* quanto de banco de dados.

A necessidade de oferecer informações de maneira acessível e descomplicada aos públicos interno e externo motivou a SGE a coordenar a elaboração de um leiaute padrão de painéis de *Business Intelligence (BI)*, para ser utilizado pelas diversas unidades do tribunal.

Painéis foram disponibilizados, também, ao público em geral, no *site* do STJ, para facilitar a apresentação dos dados estatísticos, o acompanhamento do portfólio de projetos estratégicos e o monitoramento de riscos.

Com o projeto estratégico de divulgação de informações em formato de dados abertos, foi possível implementar o *Portal de Dados Abertos do STJ* – página que ampliou a publicidade de dados gerados pela corte. Atualmente, estão disponíveis informações sobre jurisprudência, decisões terminativas, dados de processos, precedentes qualificados e acórdãos do *Diário da Justiça Eletrônico (DJe)*.

A unidade de gestão estratégica aproveitou as mudanças trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para desenvolver um portal com informações completas sobre a nova legislação, bem como orientações para a sua aplicação no âmbito da corte. Além do *site* temático, foi lançado o aplicativo *Adequa STJ*, que permite levantar o inventário de dados pessoais do tribunal com mais praticidade e rapidez.



Prêmio InovaSTJ: iniciativa estratégica do biênio que valoriza práticas e ideias inovadoras para os serviços do tribunal

Ciclos de planejamento

De olho no futuro, o *Plano Estratégico STJ 2021-2026* mantém o foco na inovação e no alcance de resultados, em alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O plano já se encontra em sua versão 3.0, contando com dez objetivos fundamentais para o cumprimento da missão e da visão de futuro organizacionais, além de 36 indicadores para mensurar o desempenho estratégico da corte. O acompanhamento dos resultados pode ser feito pelo *Portal da Transparência do STJ*.



O painel do portfólio estratégico fornece informações atualizadas em tempo real como cronogramas, dados orçamentários e percentual de execução. Na imagem, dados consolidados em 15 de julho de 2022.

Segundo o secretário de Gestão Estratégica, Montgomery Wellington Muniz, a crescente complexidade das controvérsias jurídicas e da vida em sociedade desafia o STJ e o Poder Judiciário como um todo ao aprimoramento contínuo de seus respectivos planejamentos estratégicos de médio e de longo prazo.

“Para dar vazão ao volume de demandas com a qualidade e a efetividade que o cidadão exige, é fundamental a definição de estratégias que expressem com clareza e precisão o modo de agir e os resultados que se deseja alcançar”, assinala o gestor.

Mais digital

Em questão de meses, o STJ concluiu o saneamento e o envio de informações à Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), obtendo 100% dos pontos disponíveis e se tornando a única corte superior a atingir essa marca. A SGE trabalhou intensamente – em parceria com a Secretaria de Tecnologia da In-

formação e Comunicação (STI) – na construção de uma ferramenta que extraísse os dados do sistema informatizado, formatasse o material no padrão exigido pelo CNJ e transmitisse as informações.

O reconhecimento veio com o Selo Diamante conferido ao STJ pelo *Prêmio CNJ de Qualidade 2021*. Foram cumpridos todos os requisitos previstos, pois parte da pontuação para o prêmio só pode ser atingida pelos tribunais que informam satisfatoriamente os dados de movimentação processual ao DataJud.

Ainda em cumprimento à política do CNJ de digitalização do sistema judicial, a SGE e a STI estão à frente da concepção e da execução do Plano de Transformação Digital do STJ, com vistas ao aprofundamento da automação dos processos de trabalho com base no uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação. Em abril de 2022, foi publicada a segunda versão do plano, com atualização do cronograma e detalhamento da metodologia. ■

GESTÃO DE RISCOS

Dados consolidados em 23/6/2022

1.000

Contratações
monitoradas

292 em 2020
343 em 2021
365 em 2022
(até junho)

191

Planos de riscos
atualizados
(contratações
e aquisições)

65 em 2020
55 em 2021
71 em 2022
(até junho)

133

Gestores capacitados

12

Oficinas práticas
de gestão de riscos

PRODUTIVIDADE A DISTÂNCIA

Gestão de Pessoas coordenou a transição para o teletrabalho e o reforço das equipes durante a pandemia



Novos analistas e técnicos foram convocados pelo STJ nas áreas judiciária e administrativa, bem como de apoio especializado

Em casa ou no tribunal, o resultado do empenho de servidores, colaboradores e estagiários ao longo da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi foi um só: o expressivo aumento de produtividade da força de trabalho do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nas suas atividades administrativas e jurisdicionais.

Durante o biênio, uma das principais realizações da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) para melhorar o desempenho do corpo funcional da corte foi a **ampliação do teletrabalho**. Trata-se de um contingente correspondente a cerca de um terço dos servidores, que está autorizado a realizar o trabalho a distância nas for-

mas integral ou híbrida (com alternância entre os expedientes remoto e presencial).

O aprofundamento do teletrabalho no STJ tem como origem o esforço não apenas da SGP, mas de todas as áreas do tribunal, para adaptar as dinâmicas do serviço à nova realidade laboral intensificada pela pandemia da Covid-19. Meses após a implementação em larga escala do teletrabalho, a SGP entrevistou 367 teletrabalhadores para conferir a experiência de cada um com as novas rotinas. Os relatos comprovam ganhos em termos de eficiência no trabalho e de qualidade de vida – o que inclui, por exemplo, redução de gastos e maior proximidade com a família.

“O teletrabalho foi instituído no STJ visando ao aumento da produtividade e da eficácia do trabalho, à racionalização dos recursos e ao incentivo ao servidor no cumprimento dos objetivos do tribunal, com a conseqüente promoção de uma cultura orientada para resultados e a melhoria da qualidade de vida dos servidores da casa”, afirma a secretária de Gestão de Pessoas, Solange da Costa Rossi.

A unidade promoveu um conjunto de atividades para garantir a melhor qualidade do teletrabalho em relação ao desenvolvimento das tarefas e ao bem-estar do servidor. Entre as ações, houve rodas de conversa e encontros setoriais de gestores e de teletrabalhadores para a troca de conhecimentos e boas práticas.

Clima organizacional

Em 2021, a SGP ouviu 1.090 servidores na *Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação* e descobriu que a maioria está satisfeita com o trabalho, os relacionamentos interpessoais, a



Programa *Orgulho STJ* realizou cerimônias de entrega de medalhas aos servidores com 25, 30 e 35 anos de serviço

chefia e as políticas de valorização. Apesar dos resultados positivos, o trabalho não parou por aí. Os pontos de melhoria indicados na pesquisa foram mapeados para discussão e reflexão com maior profundidade junto ao Comitê Gestor do Clima.

Outro dado acompanhado de perto pela SGP traduz a satisfação dos servidores com a unidade na qual trabalham: o índice de movimentação interna de pessoal pelas diferentes lotações do STJ é de apenas 1,05%, abaixo dos 5% fixados como meta a ser alcançada.

Uma das prioridades anunciadas no discurso de posse da gestão 2020-2022, a valorização dos servidores contou, também, com a chegada de novos analistas e técnicos judiciários aos quadros do STJ. Com a medida, a corte teve a sua capacidade de trabalho reforçada, o que foi especialmente importante nos momentos mais críticos da pandemia. Os servidores empossados conquistaram a aprovação no concurso público promovido pelo tribunal em 2018, cuja

validade foi prorrogada até fevereiro de 2024 em razão da crise sanitária.

As iniciativas da SGP não estão restritas aos servidores. No decorrer do biênio, 5.500 candidatos participaram de um extenso processo seletivo de estagiários para diversas áreas. Para acolher os estudantes aprovados, o setor organizou 40 cursos de ambientação.

Novos normativos

Nos últimos dois anos, a SGP foi responsável pela edição de 11 normas para aprimorar a vida funcional em questões como o teletrabalho, o reconhecimento dos servidores (programa *Valoriza STJ*) e a concessão de horário adaptado para o servidor com deficiência – ou com familiar nessa condição.

O fortalecimento dos direitos do corpo funcional incluiu os servidores que já cumpriram a sua missão na corte. Em 2022, a SGP retomou o recadastramento anual de aposentados e pensionistas. Até o fim de maio, 1.138 aposentados e 314 pensionistas foram recadastrados.

Em outra frente, o setor desenvolveu o Sistema Prova de Vida do STJ, viabilizando a realização da prova de vida na modalidade virtual, por meio de verificação biométrica. O sistema, integrado à plataforma Gov.br, permite verificar a autenticidade e proceder à comprovação de vida do beneficiário. Inicialmente, a ferramenta está sendo utilizada por ministros aposentados e seus pensionistas. Em 2023, o uso do sistema será estendido aos demais servidores.

Além disso, pensando no futuro, a SGP trabalha em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) para criar

o Sistema Informatizado de Gestão de Pessoas, o iSGP. Previsto no *Plano Estratégico STJ 2021-2026*, o aplicativo substituirá o atual Sistema de Administração de Recursos Humanos. ■

Tribunal feito de pessoas

Dados consolidados em 15/7/2022



166
servidores empossados
85 técnicos **81** analistas



942 servidores com
teletrabalho autorizado
921 com teletrabalho
já iniciado



89,25% de satisfação do
servidor, acima da
meta de **80%**



433 estagiários
contratados



STJ DE CARA NOVA

Salas Multiúso Conecta STJ

Desenvolvidas no modelo conhecido como *coworking*, as salas multiúso contam com ambientes modernos e versáteis para receber servidores e estagiários das diferentes áreas do tribunal. Os novos espaços comportam uma série de atividades, desde a realização de reuniões até a organização de minicurso.

RESPONSABILIDADE FISCAL

Atuação da SOF levou tribunal a cumprir teto de gastos pelo quinto ano consecutivo



Antes localizada na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), a Secretaria de Orçamento e Finanças ganhou um novo ambiente no prédio da Administração (foto) durante o biênio 2020-2022

Além de qualidade e celeridade das decisões, a excelência da prestação jurisdicional demanda eficiência na aplicação dos recursos públicos. Uma das prioridades da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi foi cumprir as metas financeiras para o desempenho das atividades do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Graças à atuação da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), a corte se mantém em dia com as despesas ao longo da série histórica, com

destaque para a execução orçamentária dentro dos limites estabelecidos pelo teto de gastos. Durante os cinco anos sob a vigência da Emenda Constitucional 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal, o STJ executou em média 94,59% do orçamento disponível, cumprindo com folga a meta fixada.

Em paralelo à obediência aos limites orçamentários, a SOF imprimiu esforços para racionalizar os pagamentos, o que pode ser verificado

na evolução do quantitativo de restos a pagar: no curso do biênio 2020-2022, o Superior Tribunal de Justiça registrou os menores valores dos últimos seis anos, com uma redução de 32% em 2021 e de 19% em 2022, quando comparados aos números de 2020.

Em 2021, a Emenda Constitucional 113 promoveu algumas alterações no regime fiscal brasileiro, entre as quais passou a considerar a inflação (IPCA) acumulada em 12 meses, de janeiro a dezembro do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, como parâmetro para a definição das verbas à disposição no ano seguinte.

De acordo com a secretária de Orçamento e Finanças, Fabiana Bittes Veyl, a mudança é positiva para o planejamento financeiro das atividades do Tribunal da Cidadania. “Com esse novo método, haverá o ingresso de mais recursos em 2023, ampliando as possibilidades de investimento e aperfeiçoamento do tribunal”, afirma a gestora.

Gestão estratégica

Entre as novidades estratégicas do STJ, o *Plano de Gestão 2020-2022* elencou a futura implementação de ferramentas para aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária, com vistas a permitir o levantamento do custo dos diferentes setores da corte de modo a oferecer condições para a tomada de decisões pelos gestores.

A missão é contemplada pelo projeto *Aprimoramento do Sistema de Informação de Custos*. Em 2022, houve a contratação de uma empresa para prestar serviços de *Business Intelligence (BI)*, tecnologia digital que torna mais visual e intuitiva a apresentação de dados.

Outra frente estratégica da SOF consistiu na criação de quatro indicadores internos para re-tratar a gestão orçamentária e financeira. São eles: evolução da despesa liquidada; evolução do percentual da despesa liquidada em relação à aprovada; evolução da relação entre a LOA aprovada e os limites de empenho e de pagamento; e evolução mensal dos pagamentos efetuados em relação ao teto do gasto.

Mais transparência

Com o objetivo de melhorar o acesso e a experiência do usuário, foram realizadas mudanças no *site* do STJ para facilitar a localização da página de precatórios e da página de execução orçamentária e financeira.

Devido ao detalhamento dos precatórios em área própria do portal, a página de execução orçamentária e financeira foi simplificada e não conta mais com a seção relativa aos precatórios. A reformulação proporcionou, ainda, a reunião dos dados necessários à elaboração do *Ranking da Transparência*, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). ■



Produtividade

Documentos emitidos

Dados consolidados em 30/6/2022

2.293 – *Precatórios pagos*

2.547 – *RPVs pagas*

4.309 – *Empenhos e registros orçamentários*

62.030 – *Outras categorias*

Total: 71.179

SEGURANÇA TREINADA E CONSCIENTE

Capacitação com a PF e cartilha de proteção à mulher estão entre os destaques da SSE no biênio



Entre os dias 20 e 29 de junho, 142 agentes da Polícia Judicial do STJ realizaram o curso do Programa de Reciclagem Anual de Segurança 2022

A gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi foi marcada por uma série de atualizações nas estruturas humanas e normativas da Secretaria de Segurança (SSE) do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Uma das principais preocupações do setor nesses dois anos foi priorizar o constante aperfeiçoamento profissional.

Atualmente, os servidores da SSE contam com capacitações oferecidas pela Academia Nacio-

nal de Polícia (ANP) no âmbito de um termo de cooperação técnica firmado, em abril de 2022, entre o STJ e a Polícia Federal (PF). Sem custos adicionais para o tribunal, o acordo com a PF prevê o desenvolvimento de um conjunto de ações de formação continuada, como cursos, treinamentos, pesquisas, seminários e palestras. Em outra frente de qualificação profissional, a SSE deu início à criação de um centro de treinamento nas áreas de segurança, defesa pessoal e condicionamento físico.

Em matéria normativa, a unidade coordenou a adequação da corte às mudanças introduzidas pela Resolução 344/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta o exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais. Com base em estudos da SSE, a internalização das normas de funcionamento da polícia judicial foi consolidada por meio da publicação da Resolução STJ/GP 05/2022.

Pela segurança de todas

A SSE atuou, também, na prevenção e na conscientização dos servidores e dos colaboradores do tribunal no enfrentamento à violência contra a mulher. Seguindo a Recomendação 102/2021 do CNJ, foi elaborada uma cartilha com orientações de prevenção e reação às diferentes formas de agressão contra as mulheres.

Com linguagem simples e objetiva, a cartilha orienta servidoras e colaboradoras a respeito de seus direitos e situações de risco a serem evitadas, bem como de providências que podem ser adotadas quando estiverem inseridas em contextos de maior vulnerabilidade, especialmente no âmbito doméstico.

A cartilha traz também uma relação de canais de comunicação disponíveis em diversas instituições públicas com estruturas especializadas para atender aos casos mais delicados.

Segurança também preventiva

As ações mais conhecidas da SSE são o controle de acesso e o policiamento ostensivo nas dependências do STJ, bem como a escolta de magistrados – quando necessário –, a condução de veículos oficiais e a garantia de segurança para



A cartilha cumpre recomendação do CNJ para a proteção de magistradas, servidoras e colaboradoras

as sessões de julgamento e as audiências realizadas na corte.

No decorrer do biênio, o setor promoveu benfeitorias como a aquisição de novos coletes à prova de bala e a revitalização das salas destinadas aos motoristas e agentes de segurança a serviço dos ministros.

Além da atuação cotidiana, a SSE investe em planejamento para não dar margem a imprevistos. Houve a produção de uma completa análise de riscos, a fim de identificar eventuais vulnerabilidades de segurança. Foi iniciada, ainda, a elaboração de um manual de procedimentos para viabilizar a padronização de rotinas. ■

CIÊNCIA CONTRA A COVID-19

SIS enfrentou a pandemia com protocolos sanitários, acompanhamento de casos e suporte psicológico



Foco na prevenção: além da vacinação (foto) contra a gripe (média anual de 2,4 mil imunizados), a SIS realizou 45 ações de saúde mental (720 participações) e 39 ações de educação para a saúde (665 participações)

Diante dos múltiplos impactos provocados pela mais grave crise sanitária global do presente século, preservar a saúde e a qualidade de vida da força de trabalho do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi o principal desafio enfrentado pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) ao longo da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi.

“O biênio 2020-2022 foi especialmente difícil, em razão da pior crise sanitária mundial que enfrentamos com a Covid-19, o que exigiu da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde investir continuamente em ações restritivas e educativas voltadas à prevenção de doenças, à promoção da saúde e à redução do impacto da Covid-19 na saúde física e mental de todos”,

destaca o secretário de Serviços Integrados de Saúde, Paulo Roberto Lenzi.

Desde o início da gestão, no período mais crítico da pandemia, coube à SIS fornecer os dados científicos necessários para a Presidência agir rapidamente: logo no primeiro dia após a posse da nova direção do tribunal, foram baixadas as normas que disciplinaram o funcionamento do STJ naquela fase de alto risco, com a implementação de todos os protocolos sanitários para prevenir a disseminação da Covid-19 nos ambientes da corte. Desde então, foram editados 19 atos normativos relacionados à pandemia até 15 de julho de 2022.

Além do assessoramento para regular as atividades do STJ durante a crise sanitária, a SIS instituiu o **Plano de Segurança para o Enfrentamento da Covid-19**, seguindo as diretrizes do *Plano de Gestão 2020-2022*. O planejamento contra a Covid-19 resultou na criação da Comissão de Operações de Emergência em Saúde, que atuou em diversas frentes, como o levantamento dos casos confirmados da doença no âmbito do tribunal e o acompanhamento da saúde física e mental do seu corpo funcional.

O atendimento aos casos suspeitos ocorreu por meio de teleconsultas (pela internet ou por telefone). Houve, também, a reestruturação das consultas presenciais, com a disponibilização de uma sala para receber possíveis infectados pelo coronavírus e a adoção de medidas de segurança para os profissionais de saúde.

Mente sã

Em um cenário traumático, foi necessário um

cuidado especial com a saúde mental do corpo funcional da corte. A SIS concentrou esforços na oferta de serviços de acolhimento durante a pandemia, a exemplo da realização de rodas de conversa para discussões relevantes sobre as consequências da Covid-19.

Também beneficiados, os servidores aposentados contaram com o *Programa Acalento*, que promoveu orientações relativas à pandemia, rastreamento de comorbidades e rede de apoio voltada para o desgaste psicológico. Em matéria de saúde mental, a SIS desenvolveu, ainda, projetos como o *Curso de Gerenciamento de Estresse no Trabalho*, a *Formação em Saúde Mental para Gestores* e o *Cuidado em Saúde Mental dos Novos Servidores*.

Atendimento presencial

Mesmo com as restrições de circulação impostas no auge da pandemia, a SIS continuou a oferecer assistência médica e odontológica imediata nas dependências do STJ, entre consultas eletivas, urgências e perícias. No total, mais de 70 mil (71.734) atendimentos foram prestados pelos profissionais de saúde da unidade, que atuam nas áreas de medicina, odontologia, enfermagem, psicologia, fisioterapia, nutrição e serviço social.

Em outra frente, o setor investiu na adaptação de serviços de saúde ao contexto de expansão das atividades remotas durante a pandemia, tendo como exemplos os projetos *Odontologia em Casa*, que executou o telemonitoramento de medidas de higiene e de doenças bucais sistêmicas; e *Ginástica Laboral On-line*, com práticas de alongamento no trabalho remoto apoiadas em transmissões ao vivo nas mídias sociais.

Retorno gradual e seguro

Na gestão 2020-2022, o STJ retomou as atividades presenciais com limitação de acesso e todos os cuidados sanitários contra a Covid-19



Além disso, a SIS gerenciou os indicadores de monitoramento da saúde no tribunal. Um dos destaques foi o acompanhamento mensal do índice de absenteísmo, que evidenciou os efeitos da Covid-19 no dia a dia do trabalho, tanto no STJ quanto no Conselho da Justiça Federal (CJF), em virtude das faltas justificadas dos servidores acometidos pela doença.

Saúde consciente

Em paralelo aos tratamentos médicos e odontológicos, a SIS apostou na cultura da prevenção de doenças. Nos últimos dois anos, a unidade organizou as tradicionais campanhas de vacinação contra a *influenza* (a gripe comum) para atender aos servidores da corte, com uma média superior a 2 mil pessoas vacinadas por ano.

Outra estratégia de prevenção consistiu na realização de ações educativas voltadas para a superação de hábitos prejudiciais. A mais nova iniciativa da SIS para a educação em saúde é o projeto *Consultório Aberto*, lançado em maio de 2021. Desde então, as rodas de conversa acontecem em encontros quinzenais com uma equipe multiprofissional do setor. Promovidas por videoconferência, as discussões abrangem temas ligados às diferentes especialidades médicas.

Na gestão 2020-2022, a atuação da SIS ganhou o reforço do alinhamento do STJ ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, da Organização das Nações Unidas (ONU), que prevê o atingimento de diversas metas referentes à saúde e ao bem-estar até o ano de 2030. A *Agenda 2030*, formada por 17 ODS e 169 metas, surgiu com o propósito de efetivar os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, a partir do compromisso assumido por 193 países. ■

ATENDIMENTOS SIS

Dados consolidados em 30/6/2022

28.989
Medicina

17.644
Enfermagem

12.320
Odontologia

6.241
Psicologia

3.737
Fisioterapia



FORÇA-TAREFA JULGADORA

Produtividade dos gabinetes foi ampliada com trabalho da ASM na convocação de magistrados

A atuação da maior corte superior do Brasil – com 33 ministros distribuídos em dez Colegiados para interpretar e aplicar as normas federais de quase todos os ramos do direito em milhares de processos recebidos diariamente – demanda uma força de trabalho proporcional às suas dimensões.

Na gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, a Assessoria para Assuntos Funcio-

nais de Magistrados (ASM) foi peça-chave para garantir o suporte humano imprescindível à tarefa de julgar.

Durante o biênio 2020-2022, a unidade operacionalizou o cumprimento do artigo 21-C do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ), vigente desde 2016, segundo o qual os ministros podem indicar à Presidência do tribunal a convocação de um magistrado vi-

Além do reforço de juízes auxiliares, a ASM gerenciou a convocação de juízes instrutores para os gabinetes de ministros que integram a Corte Especial



talício, em caráter excepcional, quando houver justificado acúmulo de serviço.

Assim, cada gabinete passou a contar com o recurso de convocação de juízes auxiliares para o apoio necessário à missão de devolver à sociedade brasileira a prestação jurisdicional célere e eficiente, em um volume de processos que cresce ano após ano. A partir de 1º setembro de 2020, além da Presidência, 17 gabinetes optaram por esse reforço para ampliar a sua produtividade.

Ainda mais suporte

O apoio prestado pela ASM aos ministros vai além do gerenciamento do quadro de juízes convocados.

Logo no primeiro mês da gestão 2020-2022, o presidente do STJ, ministro Humberto Martins, entregou o novo espaço da ASM, localizado no oitavo andar do Edifício Ministros I. A sala oferece melhores condições de acesso, trabalho e acolhimento aos magistrados ativos e aposentados, e também aos servidores do setor.

Outra novidade, impulsionada a partir das restrições de circulação impostas pela pandemia da Covid-19, é o uso do aplicativo WhatsApp para prestar atendimento aos magistrados. De forma simples e rápida, a equipe da ASM coloca à disposição, pelo aplicativo de mensagens, todos os serviços da área para ministros ativos e aposentados, pensionistas de ministros e juízes convocados.

Prova de vida digital

Como parte da iniciativa de digitalização de suas rotinas, a ASM modernizou o processo de

recadastramento anual de ministros aposentados e pensionistas de ministros, com a realização da prova de vida em ambiente virtual.

O procedimento ficou suspenso durante dois anos devido ao recrudescimento da crise sanitária mundial. Por meio do projeto Prova de Vida Digital, os beneficiários podem ter os seus cadastros atualizados, sem sair de casa, a partir de parceria entre o STJ e o governo federal para a utilização do aplicativo gov.br. A partir de 2023, o sistema estará disponível também para servidores aposentados e demais pensionistas.



O novo espaço de atendimento a ministros foi uma das ações da gestão 2020-2022 em prol de uma administração participativa

“A virtualização do procedimento deve ganhar mais adesão a cada ano, promovendo melhor utilização da força de trabalho da ASM e mais segurança ao STJ quanto à manutenção do pagamento de benefícios previdenciários, além de maior comodidade aos usuários desse serviço”, avalia a assessora-chefe para Assuntos Funcionais de Magistrados, Juliana de Paula Lima Pacheco. ■

GESTÃO PARTICIPATIVA

Todos os ministros participaram da gestão do tribunal no biênio, com o apoio da ACC



Setembro/2020: ministro Humberto Martins presidiu a sessão do Pleno do STJ que aprovou a criação dos comitês consultivos

No seu discurso de posse como presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 27 de agosto de 2020, o ministro Humberto Martins se comprometeu a colocar em prática uma gestão participativa e agregadora, abrindo espaço para a participação de todos os ministros na definição dos rumos da corte superior. Nesse pronunciamento inaugural do mandato, Humberto Martins anunciou como primeira medida administrativa a criação de seis **comitês consultivos temporários**, de caráter opinativo, com cinco ministros cada um.

“Espero contar com a larga experiência dos meus pares que já ocuparam a Presidência, e as ideias inovadoras daqueles que futuramente estarão à frente desta corte. O importante é que todos os senhores e senhoras que depositaram confiança em mim para gerir esta corte poderão dar a sua contribuição na área em que mais tenham interesse”, declarou o presidente do STJ à época.

Logo na primeira semana do biênio 2020-2022, a promessa foi cumprida. Por unanimidade, o Pleno do STJ aprovou a Resolução STJ/GP 20/2020, com as regras de funcionamento dos comitês consultivos. O ato normativo estabeleceu a periodicidade trimestral, no mínimo, para a realização de reuniões ordinárias, cabendo ao presidente do tribunal coordenar os trabalhos desenvolvidos nesses grupos e, após receber suas sugestões, tomar a decisão em cada caso.

O suporte às atividades dos comitês esteve a cargo da Assessoria dos Comitês Consultivos (ACC). Entre as suas atribuições, coube à unidade a organização da agenda de cada colegiado, o registro das reuniões e o encaminhamento das propostas discutidas para a Presidência. De acordo com a assessora-chefe dos Comitês Con-

sultivos, Sulamita Avelino Cardoso Marques, o setor concluiu com êxito as metas definidas pelo *Plano de Gestão 2020-2022*.

As áreas de cada comitê

O Comitê de Gestão auxilia a Presidência em temas estratégicos, melhoria dos serviços, elaboração de normas internas, relações com outras instituições, prestação de contas e demais questões submetidas pelo ministro presidente.

O Comitê de Saúde opina sobre a gestão da assistência médica, odontológica e psicossocial para magistrados, servidores e seus dependentes; as ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, e outros assuntos ligados ao tema.

O Comitê de Segurança e Transporte tem foco na segurança dos magistrados, do patrimônio e das pessoas que frequentam a sede do STJ; e na gestão de transporte e logística do tribunal e dos ministros.

O Comitê de Tecnologia da Informação colabora com a Presidência em assuntos relativos a governança e gestão tecnológica.

O Comitê de Assuntos Legislativos analisa projetos de lei que envolvam interesses do STJ e atua no intercâmbio entre a corte e o Congresso Nacional.

O Comitê de Orçamento e Finanças apresenta sugestões e realiza o acompanhamento orçamentário e financeiro do tribunal. ■

Comitês consultivos

COMITÊ DE GESTÃO

Ministro Felix Fischer (coordenador)

· Ministro Francisco Falcão

· Ministra Nancy Andrighi

· Ministra Laurita Vaz

· Ministro João Otávio de Noronha



COMITÊ DE SAÚDE

Ministro Gurgel de Faria (coordenador)

· Ministro Og Fernandes

· Ministra Regina Helena Costa

· Ministro Rogerio Schiatti Cruz

· Ministro Antonio Saldanha Palheiro



COMITÊ DE SEGURANÇA E TRANSPORTE

Ministro Benedito Gonçalves (coordenador)

· Ministro Raul Araújo

· Ministro Antonio Carlos Ferreira

· Desembargador Convocado Manoel de Oliveira Erhardt*

· Desembargador Convocado Olindo Herculano de Menezes*



COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ministro Luis Felipe Salomão (coordenador)

· Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva

· Ministro Marco Aurélio Bellizze

· Ministro Ribeiro Dantas

· Ministro Joel Ilan Paciornik



COMITÊ DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Ministro Mauro Campbell Marques (coordenador)

· Ministro Paulo de Tarso Sanseverino

· Ministra Isabel Gallotti

· Ministro Sebastião Reis Júnior

· Ministro Sérgio Kukina



COMITÊ DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ministra Assusete Magalhães (coordenadora)

· Ministro Herman Benjamin

· Ministro Marco Buzzi

· Ministro Moura Ribeiro

· Ministro Reynaldo Soares da Fonseca



*Ambos os magistrados foram automaticamente integrados ao respectivo comitê em razão das aposentadorias dos ministros Napoleão Nunes Maia Filho e Nefi Cordeiro.

IGUALDADE É QUESTÃO DE ÉTICA

Principal iniciativa da AED no biênio, Humaniza STJ unificou ações do tribunal contra a discriminação e o preconceito

No século XXI, a promoção da ética nas instituições públicas e privadas é um movimento que cada vez mais deve transcender o mero esforço para garantir o cumprimento de regras vigentes. Em sintonia com os novos tempos, a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi agiu para fomentar a cultura da integridade no Superior Tribunal de Justiça (STJ), investindo em ações de sensibilização dos servidores e demais colaboradores da corte superior.

Além da tradicional atuação disciplinar, a Assessoria de Ética e Disciplina (AED) teve papel importante para implementar o *Programa de Gestão Institucional de Direitos Humanos*, o Hu-

maniza STJ. Regulamentado pelo tribunal em fevereiro de 2021, o programa unificou as iniciativas institucionais de fortalecimento dos direitos humanos.

“O *Programa Humaniza STJ* deu efetividade e unificou os esforços sobre questões relacionadas aos direitos humanos, congregando todas as atuais e futuras ações sobre o tema, promovendo ações de capacitação, campanhas de comunicação, orientação segura e, quando necessário, correção na forma da lei”, destaca Alessandro Garcia Vieira, assessor-chefe da AED – unidade responsável por secretariar o grupo de trabalho à frente do *Humaniza STJ*.

Presidente do STJ (centro) recebe o relatório final do grupo de trabalho criado pela gestão 2020-2022, a partir de orientações do CNJ, para elaborar propostas de igualdade racial na corte



Igualdade racial e de gênero

As ações do programa foram desenvolvidas em múltiplas frentes, desde sensibilizar o corpo funcional para o acolhimento das pessoas com deficiência até aprimorar políticas internas de ação afirmativa a partir do diagnóstico feito por um grupo de trabalho que, entre 2020 e 2021, discutiu soluções para ampliar a igualdade racial na corte – iniciativa esta que resultou, também, de parceria entre o STJ e a Universidade Zumbi dos Palmares.

Ainda no âmbito do *Humaniza STJ*, houve o compromisso com o equilíbrio de oportunidades entre homens e mulheres no tribunal, tendo como uma de suas diretrizes o movimento *ElesPorElas*, da ONU Mulheres – ao qual o STJ aderiu em outubro de 2020. Entre as realizações, houve a organização de programações temáticas em homenagem às mulheres nas edições de 2021 e 2022 do Mês da Mulher, com seminários e *talk shows*.

Proteção à infância

Em outra frente, o programa de direitos humanos do Tribunal da Cidadania promoveu a atuação institucional em defesa dos direitos da primeira infância. Em março de 2021, o STJ ingressou no Pacto Nacional pela Primeira Infância, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diversas entidades que compõem a rede de atenção às crianças de até seis anos de idade.

Como resultado, o *Humaniza STJ* formou uma comissão temática que coordenou ações como as rodas de conversa mensais com pais ou responsáveis por crianças. Além disso, o programa incluiu estratégias de conscientização a respeito de todas as formas de assédio no contexto institucional.

O valor da ética

Para o futuro, a Assessoria de Ética e Disciplina tem como uma de suas prioridades lançar o *Pro-*



Março/2022: palestra do Mês da Mulher com Humberto Martins e ministros do tribunal, além do presidente do STF, Luiz Fux

grama de Integridade do STJ, que pretende reunir todas as atividades dirigidas para a constante evolução ética de magistrados, servidores, colaboradores e estagiários da corte.

Outra iniciativa que será apresentada é o *Projeto Ética – Valor Essencial*, que prevê a organização de eventos de capacitação, a criação de página específica na intranet e a divulgação de identidade visual e de campanha de comunicação. ■



Prevenção e correição

Dados consolidados em 20/6/2022

39 procedimentos disciplinares

entre sindicâncias investigatórias ou punitivas, processos administrativos disciplinares e procedimentos de apuração de conduta ética.

1.190 documentos recebidos

e verificados para o acompanhamento de informações relativas ao exercício de cargo efetivo ou de confiança, exonerações e aposentadorias, entre outros.

42 mil processos abertos

para analisar 31.360 documentos exigidos para o exercício de cargo por servidores efetivos ou sem vínculo.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA TODA A JUSTIÇA

Prioridade ao compartilhamento de soluções de inteligência artificial com tribunais de segundo grau



Assinatura do acordo com os ministros Humberto Martins, Luis Felipe Salomão, Marco Aurélio Bellizze e Antonio Saldanha Palheiro, além do presidente do TJRJ, desembargador Henrique Figueira, e da presidente da AMB, Renata Gil

Manter o Superior Tribunal de Justiça (STJ) antenado com as novas tecnologias para ampliar a produtividade, a celeridade e a qualidade de suas decisões: esse foi o objetivo da gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi ao eleger a Inteligência Artificial (IA) como um dos três eixos centrais do planejamento estratégico para o biênio 2020-2022.

Desde 2019, o STJ vem elevando a aposta na implementação de soluções de IA para tornar mais inteligente e rápida a triagem dos processos que recebe. Esse esforço conta com amplo reconhecimento do meio jurídico. Durante os últimos dois anos, a Assessoria de Inteligência Artificial (AIA) registrou uma intensa procura por parte de instituições judiciais interessadas em conhecer e adotar as ferramentas tecnológicas do tribunal.

No curso do biênio, o STJ celebrou 10 termos de cooperação técnica – de um total de 11 vigentes – com tribunais de segundo grau, de diferentes regiões brasileiras. Outros sete acordos estão em processo de formalização. Em comum, as parcerias preveem que a corte superior promova o intercâmbio de tecnologias de inteligência artificial para a modernização do fluxo processual. O papel essencial do Tribunal da Cidadania no âmbito dessas cooperações tecnológicas é repassar aos tribunais estaduais e regionais federais – sem qualquer custo – o conhecimento sobre o Sistema Athos.

Mais inteligência artificial ***Acordos vigentes (2020-2022)***

Tribunal de Justiça
do Rio de Janeiro (TJRJ)

Tribunal de Justiça
do Espírito Santo (TJES)

Tribunal de Justiça
do Paraná (TJPR)

Tribunal de Justiça
de Alagoas (TJAL)

Tribunal de Justiça
do Piauí (TJPI)

O sistema foi desenvolvido pela equipe do STJ para automatizar o exame de admissibilidade recursal e permitir a identificação, antes da distribuição aos ministros, dos processos que possam ser submetidos à afetação para julgamento sob o rito dos recursos repetitivos. Outra funcionalidade do Athos é monitorar feitos com entendimentos convergentes ou divergentes entre os órgãos fracionários da corte superior, casos com matéria de notória relevância e, ainda, possíveis distinções ou superações de precedentes qualificados.

Em contrapartida a essa transferência de tecnologia, os tribunais de segunda instância devem fornecer uma amostra sobre sentenças e acórdãos produzidos sob sua jurisdição para alimentar o banco de dados da rede de inteligência artificial do STJ, aprimorando a qualidade dos metadados dos processos que chegam à corte.

Projetos estratégicos

A Assessoria de Inteligência Artificial encerrou o biênio com a conclusão de cinco projetos estratégicos previstos no *Plano de Gestão 2020-2022*. No campo interinstitucional, a AIA atuou para promover a adesão do STJ à plataforma nacional de inteligência artificial do Poder Judiciário (Sinapses), instituída pela Resolução 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além disso, a AIA coordenou a criação de comitê de ética do STJ sobre inteligência artificial; a criação das equipes de curadoria do tribunal dedicadas aos modelos de IA; o incremento da base de dados da corte para treinamento dos modelos de IA, e a clas-

sificação de processos por meio da IA para a base única de dados do Poder Judiciário (DataJud).

Está em fase de conclusão a atualização do modelo vigente do Athos para aumentar (de 328 mil para 4,1 milhões) o número de exemplos terminológicos empregados no “treinamento” do sistema, que se tornará mais preciso com base em vocabulários recentes.

Também se encontra em curso o processo de evolução da solução de IA do Sistema Athos para ampliar a sua precisão por meio da operação com blocos semânticos. Em vez do inteiro teor, será possível utilizar apenas os trechos de documentos jurídicos que representem adequadamente um conceito útil. Esse recurso deve elevar a capacidade de identificar temas jurídicos e suas nuances, potencializando a contribuição do Athos para o fortalecimento do sistema de precedentes.

Entre os projetos para o futuro, está o uso da IA em atividades administrativas, com destaque para a aplicação do conhecimento adquirido com o Sistema Athos sobre a base de dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

“Com essa evolução, estamos caminhando para dar ao usuário a capacidade de operar autonomamente a inteligência artificial do STJ, dentro de uma visão que entregue funcionalidades que poderão ser acopladas ao processo de trabalho das unidades sem a necessidade de tutelar permanentemente os usuários”, explica o assessor-chefe de Inteligência Artificial, Humberto Pradera. ■

Tribunal de Justiça
do Ceará (TJCE)

Tribunal Regional Federal
da 5ª Região (TRF5)

Tribunal de Justiça do
Maranhão (TJMA)

Tribunal de Justiça
da Bahia (TJBA)

Tribunal Regional Federal
da 2ª Região (TRF2)

TRIBUNAL JUSTO E SUSTENTÁVEL

Gestão de recursos do tribunal é marcada por ações da AGS para reduzir consumo, monitorar indicadores e disseminar cultura sustentável

Além de referência jurídica, a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi atuou para consolidar a imagem do Superior Tribunal de Justiça (STJ) como modelo a ser seguido pelo Poder Judiciário na administração sustentável de recursos e na inclusão social. Essa jornada rumo a padrões cada vez mais elevados de sustentabilidade teve início em 2014, com a criação da Assessoria de Gestão Sustentável (AGS) – inicialmente, denominada Assessoria de Gestão Socioambiental.

Desde 2015, o Tribunal da Cidadania vem promovendo a redução considerável no consumo de insumos como água, energia, papel e combustíveis. Um exemplo significativo da postura ecologicamente responsável da corte superior é a queda acentuada (87%) no número de impres-

sões realizadas pelo setor de reprografia na comparação entre o primeiro semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2022. O resultado desconsidera, portanto, os impactos provocados pela situação excepcional da pandemia da Covid-19.

No curso do biênio, os esforços coordenados pela AGS em prol da racionalização do uso de recursos tiveram o reforço do compromisso da gestão 2020-2022 com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da *Agenda 2030* da Organização das Nações Unidas (ONU). Em abril de 2021, o STJ instituiu um comitê com o propósito de aprofundar a internalização da agenda das Nações Unidas para conciliar a preservação ecológica, o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

A estratégia de racionalização de impressões passa também pela redução do número de impressoras, sendo compartilhadas, nos corredores externos, entre as diferentes unidades do tribunal



Sustentabilidade com tecnologia

Nos últimos dois anos, a Assessoria de Gestão Sustentável desenvolveu, em parceria com outras áreas do tribunal, soluções tecnológicas para o acompanhamento das ações institucionais de sustentabilidade. A principal ferramenta implementada são os painéis com a tecnologia *Business Intelligence (Power BI)*, o que facilita o monitoramento e a prestação de contas em relação aos indicadores de gestão sustentável de recursos.

Em maio de 2021, foi publicado no *Portal da Transparência* do STJ o novo painel de BI referente ao segundo ciclo do Plano de Logística Sustentável da corte (2021-2026). Em cumprimento à Resolução 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), houve a ampliação do monitoramento para 111 indicadores em 20 campos temáticos. Antes, eram contemplados 60 indicadores em 15 áreas.

Um dos fatores que explicam os bons resultados alcançados consiste na busca constante por transparência. Mensalmente, a AGS informa os dados dos indicadores ao CNJ por meio da plataforma *web PLS-Jud*. No âmbito interno, as informações são ainda mais detalhadas, trazendo, sempre no mês de fevereiro, 40 indicadores do tribunal no relatório de desempenho anual do Plano de Logística Sustentável.

Consumir menos

Ao longo do período 2020-2022, a AGS seguiu à frente de iniciativas que provocaram uma revolução na cultura organizacional quanto à utilização de itens corriqueiros, mas com impacto ambiental significativo em um contexto de larga escala. Por meio do projeto *Ilhas de Café*, houve a redução em 99,5% no consumo de copos descartáveis, com a centralização da oferta de café,



Site do STJ: qualquer cidadão pode acessar dados do Plano de Logística Sustentável sobre insumos, resíduos e bem-estar



Acссе o QR Code e saiba mais

copos e xícaras de vidro em áreas de circulação – o que evitou o desperdício de recursos e trouxe um novo paradigma para o serviço de copa.

A Assessoria de Gestão Sustentável atua em três outros projetos: *STJ Menos Plástico*, revisando o padrão de consumo e de aquisição de itens plásticos, que, em sua composição, possuem poliestireno ou poliuretano – provenientes de processos que envolvem o consumo de combustíveis fósseis –; *Ilhas de Impressão*, distribuindo de forma racional as impressoras e eliminando a ociosidade de máquinas; e *Modernização de Filtros*, buscando a aquisição de filtros industriais mais acessíveis (com linguagem em braille) e com sensores que permitem o acionamento automático do fluxo de água.

As ações de racionalização do consumo se inserem em uma estratégia para, além de otimizar a utilização de insumos, aprimorar, na outra ponta, o seu processo de aquisição. Durante o biênio, a AGS realizou uma série de análises para garantir a observância de critérios de sustentabilidade em editais, estudos preliminares,

projetos básicos e termos de referência do STJ dentro de um universo de 565 processos.

Em outra frente, a unidade de gestão sustentável da corte coleciona números expressivos na administração de resíduos. Foram 32,9 toneladas de papel, papelão, plástico e metal encaminhados aos catadores nos galpões de reciclagem do Serviço de Limpeza Urbana (SLU). Outras 172 toneladas de resíduos produzidos no STJ tiveram destinação adequada ao aterro sanitário. Além disso, há o trabalho de separação e destinação de resíduos perigosos como pilhas, baterias, esponjas, óleo de cozinha e resíduos eletrônicos.

Capacitações e boas práticas

A AGS organiza as edições anuais do *Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário (SPES)*, que se tornou referência na difusão da gestão sustentável na administração pública brasileira. Em julho de 2022, mais de 8 mil pessoas participaram do evento;

número três vezes superior à média da edição realizada em 2021 – também em formato virtual.

No campo da inclusão social, o setor colabora com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em uma parceria voltada para os colaboradores terceirizados do STJ. Por meio de aulas de inclusão digital, atualmente, 38 colaboradores têm contato com as iniciativas modelo do tribunal na promoção da sustentabilidade. Em 2022, a ação foi ampliada, incluindo um curso profissionalizante de secretariado.

“É a estrutura administrativa que segura as nossas instituições. Minha visão é a de que a gente tem muito espaço para trabalhar problemas que são muito complicados – e a gente talvez nunca tenha olhado para eles –, e um deles é a questão da igualdade, da inclusão e da diversidade”, ressalta a assessora-chefe de Gestão Sustentável, Ketlin Feitosa. ■



IX SPES

Seminário de Planejamento Estratégico
Sustentável do Poder Judiciário 2022

CONSUMO CONSCIENTE

Comparativo entre 1º semestre de 2019 e 1º semestre de 2022

68,92%

Redução na quantidade
de impressões nas
unidades do tribunal
(exceto reprografia)

64,30%

Redução no consumo
de resmas de papel A4

54,37%

Redução no consumo
de água (em m³)

46,28%

Redução no consumo
de combustíveis (em litros)

ANÁLISE COM LUPA

Rigor da Assessoria Jurídica no exame dos atos administrativos garante orientação segura para as atividades do tribunal

Por meio de uma análise técnica minuciosa, a Assessoria Jurídica (AJU) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) promove um verdadeiro pente-fino em todos os atos administrativos e documentos em andamento na corte com relação a acordos, normativos, matérias de pessoal, licitações e contratos. Os pareceres emitidos pela unidade são a garantia do padrão de excelência dos procedimentos internos do tribunal quanto à regularidade e à eficiência na gestão dos recursos públicos.

“Esta unidade tem a responsabilidade de conhecer as deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de acompanhar a jurisprudência dos tribunais superiores e as recomendações da Auditoria Interna (AUD), fatores de grande importância para o êxito, a correção e a eficiência na qualidade do trabalho diário”, observa a assessora-chefe da AJU, Alessandra Lopes de Pinho Pontes Vianna.

Além das manifestações formais nos processos administrativos, a assessora-chefe da unidade ressalta que “houve o fortalecimento do diálogo com as demais áreas do tribunal em busca de soluções rápidas e objetivas. Em paralelo, foi priorizada a melhoria da comunicação interna entre os servidores lotados no setor, com reuniões de alinhamento semanais”.

Os números refletem o esforço desenvolvido pelo setor durante a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi. No biênio 2020-2022, foram produzidos mais de 1,3 mil pareceres em diversos processos administrativos, bem como centenas de outros documentos, como ofícios e despachos.

Volume *Informações produzidas* **Dados consolidados em 30/6/2022**



Pareceres

Set. a dez./2020 – 258

2021 – 709

Até jun./2022 – 359



Outros documentos *(p. ex. despachos e ofícios)*

Set. a dez./2020 – 177

2021 – 515

Até jun./2022 – 295



Acesse o QR Code
e saiba mais

Acordo com a AGU

Em outra frente, a AJU monitora a tramitação processual de questionamentos a atos administrativos do STJ. O trabalho de assessoramento consiste no auxílio fornecido aos gestores da corte para o atendimento célere às decisões judiciais e na elaboração de informações para a Advocacia-Geral da União (AGU), cabendo também à AJU fornecer subsídios para esclarecimentos a serem prestados diretamente em juízo. Além disso, a unidade é a responsável pelo preparo das respostas a requisições do CNJ, do TCU ou do Ministério Público da União.

Para aprimorar a representação judicial da União nas causas relacionadas a interesses do STJ, a Assessoria Jurídica operacionaliza o novo termo de cooperação técnica firmado entre o tribunal e a AGU, em dezembro de 2021. O acordo prevê a manutenção de um escritório avançado no STJ para facilitar o intercâmbio de informações entre as duas instituições.

A manutenção da parceria ocorreu no contexto da pandemia da Covid-19, que trouxe novos desafios para a atuação da AJU diante de uma série de demandas contratuais inéditas, resultantes dos atos normativos expedidos pelo poder público em razão da crise sanitária mundial.

Evolução dos pareceres

Ao longo do biênio, uma das principais realizações da AJU foi a consolidação do modelo de parecer referencial, no qual a manifestação jurídica emitida sobre determinada contratação dispensa a análise individualizada de processos sempre que o caso concreto se amoldar ao parecer-padrão. Como resultado, ganham tempo gestores e assessores. Esse modelo segue as orientações do manual de boas práticas da AGU.

Inicialmente, o parecer referencial era empregado em procedimentos mais simples, relacionados aos eventos de capacitação externa e ao credenciamento no campo dos tradutores juramentados e da rede de assistência médica e odontológica. Na gestão 2020-2022, a boa prática foi expandida para outros processos em curso no tribunal.

Outra fonte de segurança para a atuação dos gestores é a disponibilização dos pareceres jurídicos na Biblioteca Digital do STJ (BDJur). Além de permitir a orientação jurídica dos procedimentos com base na consulta a casos semelhantes, o acervo de documentos elaborados assegura a preservação da memória institucional da Assessoria Jurídica. ■

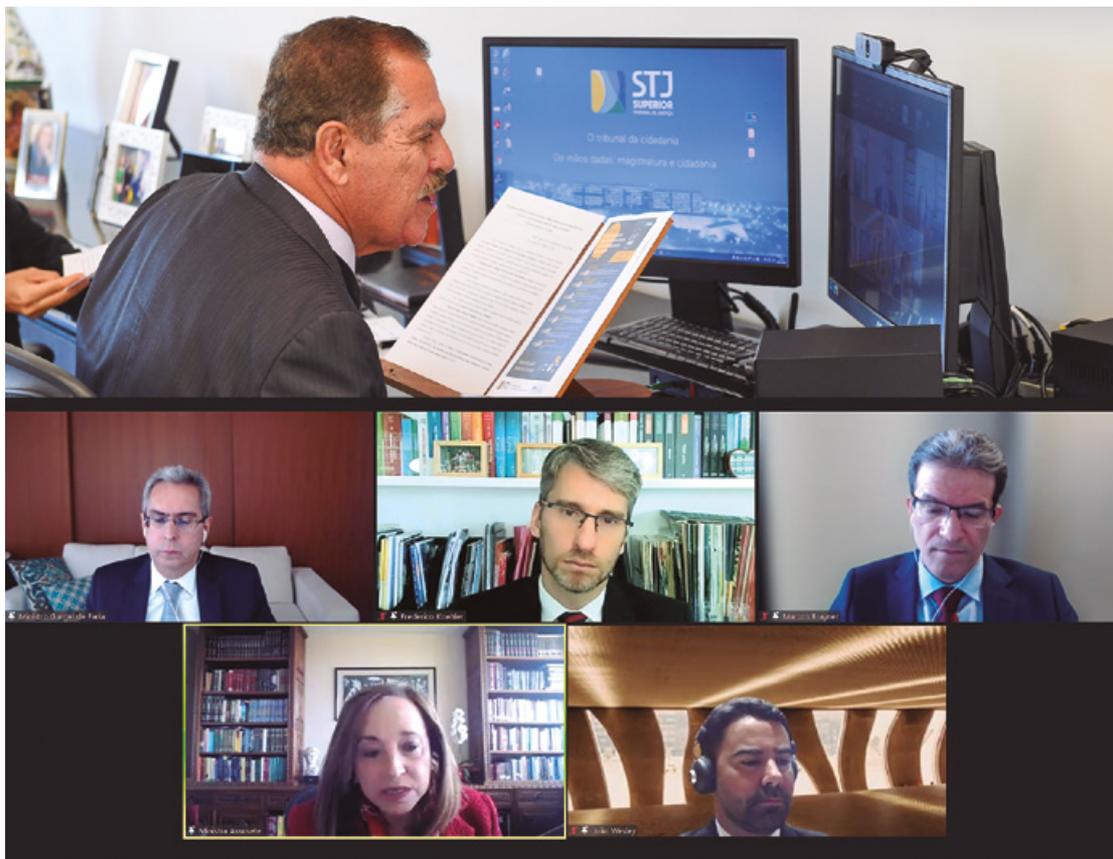
EDUCAÇÃO HIGH-TECH

Em resposta à pandemia, Cefor modernizou sua estrutura para oferecer capacitação 100% virtual

Na gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, o Centro de Formação e Gestão Judiciária (Cefor) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) superou os desafios impostos pela pandemia da Covid-19, promovendo ações de qualificação e aperfeiçoamento profissional de maneira 100% virtual, além de servir como ponto de apoio para a adaptação dos servidores à nova realidade do trabalho a distância – tanto os que entraram em trabalho remoto por causa da pandemia como aqueles que exercem o tele-trabalho de modo rotineiro.

“Apesar dos impactos causados pelo trabalho remoto e da impossibilidade de realização de ações presenciais, durante todo esse período, o Cefor empreendeu esforços para adaptar as suas ações e ofertar capacitação 100% a distância para o quadro funcional do STJ. Como resultado, a área cumpriu a sua missão e manteve os níveis de aperfeiçoamento e qualificação dos servidores”, destaca o diretor da unidade, professor Alexandre Kehrig Veronese Aguiar.

Maio/2022: seminário virtual sobre gestão de precedentes organizado pelo Cefor, com o ministro Humberto Martins (em destaque), a ministra Assusete Magalhães e o ministro Gurgel de Faria



Diante do cenário pandêmico, uma das principais iniciativas para consolidar a presença do Cefor no ambiente virtual foi o projeto *Luz, Câmera, Educação*, instituído com o objetivo de capacitar os instrutores internos do STJ para produzirem videoaulas e realizarem transmissões ao vivo com conteúdos educativos.

A ampliação das atividades de ensino remoto está prevista no **plano de modernização do Cefor**, uma das prioridades do planejamento estratégico do biênio, conforme o *Plano de Gestão 2020-2022*. O setor iniciou a reestruturação dos seus processos de trabalho e a modernização de seus espaços físicos e recursos tecnológicos.

Mais servidores capacitados

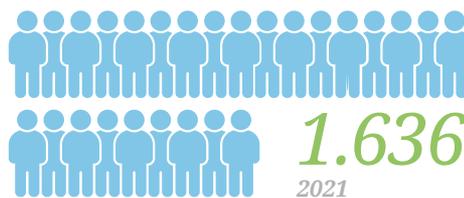
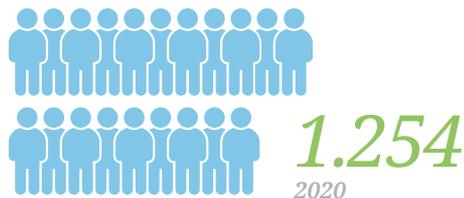
No curso do biênio, o Cefor aumentou a parcela capacitada da força de trabalho do STJ. Entre setembro e dezembro de 2020, as ações de educação corporativa alcançaram 42% do universo de servidores. De janeiro a dezembro de 2021, esse percentual subiu para 57% do corpo funcional. Houve uma participação expressiva dos gestores, com mais de 80% desse público sendo qualificado ao longo de 2021.

Para alavancar esses resultados, o Cefor adotou como estratégia o diálogo direto com as diferentes unidades do STJ – incluindo gabinetes de ministros –, por meio de reuniões virtuais. Com isso, foi possível o levantamento das necessidades de cada área, gerando informações que serviram de subsídio para a elaboração dos Planos Anuais de Ações de Educação Corporativa.

Dados do último levantamento apontaram a necessidade de realização de 269 ações de educação corporativa, divididas em 491 turmas sobre temas diversos. O planejamento educacional

Aprendizado contínuo

Servidores capacitados



2022 – Dados consolidados em 25 de maio

contemplou ainda o compartilhamento das ações educativas com o Conselho da Justiça Federal (CJF).

Temas atuais e relevantes

A sintonia do Cefor com as melhores práticas em matéria educacional inclui não apenas a utilização de novas tecnologias de ensino, mas também a difusão de conteúdos atualizados em relação ao contexto jurídico, político, econômico e social.

Um dos temas priorizados foram as novidades trazidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em vigor desde setembro de 2020. Por meio do Programa de Formação em Proteção de Dados Pessoais, os servidores entraram em contato com os conhecimentos necessários

para a implementação da LGPD em curto, médio e longo prazos.

No âmbito dos gabinetes dos ministros, os servidores puderam participar do projeto *Gabinete na Prática*, que consiste em um fórum de debate sobre os desafios organizacionais dessas unidades. Além de reunir assessores e assistentes para a troca de conhecimentos e experiências, a iniciativa avançou para incluir as contribuições de colaboradores externos, como doutrinadores e professores, com o potencial de oxigenar as dinâmicas de trabalho dos gabinetes.

Outra ação foi o projeto *Análise Crítica*, concebido para aproximar o tribunal do ambiente acadêmico e desenvolver novas habilidades profissionais para o gerenciamento de processos judiciais complexos e de difícil solução.



Capacitações *on-line* em outros temas além do direito, como segurança cibernética e recursos humanos

Além do direito

O Cefor focou também na promoção de ações de capacitação voltadas para a conscientização dos servidores na temática de acessibilidade e inclusão. Os treinamentos tiveram como objetivo tornar os serviços oferecidos pela corte ainda mais acessíveis ao público em geral, em cumprimento ao princípio constitucional do amplo acesso à Justiça. Foram ofertadas cinco turmas de curso a respeito da audiodescrição e outras seis em qualificação sobre Libras instrumental.

Já por meio do *Projeto Empatia*, a sensibilização para o acolhimento das pessoas com deficiência e a melhoria das relações interpessoais de trabalho foram questões discutidas em diversos encontros com palestras de educadores e psicólogos. Ainda como parte do *Projeto Empatia*, foi criada uma página temática no portal EAD do STJ para disseminar as práticas empáticas em curso no tribunal, bem como para incentivar a consolidação da empatia enquanto valor e prática institucional.

Em outra frente, o setor organiza cursos de educação financeira, em parceria com a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), que assinou um acordo de cooperação técnica com o STJ em abril de 2021. No mesmo mês, o convênio educacional entre as duas instituições foi inaugurado com a primeira edição do evento virtual *Seminário CNJ e Judiciário – O sistema financeiro e a aplicação do direito*.

Além do aprimoramento profissional dos servidores, o Cefor dissemina conhecimento para a sociedade brasileira, tendo como destaque o programa *Conexão Cidadã*, que atendeu a dois mil cidadãos em um curso a distância sobre a jurisprudência do STJ, sem custos diretos para a corte. ■

ETERNO APRENDIZ

Dados consolidados em 25/5/2022

216

Ações de capacitação

343

Turmas

4.484

Horas-aula

8.879

Vagas ofertadas

PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL ORGANIZADA

Novas súmulas e emendas regimentais contaram com o suporte da equipe de assessoramento das comissões permanentes



Ao longo do biênio 2020-2022, os órgãos julgadores do STJ aprovaram um total de 12 súmulas: Corte Especial (1), Primeira Seção (7) e Terceira Seção (4)

Os precedentes qualificados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) orientam os tribunais de segundo grau na solução de conflitos em todo o país e fortalecem a segurança jurídica. O primeiro passo nessa tarefa de uniformizar a jurisprudência em nível nacional é um minucioso trabalho de organização dentro de

casa, que conta com o apoio da Assessoria das Comissões Permanentes de Ministros (ACP). A unidade é responsável por oferecer o suporte técnico necessário para a sistematização normativa, jurisprudencial e documental da corte, missão desempenhada pelas cinco comissões permanentes de ministros.

São elas: Comissão de Regimento Interno, Comissão de Jurisprudência, Comissão de Documentação, Comissão de Coordenação e Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas – esta última, assessorada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac).

Comissão de Jurisprudência

Desde a instalação do tribunal, em 1989, a Comissão de Jurisprudência desenvolve um volumoso trabalho para fortalecer o papel do STJ como corte de precedentes, incentivando a produção e a divulgação de súmulas. Já foram aprovados 653 enunciados, todos disponíveis para consulta no Livro de Súmulas e no *site* do tribunal.

Durante a gestão dos ministros Humberto Martins e Jorge Mussi, foram aprovadas 12 novas súmulas, publicadas no *Diário de Justiça Eletrônico (DJe)* e divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social (SCO). Além disso, houve o cancelamento de três súmulas: 343, 408 e 528.

Entre os enunciados aprovados, estão o que reconhece que a execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação (Súmula 643); e o que estabelece que o crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem (Súmula 645).

Outras súmulas produzidas nesse período são a que define serem imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar (647); e a que trata da competência da autoridade administrativa para aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade

administrativa, independentemente de prévia condenação por autoridade judiciária à perda da função pública (651).

Comissão de Regimento Interno

No biênio 2020-2022, o Pleno do STJ aprovou quatro emendas regimentais. A Emenda Regimental 37 trata da convocação de juízes auxiliares pela Presidência, e a Emenda 38 disciplina as reuniões do Conselho de Administração da corte.

Para aperfeiçoar os julgamentos em sessão virtual, foi aprovada a Emenda 39, que estabelece a impossibilidade de computar um voto sem manifestação expressa do ministro. Já a Emenda 40 regulamenta o acesso de partes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público às sessões virtuais.

Outros seis projetos aprovados pela Comissão de Regimento Interno aguardam sua apreciação pelo Pleno. Entre eles, o projeto de emenda que cria a classe processual Proposta de Revisão de Tema Repetitivo; o que altera o Regimento Interno para disciplinar o quórum para apreciação e julgamento do recurso especial repetitivo e da proposta de revisão de tese firmada em recurso repetitivo ou incidente de assunção de competência; e o projeto para regular a eleição do ministro ouvidor e de seu substituto, e as atribuições da Ouvidoria do STJ.

Comissão de Documentação

A Comissão de Documentação é responsável pela supervisão e pela administração dos serviços da biblioteca, do arquivo e do museu do STJ, sugerindo medidas para o aperfeiçoamento da gestão documental.



Entre os projetos de emenda regimental que também seguem em discussão, estão o que altera a disciplina da classificação de feitos no STJ e o que regulamenta a atuação do MP estadual na corte

A eliminação de documentos inutilizáveis faz parte da política da comissão. Durante o biênio, o colegiado determinou a eliminação de 1.250 kg de petições em papel com o prazo de guarda expirado.

“O procedimento de eliminação, ao respeitar os critérios científicos necessários à devida preservação ambiental, resulta na eliminação de toneladas de documentos, o que contribui para que o STJ diminua seu impacto ambiental e eleve sua responsabilidade social, pois o valor da venda do papel é revertido para as cooperativas de catadores de recicláveis conveniadas com o tribunal”, observa Fábio Henrique Cavalcanti Dantas, chefe da Assessoria das Comissões Permanentes de Ministros.

Comissão de Coordenação

A Comissão de Coordenação tem como principal objetivo propor iniciativas para aumentar o rendimento das sessões de julgamento, abreviar o tempo de publicação de acórdãos e facilitar a tarefa dos advogados.

Com vistas à modernização de procedimentos no STJ, a comissão vem discutindo a implementação de ações como o aprimoramento da Central do Processo Eletrônico (CPE), a criação de uma página na intranet com vídeos institucionais e um fórum para a colaboração entre os gabinetes, além da produção e da divulgação interna de um relatório detalhado a respeito das decisões monocráticas proferidas pela Presidência da corte, com o apoio do Núcleo de Admissibilidade e Recursos Repetitivos (Narar). ■

COMISSÕES PERMANENTES

Composição

Comissão de Jurisprudência



Felix Fischer (presidente)

*Benedito Gonçalves
Ricardo Villas Bôas Cueva*

Sebastião Reis Júnior

Marco Aurélio Bellizze

Gurgel de Faria

Comissão de Regimento Interno



*Mauro Campbell Marques
(presidente)*

*Isabel Gallotti
Sérgio Kukina*

Moura Ribeiro

Reynaldo Soares da Fonseca

Antonio Saldanha Palheiro

Comissão de Documentação



Og Fernandes (presidente)

*Antonio Carlos Ferreira
Antonio Saldanha Palheiro
Joel Ilan Paciornik
(suplente)*



Comissão de Coordenação



Marco Buzzi (presidente)

*Regina Helena Costa
Gurgel de Faria
Ribeiro Dantas (suplente)*

** Comissões assessoradas pela ACP*



MINISTRO
MOURA RIBEIRO
Chefe do Superior Tribunal de Justiça

MINISTRO
HUMBERTO MARTINS
Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do
Conselho do Judiciário Brasileiro

AGENDA

Em seu segundo ano de gestão à frente da Presidência, o ministro Humberto Martins garantiu a participação institucional do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos mais relevantes eventos públicos nacionais e internacionais, com destaque para as agendas ligadas ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário e ao fortalecimento do diálogo entre as instituições democráticas. No período de agosto de 2021 a julho de 2022, foram mais de 200 eventos, entre solenidades, encontros, congressos e seminários que contaram com a presença do presidente do STJ.

2/8/2021

Encontro com Notáveis: Governança Pública para Tribunais – Centro de Formação e Gestão Judiciária/Cefor do STJ (virtual)

19/8/2021

Evento internacional *Justiça Restaurativa na Justiça Federal* – Conselho da Justiça Federal/CJF e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados/Enfam, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça/CNJ (Brasília)



26/8/2021

Webinário *Imprensa, Democracia e Poder Judiciário* – CNJ (virtual)

13/9/2021

XV Fórum Jurídico Internacional sobre o tema “Combate ao ecocídio socioambiental” – Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (virtual)

17/9/2021

Ministro Humberto Martins modera debate sobre segurança jurídica com presidentes do STF e do Congresso – Ministério Público de Minas Gerais/MPMG (Belo Horizonte)



27/9/2021

STJ e CJF firmam acordos de cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região/TRF4 para nova cessão de uso do SEI (Brasília)

AGENDA

5/10/2021

STJ sedia lançamento da obra *Sistema Penal Contemporâneo*, primeiro livro organizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros/AMB (Brasília)

18/10/2021

II Seminário Internacional de Gestão e Inovação no Judiciário: A Justiça pós-pandemia – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios/TJDFT (virtual)

21/10/2021

Congresso Nacional de Direito Administrativo e Ministério Público – Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP (Brasília)



4 e 5/11/2021

120º Encontro de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, sediado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE (Recife)

23/11/2021

2º Congresso Internacional de Direito do Seguro e 8º Fórum José Sollerio Filho, eventos sediados pelo STJ (Brasília)



26/11/2021

Encontro Nacional das Comissões de Igualdade Racial da OAB (virtual)

7/12/2021

Assinatura dos atos de autorização da rede 5G, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto (Brasília)



10/12/2021

Reunião anual do Fórum Nacional da Infância e da Juventude – CNJ (virtual)

15/12/2021

Conferência Nacional dos Cartórios – Confederação Nacional de Notários e Registradores/CNR (virtual)

8/2/2022

Lançamento da versão 2.2 do Processo Judicial Eletrônico/PJe – CNJ (virtual)

15/2/2022

Assinatura de cooperação técnica entre o CJE, o CNJ e a Caixa Econômica Federal para o compartilhamento de dados do DPVAT (Brasília)



24/2/2022

Comemoração dos 20 anos dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região – Tribunal Regional Federal da 3ª Região/TRF3 (virtual)

AGENDA

8/3/2022

Lançamento da Ouvidoria Nacional da Mulher do CNJ (Brasília)

14/3/2022

6º Fórum Nacional de Conciliação e Mediação – Associação dos Juizes Federais/Ajufe (Maceió)

15/3/2022

Presidente do STJ entrega ao ministro da Justiça anteprojeto de lei para regulamentar a aplicação da Convenção de Haia no Brasil (Brasília)



1º/4/2022

Seminário Sistema de Precedentes – Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul/TJMS em parceria com a AMB (Bonito-MS)

11/4/2022

Fórum sobre Segurança e Desenvolvimento Humano na América Latina e Caribe – Tribunal de Justiça da Bahia/TJBA (Salvador)



12/5/2022

Seminário Internacional 80 anos da Justiça do Trabalho – Tribunal Superior do Trabalho/TST (Brasília)



25/5/2022

Seminário Repercussão Geral 15 anos: origens e perspectivas – Supremo Tribunal Federal/STF (Brasília)

30/5/2022

Comemoração dos 90 anos da Justiça Eleitoral e do voto feminino no Brasil – Tribunal Superior Eleitoral/TSE (Brasília)



2/6/2022

Workshop internacional Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças – HCCH 1980 Child Abduction Convention – CNJ e Enfam, com sede no STJ (Brasília)

28/6/2022

Seminário Internacional Brasil-União Europeia – Intercâmbio de experiências em e-Justice – CNJ em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil (Brasília)

12/7/2022

Presidente do STJ profere palestra sobre o tema “Magistratura e Cidadania” na sede do Tribunal de Justiça do Paraná (Curitiba)

Expediente

Direção

Cristine Genú

Edição

Danielle Lombardi e Ricardo Viula

Projeto gráfico

Carlos Felipe de Paula e Daniel Monteiro

Diagramação

Carlos Felipe de Paula, Daniel Monteiro e Michael Levy

Edição de texto

Gutemberg de Souza e Ricardo Viula

Redação

Francisco Souza, Neblina Orrico e Ricardo Viula

Revisão

Clarissa Mendonça, Cleomar Contreira, Douglas da Silva Jorge,
Jeane Magalhães e Ludmilla Oliveira

Produção

Bernardo Vento e Thays Hungria

Estúdio Fotográfico

Repórteres fotográficos: Bárbara Cabral, Emerson Leal, Gustavo Lima, Lucas Pricken e Rafael Luz

Assistentes de fotografia: Filipe Cardoso e Maryanna Oliveira

Realização

Secretaria de Comunicação Social

Secretária de Comunicação Social

Cristine Genú

Coordenadora de Imprensa e Conteúdo

Elaine Rocha

Coordenadora de Multimeios

Monica Andrade

Coordenador de TV e Rádio

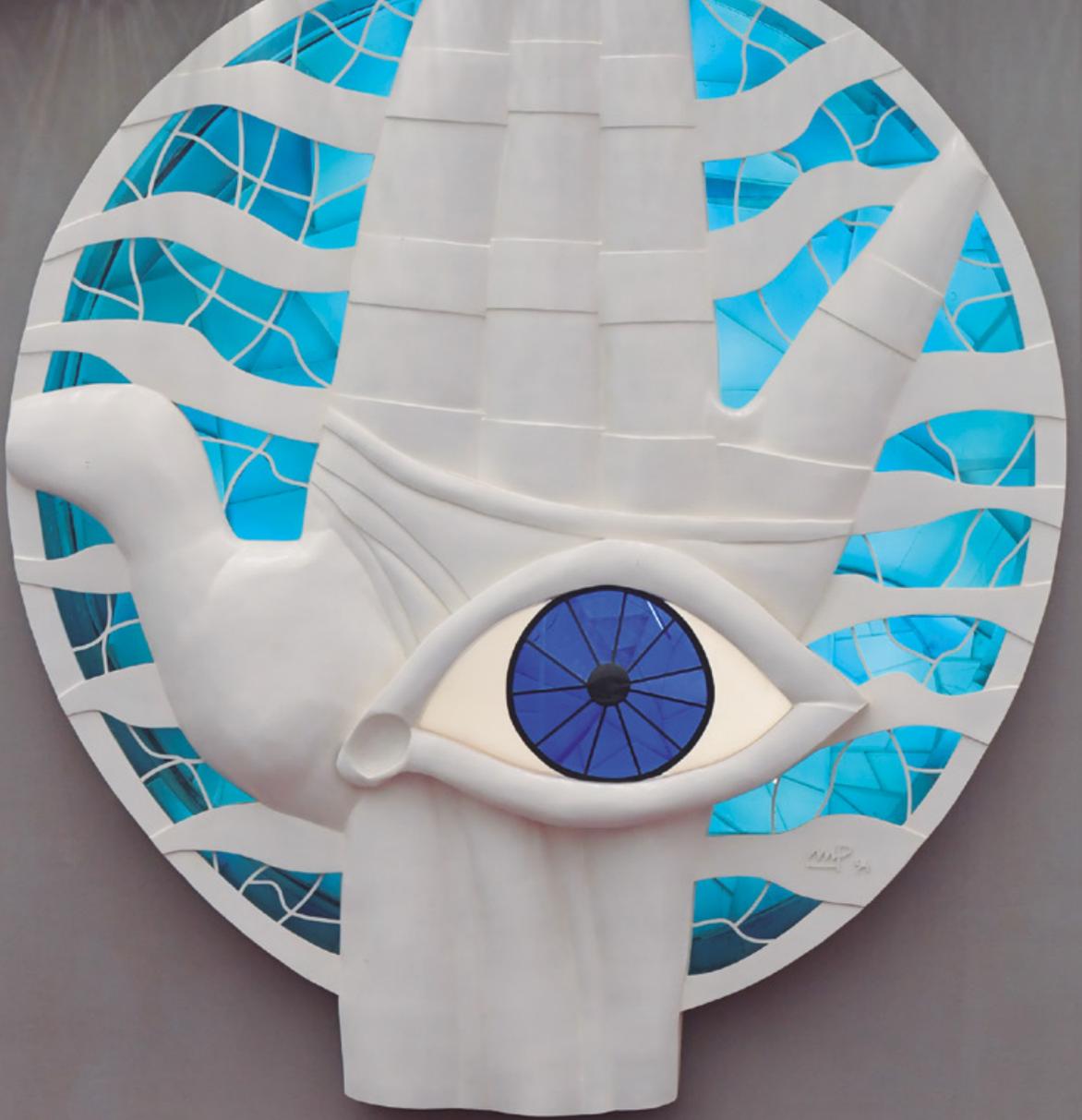
Eduardo Moura

Apoio técnico

Seção de Reprografia e Encadernação
do Superior Tribunal de Justiça

Impressão

Seção de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração
do Conselho da Justiça Federal





STJ **SUPERIOR**
TRIBUNAL DE JUSTIÇA